



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração

LUCIANO JORGE GARCIA PEPE

**TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA
DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Brasília – DF

2011

LUCIANO JORGE GARCIA PEPE

**TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA
DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Monografia apresentada à Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Me. Tiago Conde Teixeira

Brasília – DF

2011

Pepe, Luciano Jorge Garcia

Transparência Fiscal Eletrônica da Gestão Pública Municipal no Estado do Rio de Janeiro / Luciano Jorge Garcia Pepe. – Brasília, 2011.

164 folhas.

Orientador: Prof. Me. Tiago Conde Teixeira

Monografia (Bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - Brasília, 2011.

Orientador: Prof. Me. Tiago Conde Teixeira, Departamento de Administração.

1. Gestão Pública. 2. Governo Eletrônico. 3. Transparência Fiscal.
I. Transparência Fiscal Eletrônica da Gestão Pública Municipal no Estado do Rio de Janeiro

LUCIANO JORGE GARCIA PEPE

**TRANSPARÊNCIA FISCAL ELETRÔNICA
DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno

Luciano Jorge Garcia Pepe

Me. Tiago Conde Teixeira
Professor-Orientador

Me. Evaldo Cesar Cavalcante Rodrigues
Professor-Examinador

AGRADECIMENTOS

Aos professores, gestores e membros da coordenação do curso, que atuaram para a regularidade e qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a superação dos desafios encontrados.

Aos professores de todas as disciplinas, que foram dedicados e entusiasmados no estímulo ao aprendizado dos alunos, fundamental para construção de competências requeridas de futuros administradores.

Ao professor Tiago Conde Teixeira, que esteve sempre paciente e competente na orientação, além de muito confiante na qualidade deste trabalho de pesquisa.

Aos meus parentes e amigos, que nos momentos importantes estiveram presentes com palavras de coragem e esperança.

Aos meus familiares, por sua contínua contribuição em todos os aspectos da vida.

Ao Criador, por tudo.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo descrever a transparência fiscal eletrônica da gestão pública municipal no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram realizadas a verificação da divulgação na Internet dos instrumentos de transparência previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a quantificação dos níveis de transparência e a análise da associação destas variáveis com os indicadores socioeconômicos dos municípios fluminenses. O estudo incluiu uma pesquisa bibliográfica para entendimento do processo de desenvolvimento dos modelos e tendências da gestão pública, das tecnologias de informação e de comunicação na interação entre governo e sociedade e da responsabilidade fiscal nos governos de todas as esferas no Brasil. Os procedimentos de coleta de dados envolveram o uso de um protocolo de observação aplicado durante o acesso aos sítios eletrônicos para identificar os instrumentos e estabelecer um *ranking* de todas as prefeituras municipais do estado quanto à transparência fiscal eletrônica. O tratamento dos dados coletados e dos indicadores obtidos foi realizado com o uso de métodos estatísticos, incluindo testes não paramétricos com o coeficiente de contingência de Pearson e com o coeficiente de correlação de Spearman. Os resultados mostraram que poucas prefeituras municipais divulgaram os instrumentos e que suas pontuações quanto aos níveis de transparência foram muito baixas. Mostraram também que as associações com indicadores são significativas e que, em muitos municípios que possuíam condições socioeconômicas bastante satisfatórias, as prefeituras não se preocuparam com a transparência fiscal eletrônica em sua gestão.

Palavras-Chave: Gestão Pública. Governo Eletrônico. Transparência Fiscal.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Problema de pesquisa	12
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo geral	13
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 Justificativa	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Gestão pública	18
2.1.1 Patrimonialismo	19
2.1.2 Burocracia	21
2.1.3 Nova administração pública	23
2.1.4 Reforma gerencial	27
2.1.5 Governo eletrônico	34
2.2 Transparência fiscal eletrônica	40
2.2.1 Lei de responsabilidade fiscal	41
2.2.2 Instrumentos de transparência fiscal eletrônica	48
2.2.2.1 Planos e orçamentos	50
2.2.2.2 Prestação de contas	55
2.2.2.3 Relatório resumido da execução orçamentária	57
2.2.2.4 Relatório de gestão fiscal	58
2.2.2.5 Versões Simplificadas	59
2.2.2.6 Participação popular e audiências públicas	60
3 METODOLOGIA	61
3.1 Caracterização dos municípios fluminenses	62
3.2 População e amostra	63
3.3 Instrumento de pesquisa	64
3.4 Coleta e análise de dados	67
3.5 Delimitação	70
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
4.1 Decisão de divulgação dos instrumentos	72
4.2 Associação de variáveis	84
4.2.1 Receita total	85
4.2.2 Despesa total	87

4.2.3 Ativo real	89
4.2.4 Passivo real	91
4.2.5 Receita corrente líquida	93
4.2.6 Produto interno bruto	95
4.2.7 Índice de desenvolvimento humano municipal	97
4.2.8 Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal	99
4.2.9 População	101
4.2.10 População urbana com no mínimo 10 anos de idade e alfabetizada	103
4.2.11 Taxa de alfabetização da população urbana com no mínimo 10 anos de idade	105
4.2.12 População urbana com no mínimo 10 anos de idade e 11 anos de instrução	107
4.2.13 Taxa de instrução de no mínimo 11 anos da população urbana com no mínimo 10 anos de idade	109
4.2.14 População urbana com no mínimo 10 anos de idade e no mínimo 10 salários de rendimento mensal	111
4.2.15 Taxa de rendimentos mensais de no mínimo 10 salários da população urbana com no mínimo 10 anos de idade	113
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICES	122
Apêndice A – Endereços eletrônicos dos poderes executivos municipais que divulgaram os instrumentos de transparência	122
Apêndice B – Endereços eletrônicos dos poderes executivos municipais que não divulgaram os instrumentos de transparência	123
APÊNDICE C – Instrumentos e pontuação obtida em TFE	125
APÊNDICE D – Indicadores socioeconômicos e coeficientes	133

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como tema o planejamento e a gestão do setor público, abordando como assunto principal os níveis de transparência fiscal eletrônica dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. O contexto envolve as reformas do Estado brasileiro, que geraram transformações na administração pública, a adoção de novas tecnologias de informação e comunicação pelo setor público e o processo de disciplinamento das finanças públicas voltado para a responsabilidade na gestão fiscal.

O Estado e a administração pública brasileiros foram concebidos na lógica de dominação tradicional que caracteriza o patrimonialismo. Na administração pública, não se fazia distinção entre interesses públicos e privados e os agentes públicos se encontravam em situação de submissão que não permitia autonomia adequada ao desempenho de suas funções (SOUZA FILHO, 2006). O quadro se manteve durante o período republicano com o coronelismo e as alianças oligárquicas, que usavam a máquina pública e o poder econômico para subverter o processo eleitoral, visando o controle dos cidadãos e do conjunto da sociedade.

Com a industrialização do Brasil, novas lideranças e grupos sociais surgiram no meio urbano, interessados na promoção do desenvolvimento econômico e na diminuição da apropriação da coisa pública por particulares. A Revolução de 1930 buscou viabilizar o desenvolvimento industrial com protecionismo, obras de infraestrutura econômica, subsídios, incentivos e crédito, dentre outros mecanismos, lançando as bases do modelo de Estado intervencionista brasileiro. A condução do desenvolvimento econômico e social pelo Estado levou à busca, principalmente a partir de 1937, por um modelo burocrático de gestão aplicado à administração pública que viabilizasse o desempenho das novas funções estatais. Este modelo se baseia na racionalidade, objetiva a eficiência, pressupõe a fixação de hierarquia, de competências e de cargos, a especialização, a impessoalidade e o controle de procedimentos, que devem estar documentados (WEBER, 2004).

Pouco tempo depois, em 1939, teve início a Segunda Guerra Mundial, que levou à mobilização para o conflito de todas as competências científicas, econômicas e industriais dos países envolvidos, conduzindo o mundo a intenso avanço tecnológico nos processos de produção, logística e inteligência, trazendo melhorias para as comunicações e impulsionando o desenvolvimento da computação. Como resultado tardio do esforço de guerra, em 1946 foi entregue nos Estados Unidos da América (EUA) o *Electronic Numeric Integrator And Calculator* (ENIAC), que é considerado o primeiro computador eletrônico do mundo e utilizava válvulas. Em 1947 foi desenvolvido o transistor, menor no tamanho e no consumo, mais rápido e durável em relação à válvula. O lançamento do satélite artificial Sputnik pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1957 deu início à corrida espacial. A miniaturização passou a ter importância fundamental, por viabilizar os projetos na área espacial, e levou ao desenvolvimento dos primeiros circuitos integrados, os chips, formados por grande número de transistores em miniatura.

A Revolução de 1964 ocorreu no mesmo ano em se realizava o primeiro pouso lunar, iniciando uma reforma que privilegiou princípios de planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle; distinção entre administração pública direta e indireta; sistemas de atividades auxiliares, pessoal, orçamento, estatística, gestão financeira, contabilidade e auditoria e serviços gerais; definição das bases do controle externo e interno; e normas de aquisição e contratação de bens e serviços. A reforma contribuiu para a consolidação do modelo brasileiro de Estado desenvolvimentista. Ao mesmo tempo, e paulatinamente, as disfunções da burocracia vinham sendo identificadas com o próprio modelo de gestão, visto como desmotivador para os agentes públicos, promotor do corporativismo e da ineficiência, centrado nele mesmo, obcecado por controles de procedimentos e refratário às demandas dos cidadãos.

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) continuaram a se desenvolver e em 1969, nos EUA, a *Advanced Research and Projects Agency* (ARPA) estabeleceu a rede ARPANET, integrando seus computadores com os de outras agências, instituições e universidades, que desenvolviam pesquisas relacionadas às suas atividades.

Com a crise econômica mundial, causada pela diminuição na produção de petróleo na década de 1970, os Estados experimentaram queda continuada de arrecadação, que comprometeu sua capacidade de intervenção na economia e de proteção das classes sociais vulneráveis. O crescente déficit fiscal tornou o clima propício aos movimentos de reforma e modernização da administração pública no mundo capitalista, pois a qualidade dos serviços públicos diminuía, enquanto aumentavam as demandas sociais causadas pelo desemprego. O Estado de bem-estar social e o modelo burocrático tinham se esgotado na visão de Diniz et al. (2009).

Em 1974 foi elaborada uma especificação completa do *Transmission Control Protocol* (TCP) e do *Internet Protocol* (IP) para a rede ARPANET, dando surgimento ao uso do termo Internet para descrever uma única rede TCP/IP global. O uso da Internet da forma atual teve como importante passo o surgimento de computadores como o Altair 8800 em 1975, de uso pessoal e baseado no microprocessador Intel 8080, um chip de pequenas dimensões. A novidade deu início à popularização do uso de microcomputadores por pequenas empresas e pessoas físicas.

Como desdobramento dos choques do petróleo, surgiu durante os anos de 1980 a Nova Administração Pública (NAP), ou Gerencialismo, um conjunto de doutrinas, prescrições e métodos que procurou construir um modelo pós-burocrático de gestão pública, voltado para a redução dos gastos, por meio da eficiência, competitividade e avaliação de desempenho nos serviços, e para o controle por resultados, que enfatizava a qualidade, a transparência e a responsabilização no setor público. No Brasil, as reformas gerenciais buscaram também descentralização e delegação de atividades, transferência de responsabilidades e de autonomia para agentes em escalões inferiores, cooperação com organizações não governamentais, flexibilização, criatividade, inovação e orientação para o cidadão-cliente.

Em 1983, a Internet, primeira rede de grande extensão baseada em TCP/IP, entrou em operação. Em 1988, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) se conectaram a rede dando início ao uso da Internet no Brasil. A rede lançou bases sólidas para as transformações em escala mundial que ficaram conhecidas como globalização.

Em meio às transformações na gestão pública, destaca-se a importância da transparência, entendida como a divulgação sistemática de dados e informações compreensíveis, relevantes, úteis e tempestivos, para que a sociedade fiscalize os atos dos agentes públicos e participe durante o desenvolvimento do ciclo de políticas públicas. A transparência é fundamental para a promoção da *accountability*, termo inglês que expressa obrigação de prestação de contas dos resultados obtidos em comparação com as regras e metas impostas anteriormente sobre a conduta dos agentes. A *accountability* pressupõe a existência de mecanismos que permitam a participação dos cidadãos durante todo o processo e também a aplicação de sanções aos agentes. Estes aspectos foram potencializados com a globalização e o uso das TIC's em funções de governo e pela sociedade como um todo.

Em 1988, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CRFB) trouxe novos direitos de cidadania, ampliação da participação política, redistribuição de atribuições entre as esferas de governo e institucionalização de meios de política social. A redemocratização e a Nova República colocaram a reforma do Estado como um dos principais objetivos a serem alcançados pelo país.

Em 1995, foi iniciada a Reforma Gerencial no Brasil, que pretendia superar o que os gerencialistas entendiam como uma crise do Estado. Esta reforma priorizava o ajuste fiscal, a valorização do mercado como meio eficiente na alocação de recursos, a política industrial e tecnológica para aumento da competitividade das empresas nacionais, mudanças na previdência social, que era considerada deficitária, inovação dos instrumentos de política social, com delegação de atividades a organizações da sociedade, e aumento da capacidade de desenvolver de forma eficiente o ciclo de políticas públicas.

A reforma tinha por objetivo a implantação de um modelo de gestão gerencial na administração pública brasileira, voltado para o atendimento das necessidades do cidadão-cliente, o aperfeiçoamento do ciclo de políticas públicas, a flexibilização, a descentralização e a simplificação das estruturas e procedimentos, a maior profissionalização e a capacitação dos servidores públicos.

Como importante resultado das ações no âmbito da Reforma Bresser, foi promulgada a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu um marco nas finanças públicas, direcionando os governos no Brasil para um compromisso com a gestão fiscal responsável e para o equilíbrio das contas públicas, com a introdução de novos mecanismos de controle dos recursos públicos. A LRF voltava-se para a imposição de restrições à política fiscal, promoção do equilíbrio das contas públicas, regramento da gestão das finanças públicas, prevenção de riscos, correção de desvios e cumprimento de metas relacionadas com receitas e despesas.

A transparência tornou-se um dos sustentáculos da LRF, trazendo para a sociedade maior acesso às informações sobre a gestão pública e maior capacidade de avaliação do desempenho dos governantes e de controle social. Alguns dos novos instrumentos da LRF consistem na divulgação periódica de relatórios, audiências públicas regulares e prestação de contas. O planejamento é outro dos sustentáculos da gestão fiscal responsável, realizado por meio das peças orçamentárias, que, dentre outras funções, estabelecem diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada, orientam a elaboração e execução dos orçamentos e detalham as ações, projetos e programas.

A LRF abrange as três esferas de governo (União, Estados e Municípios), os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o Ministério Público, bem como todos os órgãos e entidades pertencentes à administração pública direta e indireta.

Outro importante resultado das reformas foi o desenvolvimento da política de Governo Eletrônico no Brasil, surgida no ano 2000. Esta política se baseava em princípios de utilização das TICs para democratizar o acesso à informação, para ampliar discussões e promover a participação dos cidadãos no governo, para dinamizar a prestação de serviços públicos com foco na eficiência e efetividade das funções governamentais, e para a transformação das relações do governo com os cidadãos, as empresas e entre órgãos do próprio governo.

Dessa forma, a LRF obrigou a divulgação ampla dos instrumentos de transparência fiscal, inclusive em meio eletrônico, pois esta medida permite a participação e o controle da sociedade sobre a gestão dos recursos coletivos pelos agentes públicos. A divulgação destes instrumentos, e de informações sobre prestações de contas e audiências públicas, de forma compreensível, tempestiva e útil, foi denominada no âmbito do presente trabalho como Transparência Fiscal Eletrônica.

Com o contexto descrito, a presente pesquisa se refere principalmente às características do uso de TICs e do conceito de Governo Eletrônico para a promoção da transparência fiscal eletrônica da gestão pública na esfera municipal no Estado do Rio de Janeiro, por meio do cumprimento da LRF na divulgação dos instrumentos e das informações obrigatórias em meio eletrônico, além do confronto da situação dos municípios com os indicadores econômicos e sociais que apresentam.

1.1 Problema de pesquisa

A CRFB ampliou a inclusão política e a participação, redistribuiu atribuições entre as esferas de governo e institucionalizou os meios de política social.

Para Santos Junior (2000), esta situação promoveu profundas transformações nas instituições de governo local, materializadas nos seguintes processos: progressiva municipalização e descentralização das políticas públicas; institucionalização de mecanismos que combinam os princípios da democracia representativa com a democracia direta; e adoção de um sistema político redistributivo de renda, serviços e bens públicos com foco na esfera municipal. Na visão do autor, ocorreu uma revalorização da esfera local, que pode promover melhor o desenvolvimento social, quando comparada às demais esferas de governo, em razão da proximidade com os cidadãos.

Considerando que a gestão fiscal responsável nos municípios é fundamental para a prestação de serviços públicos de qualidade e para o alcance de resultados de qualidade por meio das políticas públicas, o controle dos governantes e gestores por parte da sociedade se torna mais importante, inclusive pelo acesso a informações e pelo uso de canais de interação em meios eletrônicos.

No entanto, pesquisa conduzida por Pinho (2008) em nove portais dos estados de maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, além do DF, indicou que a grande maioria dos portais não construía nenhum espaço institucional e não disponibilizava ao cidadão qualquer forma de acompanhamento por meio eletrônico dos projetos de governo. Supõe-se que os resultados na esfera municipal não superem os da esfera estadual. Além disso, os prazos de entrega dos relatórios da LRF foram apontados como uma dificuldade no trabalho de pesquisa de Magalhães et al. (2005).

Assim, considerando a importância atribuída à esfera municipal, a pouca disposição dos governos na divulgação de informações e as dificuldades técnicas no cumprimento da LRF, a proposta deste Trabalho de Conclusão de Curso é responder ao problema de pesquisa definido da seguinte forma: o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro no que se refere à divulgação em meios eletrônicos das informações obrigatórias nela prevista está relacionado com os indicadores socioeconômicos que apresentam?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os níveis de transparência fiscal eletrônica dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, verificando o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pela divulgação em meio eletrônico dos instrumentos e informações obrigatórias e a relação existente com os indicadores socioeconômicos apresentados.

1.2.2 Objetivos específicos

Levantar informações sobre conceitos da nova gestão pública, transparência, *accountability*, governo eletrônico, responsabilidade e transparência fiscal e as suas relações com a divulgação de instrumentos que viabilizam maior participação da sociedade nas questões de governo.

Verificar se os municípios fluminenses estão divulgando na Internet os instrumentos e informações obrigatórios previstos na LRF, bem como outras ferramentas descritas nesta pesquisa, e se estão adequados às normas de elaboração e execução oficiais.

Quantificar o nível de transparência daqueles municípios fluminenses que estiverem realizando a divulgação, por meio de protocolo de observação que permite a atribuição de pontuação para cada um dos instrumentos e totalização individual para cada ente municipal, para a geração de um *ranking*.

Levantar os indicadores socioeconômicos de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro que estejam disponíveis em sítios eletrônicos oficiais e tenham sido elaborados por instituições públicas de destaque na área.

Avaliar a existência de associação entre a decisão pela divulgação dos instrumentos de transparência fiscal pelos municípios e os seus respectivos indicadores socioeconômicos.

Avaliar a existência de associação entre os níveis de transparência fiscal eletrônica dos municípios que realizaram a divulgação, com base na totalização das pontuações obtidas com a aplicação do protocolo de observação, e os seus indicadores socioeconômicos.

Realizar o teste das hipóteses de pesquisa com base nos níveis de associação encontrados.

1.3 Justificativa

Com o advento do modelo de gestão pública gerencial em suas diversas implementações, foram propagadas modificações na estrutura, formas de controle, relações de trabalho e cultura do setor público, focando a orientação para resultados que tem como cliente o cidadão. O novo modelo trouxe ênfase para características como descentralização, criatividade, inovação, delegação de autoridade, comprometimento, autonomia na gestão de recursos, qualidade, produtividade, transparência, *accountability* e relações mais democráticas e participativas entre governo e sociedade. As vantagens incluiriam a redução de custos, flexibilidade, eficiência e melhoria da qualidade dos serviços.

Assim, os governos contemporâneos precisam utilizar as novas TICs, pois possibilitam acesso sem precedentes à informação, conscientização dos cidadãos sobre os seus direitos, eficiência e eficácia na produção e oferta de bens e serviços. A ênfase na utilização das TICs e do conceito de Governo Eletrônico na produção, armazenamento e divulgação de dados e informações fortalece o processo de transparência e *accountability*, gerando para os cidadãos maior segurança e confiabilidade sobre as decisões dos gestores públicos, racionalização na aplicação de recursos e participação, em consonância com a Nova Administração Pública.

Quanto ao orçamento, para Silva (2006), as decisões que envolvem este instrumento são de natureza política e são fundamentais, pois ele se caracteriza como instrumento de planejamento e de programação de trabalho do governo, detalhando objetivos e metas, e como meio de controle das finanças públicas. As demandas da comunidade por bens e serviços somente serão atendidas se estiverem contempladas no orçamento público com previsão de recursos.

Cabe ressaltar também que, segundo Matias-Pereira (2004), cresceram as atribuições dos governos, a complexidade de suas ações e as demandas pelos seus serviços. O nível de educação elevou-se, assim como o acesso às informações. As sociedades tornaram-se mais pluralistas, democráticas e conscientes.

Além disso, em uma democracia, pressupõe-se que o poder político seja originário de todo o conjunto da sociedade e que cada cidadão participe na tomada de decisão em assuntos de interesse coletivo. Por isso, entende-se que todas as decisões devam ser públicas, com participação ampla e conteúdo acessível a todos. Assim, surgiram novos mecanismos para a fiscalização e a participação da sociedade quanto ao ciclo de políticas públicas (CLAD, 2001 apud PRADO, 2004).

A atuação mais transparente, eficiente, eficaz e efetiva dos governantes, como aspecto de interesse na modernização do aparelho do Estado, ganha destaque, pois cria um ambiente favorável à inclusão social, à diminuição das desigualdades e ao fortalecimento da capacidade de formulação e implementação de políticas públicas, no entendimento de Matias-Pereira (2007).

A Lei de Responsabilidade Fiscal corroborou o entendimento sobre a importância do uso das TICs, do aproveitamento das inovações da gestão pública e das novas exigências de democratização da participação da sociedade no governo, quando obrigou, em seu art. 48, os entes da Federação à divulgação em meio eletrônico de informações de interesse sobre a gestão fiscal. Importante notar que o art. 64 obrigou a União à prestação de assistência técnica e cooperação financeira aos municípios, compreendendo desenvolvimento de recursos humanos e transferência de tecnologia e conhecimento, para a modernização das suas estruturas de gestão tributária, financeira, patrimonial e previdenciária. Tal fato antecipou as dificuldades inerentes à operacionalização da LRF na esfera municipal, inclusive na interação eletrônica com os cidadãos.

Diante do exposto, esta pesquisa se justifica por buscar verificar o nível de transparência fiscal eletrônica, gerando resultados que permitam conhecer como anda o cumprimento da LRF pelos municípios fluminenses e que fatores econômicos e sociais estão relacionados. Os objetivos incluem o fornecimento de um quadro detalhado da situação como subsídio ao planejamento da esfera federal, no auxílio que deve prestar aos municípios, e como instrumento para que a sociedade possa identificar os problemas a serem solucionados para melhor exercício da cidadania, do voto e do controle sobre os governantes e demais agentes públicos.

Destaque-se também que Prado (2009) chamou a atenção para a escassez de trabalhos de pesquisa com foco na aplicação e na influência das TIC's sobre a transparência e *accountability* dos governos. Por outro lado, a análise desta escassa literatura mostra existir quase um consenso em torno da idéia de que a implantação de um programa de governo eletrônico gera necessariamente aumento da transparência, e conseqüentemente, da *accountability* governamental.

Considerando a importância da transparência no processo de consolidação e de implementação da gestão fiscal responsável, observa-se a necessidade de estudos como o presente para verificar se os municípios fluminenses se adequaram às imposições da LRF.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, buscou-se a construção de um arcabouço teórico com base nos trabalhos dos autores consultados para permitir a descrição e análise do processo de desenvolvimento que culminou na Nova Administração Pública e suas relações com as demandas por melhores serviços públicos, transparência, *accountability*, responsabilidade e transparência na gestão fiscal com o uso de ferramentas de governo eletrônico.

A abordagem dos conceitos e teorias principiou pelas transformações do Estado e da administração pública em níveis mundial e nacional, com enfoque nas características dos modelos e nas causas que levaram a sua adoção.

Em seguida, o foco ficou sobre a LRF e seus instrumentos de transparência, exigências de conteúdo, prazos e importância. O objetivo também foi de gerar subsídios para a construção da metodologia e para as análises sobre os resultados deste trabalho de pesquisa.

2.1 Gestão pública

Antes de entrar no tema do capítulo, foi conveniente abordar os conceitos expostos no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), de 1995, sobre o Estado e seu aparelho. O Estado compreende o sistema constitucional-legal que regula a população nos limites de um território e possui o monopólio da violência. O seu aparelho é formado pela cúpula dos três poderes, um corpo de funcionários e uma força militar e policial.

Assim, a reforma do Estado é um projeto amplo que diz respeito às várias áreas do governo e, ainda, ao conjunto da sociedade brasileira, enquanto que a reforma do aparelho tem um escopo mais restrito e esteve orientada para tornar a administração pública mais eficiente e mais voltada para a cidadania (BRASIL, 1995).

Seguindo ainda a proposta teórica do PDRAE, podemos distinguir três formas de gestão pública: a patrimonialista que funciona como uma extensão do poder do soberano e na qual a propriedade pública não se diferencia da privada; a burocrática que surge como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista, com profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade e formalismo, bem como controles de procedimentos sempre a priori; e a gerencial que volta-se para a definição precisa dos objetivos do gestor público, para a garantia de autonomia na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, e para o controle a posteriori dos resultados.

Com o objetivo de evitar a restrição a esta proposta evolucionista da gestão pública e entender as relações entre os modelos no processo histórico, envolvendo as transformações econômicas e tecnológicas, foram abordadas outras visões e concepções de diferentes autores. Esta medida permitiu esclarecer como as reformas do Estado e do seu aparelho conduziram ao atual modelo de gestão pública brasileiro, à necessidade de ajuste fiscal duradouro e às demandas sociais por maior participação, transparência e accountability, que resultaram nas obrigações dos governos quanto a Transparência Fiscal Eletrônica.

2.1.1 Patrimonialismo

É importante conhecer o desenvolvimento do Estado português e do seu aparelho para analisar a herança do patrimonialismo presente como obstáculo na gestão pública brasileira. O processo teve início em 1835, quando Dom João I criou e passou a dirigir uma estrutura de governo centralizada que funcionava como agente econômico nas atividades comerciais. Para Faoro (2004 apud SOUZA FILHO, 2006), a medida do monarca objetivava o aprimoramento do mercantilismo como modelo econômico e a manutenção da nobreza no poder, com a incorporação de forças da burguesia comercial emergente. De fato, a formatação do Estado e do seu aparelho sempre encontrou alguma correlação com as transformações econômicas, fato que ficou evidenciado durante a construção do presente referencial teórico.

A ordem administrativa formada em Portugal se configurava como “patrimonialista de estamento”, na concepção de Faoro (2004 apud SOUZA FILHO, 2006), pois era centralizada, fundada em um quadro administrativo relativamente especializado, submisso ao poder dirigente e que não dissociava o patrimônio e o interesse público do privado. A forma de dominação tradicional inclui também a indefinição e a flexibilidade de competências, regras, hierarquia, formação profissional e remuneração, conforme a vontade do dirigente. Weber (2004) destacou ainda a forma de recrutamento, que tem como alvo pessoas tradicionalmente ligadas ao dirigente em virtude de relações pessoais de confiança.

A coorte portuguesa chegou ao Brasil no século XVIII, com toda a sua estrutura administrativa, cujos integrantes tomaram edificações de fidalgos, prepostos reais e ricos comerciantes, reunindo no mesmo recinto o domicílio real e o local de trabalho, acentuando a tendência patrimonialista da gestão pública, segundo Costa (2008). Por outro lado, o autor destacou também a criação de instituições úteis e necessárias, como a Academia de Marinha, a Biblioteca Nacional e o Banco do Brasil. A administração colonial deu lugar à outra bem aparelhada que precisava dar continuidade aos negócios e empreendimentos da nobreza portuguesa e viabilizar o controle sobre o vasto território brasileiro.

Com a proclamação da independência do Brasil em 1822 e a ascensão de Dom Pedro I ao trono do Império, iniciou-se a construção do Estado brasileiro sobre a estrutura patrimonialista da coorte portuguesa.

O início do período regencial em 1832 precipitou uma reforma constitucional que, dentre outras medidas, criou as assembleias legislativas provinciais. Tratou-se de um pequeno passo no sentido da descentralização, uma vez que instituiu o Poder Legislativo provincial e a divisão de rendas entre o governo central e os governos provinciais, na visão de Costa (2008).

A Carta Magna republicana de 1891 instituiu finalmente o federalismo, com estados politicamente autônomos e poderes descentralizados, contemplando os interesses das elites econômicas regionais. Nos entes federados, se fortaleceram os proprietários rurais que passaram a dominar a política, fazendo alianças com as oligarquias locais e oferecendo benesses e proteção aos eleitores dentro da lógica de dominação patrimonialista. Esta capacidade de manipular o eleitorado levou ao crescimento do poder do “coronelismo” e à “política dos governadores”, desenvolvidos durante a República Velha.

Em tal contexto, a disponibilização de funções públicas pelos governos locais e regionais para conseguir votos firmava uma relação de lealdade entre o funcionário e o governante, eliminando qualquer possibilidade de impessoalidade e reduzindo a autonomia na administração pública, segundo Souza Filho (2006). A dominação tradicional ficou patente ainda no uso da máquina pública pelos coronéis para satisfação de interesses pessoais e para a manutenção do poder oligárquico.

Este modelo da República Velha posteriormente tornou-se incompatível com o Brasil que se transformava pela diversificação da economia, pela industrialização, pela urbanização e pela organização política das camadas urbanas. A derrota de Getúlio Vargas desencadeou o rompimento dos pactos entre as oligarquias estaduais, preparando o terreno para a Revolução de 1930 e para a primeira reforma do Estado e do seu aparelho com o objetivo claramente definido de implantação do modelo burocrático no Brasil, o primeiro golpe importante contra a tradição patrimonialista.

2.1.2 Burocracia

Em princípio, cabe mencionar a Revolução de 1930 no Brasil que buscou viabilizar o desenvolvimento industrial com protecionismo, obras de infra-estrutura, subsídios, incentivos, crédito, dentre outros mecanismos, lançando as bases do modelo de Estado intervencionista brasileiro.

A revolução deu início a um processo de revisão da estrutura patrimonialista do Estado brasileiro e do seu aparelho, principalmente como resultado político da diminuição do poder dos arranjos oligárquicos e da busca pelo desenvolvimento da economia por meio da industrialização. O evento foi encarado da seguinte forma por um dos autores estudados:

A Revolução de 1930 é um ponto de inflexão na trajetória do Brasil e da administração pública brasileira, na medida em que representa o início de um novo projeto político para a sociedade: industrialização e urbanização, sob comando da intervenção estatal (Souza Filho, 2006, p. 167).

A esfera estadual perdeu autonomia com a instituição do Estado Novo em 1937, que fechou todas as casas do Poder Legislativo e destituiu os governadores eleitos. Para consolidar a centralização política e superar os esquemas oligárquicos, era necessário promover uma série de transformações no aparelho do Estado rumo ao modelo burocrático.

A partir de 1938, as necessárias transformações na administração pública federal ficaram a cargo do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que tinha como missão definir e executar a política para o pessoal civil, na admissão por concurso público, capacitação técnica, racionalização de métodos e elaboração do orçamento da União, dentre outras competências legais. A criação do DASP foi um marco na reforma empreendida pelo governo de Getúlio Vargas rumo à adoção do modelo burocrático na administração pública brasileira. Importante ressaltar que, neste período, a função orçamentária se tornou atividade permanentemente vinculada ao planejamento.

A caracterização de uma busca pela implantação da burocracia no Brasil, com base nas funções do DASP, encontra abrigo no pensamento de Weber (2004), pois tinha por objetivo a racionalidade presente no modelo e expressa por meio das seguintes características presentes na análise elaborada por Secchi (2009):

- exercício da autoridade racional-legal com o poder sendo originário das normas e das instituições formais, resultando em três características principais do modelo: formalidade, impessoalidade e profissionalismo;
- formalidade que impõe deveres e responsabilidades, configura e legitima a hierarquia, com documentos escritos dos procedimentos, processos decisórios e comunicações internas e externas;
- hierarquia com relações baseadas em funções e autoridade claras, bem como posições que são da organização, não dos seus ocupantes;
- mérito e profissionalismo como critério de justiça e diferenciação, com acesso a funções e cargos por meio de competição justa em que os postulantes devem mostrar sua capacidade técnica e conhecimentos;
- eficiência como preocupação central que impõe a alocação racional dos recursos e pessoas na estrutura organizacional.

O modelo burocrático pretendia, dentre outros objetivos, limitar a discricionariedade individual em atividades rotineiras, evitar a apropriação individual do poder e prestígio do cargo, proporcionar ascensão por meio de competição justa a partir das competências individuais. Outro aspecto importante da burocracia é a separação entre planejamento e execução, distinguindo política e administração pública, uma responsável pela elaboração dos objetivos e outra responsável pela execução das ações concretas correspondentes.

Diante de todo o exposto, percebe-se que o modelo burocrático do Estado Novo se contrapunha fortemente ao patrimonialismo, que prevaleceu anteriormente durante a República Velha. A reforma burocrática tinha por objetivo eliminar, ou ao menos diminuir, a importância da liderança carismática e tradicional, a apropriação do poder, prestígio e outras prerrogativas dos cargos públicos, as práticas do nepotismo e do clientelismo.

Costa (2008) reforçou tal análise ao afirmar que tratou-se de uma ação deliberada e ambiciosa no sentido da burocratização do Estado brasileiro, buscando introduzir no aparelho administrativo do país a centralização, a impessoalidade, a hierarquia, o sistema de mérito, a separação entre o público e o privado.

Conforme Marcelino (1987 apud COSTA, 2008), a reforma administrativa do Estado Novo objetivava uma administração pública mais racional e eficiente, que pudesse promover o desenvolvimento econômico e social com base em forte intervencionismo.

No entanto, pouco tempo depois, Merton (1949 apud SECCHI, 2009) já elaborava duras críticas ao modelo burocrático e seus efeitos negativos sobre as organizações e outras esferas da vida, que foram chamados de disfunções burocráticas: o impacto da prescrição de tarefas sobre a motivação dos membros, resistência às mudanças e o desvirtuamento dos objetivos provocado pela obediência acrítica às normas.

Por outro lado, percebe-se que os possíveis efeitos negativos da burocracia vêm sendo utilizados como definição do modelo, apesar dos novos modelos de gestão pública não terem rompido completamente com algumas de suas características marcantes.

Não obstante, entende-se que o modelo burocrático adotado no Brasil conduziu o aparelho do Estado a um nível de agilidade sem precedentes na história do país, dado o progresso econômico que propiciou durante longo período.

2.1.3 Nova administração pública

Antes de abordar a Reforma Gerencial no Brasil, é preciso remeter-se às transformações que ocorreram na economia mundial e no Estado em países capitalistas desenvolvidos, com o objetivo de entender as motivações e justificativas para os movimentos de reforma.

Na década de 1970 houve duas grandes crises na produção de petróleo que causaram enormes elevações nos preços deste combustível. A desaceleração econômica resultante levou ao desemprego e à diminuição da arrecadação tributária, fazendo com que o Estado de Bem-estar social tivesse menos recursos disponíveis para fazer frente aos problemas sociais que começavam a se intensificar.

Segundo Abrucio (1998 apud PRADO, 2004), o Estado de Bem-Estar Social, ou *Welfare State*, surgiu como resultado dos desdobramentos da Segunda Guerra e caracterizava-se por intervenções na economia, uso de mecanismos de proteção das classes sociais menos favorecidas e gestão pública inspirada no modelo burocrático.

Para Matias-Pereira (2004), quatro fatores socioeconômicos nas décadas de 1970 e 1980 contribuíram decisivamente para agravar a crise do modelo de Estado gerado no pós-guerra:

- crise econômica mundial : grande período de recessão econômica, sem retorno aos índices de crescimento econômico anteriores;
- crise fiscal estatal : financiamento de dívidas pela elevação da carga tributária, sem necessariamente manter serviços de qualidade;
- crise de governabilidade: incapacidade de resolução dos problemas econômicos e sociais;
- emergência da globalização e de inovações tecnológicas: transformando a economia e o setor produtivo, enfraquecendo os controles do Estado e a sua capacidade de definição de políticas macroeconômicas.

Durante os anos 1980, os fatores relatados causaram fortes movimentos de reforma e modernização no mundo capitalista. Houve principalmente um agravamento da crise fiscal que diminuiu a capacidade de intervenção por parte do Estado nos campos social e econômico. Para Diniz et al. (2009), o modelo de gestão burocrática e do modo de intervenção estatal tinham se esgotado.

Rezende (2002 apud PRADO 2004) identificou uma primeira geração de reformas que resultou em privatizações, concessões, parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. Quanto ao Estado, elas visavam à contenção dos gastos com medidas rígidas de controle e a mudança do papel de executor para o papel de indutor e regulador das atividades econômicas.

No campo da gestão pública, Pollit e Bourckaert (2002) afirmaram que, a maior motivação das reformas esteve na redução dos gastos públicos com a máquina, frente aos crescentes custos de bem estar social e às decrescentes possibilidades de criação de novos impostos. Segundo De Paula (2005 apud PEREGRINO, 2009), a reforma no Reino Unido assumiu as seguintes características: descentralizou e separou as atividades de planejamento das de execução; privatizou empresas estatais; terceirizou os serviços públicos; regulamentou as atividades terceirizadas; e utilizou ferramentas gerenciais oriundas do setor privado.

A segunda geração de reformas identificada por Rezende (2002 apud PRADO 2004) buscava maior eficiência na gestão de recursos públicos e maior participação dos usuários e da comunidade.

Em se tratando de gestão pública, segundo Pollit e Bouckaert (2002), houve também a intenção de melhorar o fraco desempenho percebido em áreas significativas para atendimento das demandas por maior qualidade nos serviços, que cresceram com o aumento da escolaridade e do acesso à informação pelos cidadãos.

Segundo De Paula (2008 apud PEREGRINO, 2009), a reforma da Nova Zelândia privilegiou a introdução da *accountability*, responsabilizando os gestores por suas decisões e concedendo aos órgãos públicos a responsabilidade pelo planejamento e pelos indicadores de aferição de metas, desempenho e qualidade dos serviços prestados.

Com efeito, as características da segunda geração de reformas ganharam maior destaque, em razão da sua ligação com a promoção da democracia e do exercício da cidadania.

Em consonância com tal análise, a *Organisation de Coopération et de Développement Économiques* (OCDE, 2001) indicou que as experiências dos países membros na construção de sociedades democráticas se caracterizaram pelos seguintes pontos:

- legitimidade a partir do aumento da credibilidade do governo proporcionada pelo aumento da capacidade de prover resultados esperados pelos cidadãos;
- transparência e accountability com a abertura do processo decisório ao escrutínio público, visando responsabilizar os gestores por desvios éticos;
- eficiência no alcance de resultados efetivos com desperdício mínimo e com a observância de procedimentos e padrões.

As críticas ao modelo burocrático se intensificaram, pois era considerado inadequado para o contexto institucional e presumidamente ineficiente, moroso, centrado em si mesmo e descolado das necessidades dos cidadãos, conforme Pollitt e Bouckaert (2002).

Como alternativa, os chamados modelos pós-burocráticos para a estruturação e a gestão públicas, enfatizavam valores de eficiência, eficácia, competitividade, simplicidade, equidade, justiça, *accountability*, controle de resultados, capacidade de resposta e flexibilidade, incluindo também abordagens e linguagens inspiradas nas organizações privadas.

O Governo nos novos modelos é concebido como catalisador, devendo se mostrar participativo, competitivo, proativo, empreendedor, descentralizado, focado em missões, resultados e clientes. O controle ocorre pela sociedade sobre os políticos e destes sobre a máquina administrativa quanto aos resultados alcançados na execução das políticas públicas.

Os novos temas, estilos e padrões inseridos na gestão pública dos países anglo-saxões durante a década de 1980, principalmente Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia, suscitaram investigações acadêmicas que levaram ao aparecimento da expressão *New Public Management*, no início dos anos 1990 (BARZELAY, 2001 apud MEDEIROS 2004).

Este novo conjunto de doutrinas, prescrições e métodos, apresentado como pós-burocrático, foi chamado também de Nova Administração Pública (NPA) ou Gerencialismo. O modelo é voltado para valores como eficiência, eficácia, competitividade, racionalização, limitação do desperdício, simplicidade, clareza, equidade, justiça, *accountability* e transparência, segundo Secchi (2009).

Para Matias-Pereira (2008), os problemas que conduziram à procura pelos modelos pós-burocráticos derivavam principalmente da despesa pública elevada na economia, baixo nível de eficiência, eficácia e efetividade na administração pública, crescente nível de insatisfação dos cidadãos com a qualidade dos serviços prestados pela administração pública.

A superação de tais desafios envolvia um processo de reformas que buscasse a expansão da capacidade estatal de coordenação para o alcance de metas coletivas com a participação da sociedade (DINIZ ET AL., 1996 apud SILVA, 2006), a melhoria da qualidade da oferta de serviços públicos, a elevação da transparência e o combate à corrupção (MATIAS-PEREIRA, 2007). Esta visão foi adotada como diretriz no presente estudo e como base para a análise dos seus resultados.

2.1.4 Reforma gerencial

A Revolução de 1964 iniciou suas reformas a partir dos trabalhos da Comissão Especial de Estudos da Reforma Administrativa (COMESTRA), instituída para o planejamento de coordenação econômica e obtenção de rendimento e produtividade da administração pública federal. O resultado foi o Decreto-Lei nº 200, de 1967, sistemático e ambicioso instrumento de reforma da administração pública federal, que incluía: princípios de planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle; distinção entre administração direta indireta; sistemas de atividades auxiliares, pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria e serviços gerais; definição das bases do controle externo e interno; e normas de aquisição e contratação de bens e serviços.

O instrumento legal contribuiu para a consolidação do modelo brasileiro de Estado para o desenvolvimento, introduzindo importantes mudanças no modelo burocrático de gestão pública, com objetivo de expandir a capacidade de intervenção do Estado. Os gerencialistas no Brasil encararam esta reforma como um marco na tentativa de superação da rigidez burocrática, no que tangia aos seguintes aspectos: planejamento, orçamento, desconcentração, descentralização, qualidade da informação no processo decisório, sistematização e controle (BRASIL, 1995).

Posteriormente, no Brasil, os choques do petróleo durante a década de 1970 fizeram com que os programas de investimentos estatais aumentassem o endividamento externo, que diminuiu o crédito e restringiu conseqüentemente a capacidade de intervenção do Estado. O processo se agravou durante os anos 1980, levando a uma crise econômica e fiscal que atingiu seu auge com o período de hiperinflação na década de 1990, segundo Prado (2004). O governo brasileiro passou a priorizar medidas como o ajuste fiscal, a abertura comercial e as privatizações, que vinham sendo ensaiadas anteriormente e o Estado brasileiro começou a apresentar mudanças estruturais, que tinham na economia seu ponto de partida, na visão de Bresser-Pereira (1998).

Para os teóricos da reforma na época, a crise do Estado definiu-se então como uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se tornava negativa; pelo esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado; e pela superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática (BRASIL, 1995).

Em 1995, a Reforma Bresser resumia seus argumentos no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado - PDRAE, que assumia a crise latino-americana como crise de Estado, indicando como pilares do projeto de reforma: ajuste fiscal; orientação para o mercado; política industrial e tecnológica; reforma da previdência social; inovação dos instrumentos de política social; e aumento da governança, a capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas.

A reforma pretendeu implantar um novo modelo de gestão pública no Brasil, tendo por base o conceito NPA, assinalando ser necessário: foco no cidadão-cliente; aperfeiçoamento do ciclo de política pública; flexibilização de normas e simplificação de procedimentos; estruturas mais descentralizadas; aprofundamento das idéias de profissionalização e capacitação dos servidores públicos, idéias da gestão pública burocrática que não haviam sido plenamente desenvolvidas.

O Gerencialismo ganhou força, propondo a implementação de programas voltados para o aumento da eficiência e melhoria da qualidade dos serviços. Algumas das práticas e conceitos que embasaram a teoria tinham origem no Consenso de Washington, de 1989, um conjunto de medidas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para países em desenvolvimento.

A Reforma Gerencial ocorreu como reflexo tardio das reformas ocorridas em nível mundial e das diretrizes emanadas do Consenso de Washington, a função controle da administração pública burocrática passou a ser vista negativamente no Brasil como a própria razão de ser da administração pública.

As disfunções da burocracia passaram a ser identificadas com as características do modelo de gestão pública brasileiro, tido como ineficiente, auto-referido, incapaz de tratar adequadamente as demandas dos cidadãos. Na visão dos gerencialistas brasileiros, a gestão pública gerencial seria um passo além da burocrática, sem a negação de todos os seus princípios, mas com a flexibilização de pontos fundamentais, como a admissão segundo critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho e o treinamento sistemático (BRASIL, 1995).

Bresser-Pereira (1998) concebia o desenvolvimento da gestão pública de forma evolucionista, como relatado anteriormente, pois o processo de implantação da ordem burocrática é visto como aprimoramento e superação da ordem patrimonialista, assim como o gerencialismo em relação ao modelo burocrático.

Os resultados da ação do Estado na visão gerencial eram considerados bons porque as necessidades do cidadão-cliente estavam sendo atendidas e não porque os processos administrativos estavam sob controle e eram seguros. Em suma, a administração gerencial deveria ser pautada pelos princípios da orientação para o cidadão-cliente, do controle por resultados, e da competição administrada.

Medeiros (2004) analisou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, ressaltando que o documento faz uso de termos e expressões como “gestão empreendedora”, “eficiência”, “eficácia”, “efetividade”, “redução de custos”, “desburocratização”, “metas”, “autonomia”, “flexibilidade administrativa”, dentre outros, com vistas à formação de um arcabouço de métodos e processos de gestão que pudessem dotar a administração pública de novos instrumentos capazes de tornar a atuação do Estado mais eficiente, eficaz, efetiva e de qualidade. Ademais, quando existe possibilidade, pratica-se a competição regulada entre as unidades internas do próprio Estado. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.

Afirma-se que a administração pública deve ser permeável à maior participação dos agentes privados e das organizações da sociedade civil, deslocando a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

Para Matias-Pereira (2004), o que se buscou com a reforma gerencial do Estado foi a substituição do modelo de gestão burocrático pelo gerencial, pautado em princípios da gestão de empresas privadas e trazendo novos conceitos que os reformadores acreditavam poder aplicar com sucesso em muitos setores da administração pública, como gestão por objetivos e metas, foco no consumidor, atribuição de responsabilidades, remuneração por desempenho, qualidade e descentralização.

A administração gerencial é, de forma perceptível, distinta da burocrática. Conforme Matias-Pereira (2004), ela parte de princípios e pressupostos diferentes, com outra visão dos funcionários, do Estado e da sociedade. Para o autor, as diferenças entre os dois modelos de administração pública podem ser resumidas da seguinte forma:

- burocrática é auto-referente (foco em normas e processos), gerencial é orientada para o cidadão (suas necessidades e perspectivas);
- burocrática se baseia em uma racionalidade absoluta, gerencial considera o conflito, a cooperação e a incerteza, na defesa de interesses pelos grupos sociais;
- burocrática usa controles rígidos dos processos para combater a corrupção e outros males, gerencial usa indicadores de desempenho, controle de resultados, dentre outros;
- burocrática é centralizadora e autoritária, gerencial prega a descentralização, com delegação de poderes, atribuições e responsabilidades para os escalões inferiores;
- burocrática preza pelo formalismo, rigidez e rigor técnico, gerencial tem formas flexíveis de gestão: horizontalização, descentralização, criatividade e inovação.

Diante do exposto, percebe-se que a busca por uma administração pública gerencial pressupõe a ênfase no controle por resultados que se expressam no atendimento às necessidades do cidadão-cliente. Reconhecendo que os modelos são substancialmente diferentes e que a diferença fundamental está no foco de controle, deslocado dos processos para os resultados, fica clara a origem da demanda por maior participação popular na avaliação dos serviços, que pressupõe maior transparência das atividades do setor público e dos seus gestores para viabilizar o controle da administração pública pela sociedade.

Transparência

A transparência tem como um dos seus componentes a publicidade, entendida como a ampla, sistemática e tempestiva divulgação de informações aos cidadãos por diversos meios de fácil acesso. A publicidade é princípio ao qual se submete a administração pública, conforme o art. 37 da CRFB, consistindo no dever de divulgar a sua atuação para conhecimento dos cidadãos.

As análises de Platt Neto et al. (2007) identificaram que a transparência tem três componentes básicos: publicidade, compreensibilidade e utilidade. O conceito de transparência engloba também a exigência de que os dados e informações sejam relevantes, confiáveis e oportunos. Para os autores, a participação popular depende fortemente da transparência das ações governamentais e das contas públicas, pois informações adequadas são fundamentais na tomada de decisão dos cidadãos em relação à fiscalização e avaliação das políticas públicas, dos governantes e dos gestores.

A produção e a transmissão regular de informações acerca das políticas públicas permitem também o desenvolvimento de uma sociedade potencialmente mais ativa e participativa (CLAD, 2001 apud PRADO, 2004).

Assim, é fundamental que os governantes tornem públicos seus atos e disponibilizem informações relativas à administração pública. Com as exigências crescentes por transparência, surgiram também debates sobre a acessibilidade das informações públicas e sobre o aperfeiçoamento da prestação de contas à sociedade.

Accountability

As questões relativas à prestação de contas e responsabilização dos governantes e gestores são tratadas na literatura norte-americana sob o termo *accountability*. O debate sobre o conceito começou nos anos 1990, no contexto da segunda geração de reformas do Estado, em razão das demandas por maior controle e participação social no ciclo de políticas públicas. Muitos países começaram a pesquisar novos mecanismos de *accountability* pública e outros se sentiram obrigados a reconsiderar a questão da proteção e melhoria dos padrões da vida pública (POLLIT; BOUCKAERT, 2002).

Com a introdução do princípio da eficiência no art. 37 da CRFB, a administração pública brasileira ficou sujeita ao dever de racionalizar os seus gastos, dando importância ainda maior ao tema da *accountability* no Brasil.

Sintetizando as visões de Nakagawa (1998 apud PLATT NETO ET AL. 2007) e Akutsu (2002 apud MEDEIROS, 2004), a *accountability* pode ser entendida como a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder de uma parte a outra para que esta proceda à gestão dos recursos comuns.

Para Justice, Melitski e Smith (2000), *accountability* envolve o uso de comparações retrospectivas, ou *accounts*, do comportamento e desempenho dos agentes em face de expectativas, regras e padrões, previamente estipulados como base para aplicação de recompensas ou sanções, cuja antecipação pelo agente supostamente o encoraja ao desempenho conforme o acordo estabelecido.

Assim, *accountability* exige a existência de mecanismos que permitam aos cidadãos a manutenção de *accounts* razoáveis sobre os agentes públicos para que se conheça em detalhes o seu desempenho. Estes mecanismos devem também permitir que os cidadãos possam influir na definição e avaliação das metas coletivas e exigir a aplicação de sanções aos agentes em casos de desvio de conduta (PRADO, 2004, 2009).

No entanto, para Campos (1989 apud MEDEIROS, 2004), a simples criação de mecanismos de controle não tem se mostrado suficiente para tornar efetiva a responsabilidade dos agentes públicos, sendo necessário que a sociedade se mobilize para garantir a *accountability*.

Matias-Pereira (1999 apud MEDEIROS, 2004), afirma que uma sociedade desorganizada e submissa não tem condições de fazer prevalecer seus interesses diante daqueles defendidos por determinados grupos dominantes ou mesmo pelo Estado. Novamente, fica clara a necessidade de que existam meios e incentivos à participação popular nas decisões de governo.

2.1.5 Governo eletrônico

Para Matias-Pereira e Barbalho (2008), o Governo Eletrônico (GE) é assunto cada vez mais comum nas discussões sobre as inovações impostas pelas tecnologias e pela globalização nas dinâmicas da gestão do Estado, permitindo maior eficiência, eficácia e transparência nas ações da administração pública.

As estratégias de implantação da Nova Administração Pública definiram novas formas de relacionamento entre Estado, mercado e cidadãos, direcionados para o uso progressivo das TIC's em contexto de evolução no uso de computadores e dos meios de comunicação, além da infra-estrutura propiciada pela Internet.

O governo eletrônico foi viabilizado e impulsionado pelo desenvolvimento da computação pessoal, com o lançamento de máquinas de uso pessoal pela Apple e IBM a partir de 1981, e de sistemas operacionais mais amigáveis, como o Windows da Microsoft, de 1985. Em paralelo, ocorreu o desenvolvimento dos sistemas de transmissão de dados, que levou à criação da Internet em 1986, a primeira rede de acesso público em nível mundial. Os governos se depararam com o aparecimento de novas formas de organização e de produção em escala mundial, que delinearão o que se convencionou chamar de sociedade da informação, baseada no conhecimento, na educação e no desenvolvimento científico e tecnológico, segundo Kumar (1997, apud MEDEIROS, 2004). A nova sociedade da informação teve como consequência o surgimento de novas demandas dirigidas ao setor público

De acordo com Diniz et al. (2009), a adoção estratégica das TIC's pelos governos, em seus processos internos e na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade, teve como causas: o uso das tecnologias pelos cidadãos, empresas e organizações não governamentais; a migração das informações baseadas em papel para mídias eletrônicas e serviços online; e o avanço e universalização da infra-estrutura pública de telecomunicações e da Internet. Os autores também destacam como causas as forças provenientes do próprio movimento de reforma do Estado, da modernização da gestão pública e da necessidade de maior eficiência do governo.

Prado (2009) acrescenta que as demandas da sociedade por maior transparência governamental encontraram nas TIC's novas possibilidades de disponibilizar informações públicas.

Conforme Diniz et al. (2009), o uso da expressão governo eletrônico (e-gov) tornou-se freqüente após a disseminação e consolidação do comércio eletrônico (e-commerce), na segunda metade da década de 1990, como referência ao uso das novas TICs nos diferentes níveis de governo.

Em alguns casos, a definição do GE está vinculada às tentativas de modernização da administração pública e à melhoria da eficiência dos processos operacionais e administrativos do governo. Em outros, está claramente associada ao uso da Internet pelo setor público para prestação de serviços públicos de forma eletrônica.

Para Jóia e Fleury (2003), governo eletrônico é um conceito emergente que ainda não se consolidou na literatura, especialmente pela grande abrangência dos fenômenos abarcados. Embora não exista uma definição consensual sobre o conceito de governo eletrônico, uma análise da literatura, segundo Grönlund (2002 apud PRADO 2009), mostra que três objetivos principais podem ser distinguidos:

- Promoção de um governo mais eficiente;
- Provimento de melhores serviços aos cidadãos;
- Melhoria do processo democrático.

Com efeito, a *European Union* (EU, 2010) concebe o e-government como o uso de TIC's na provisão de melhores serviços públicos aos cidadãos e ao mercado, envolvendo também uma reflexão sobre as organizações e processos e uma mudança de comportamento para o fornecimento mais fácil, rápido e eficiente destes serviços para os seus demandantes. No mesmo sentido, a OCDE (2001) concebe o termo e-government como o uso de TIC's em um amplo escopo de funções governamentais, com potencial para transformar as estruturas e a operação do governo. Estes organismos internacionais utilizam uma concepção ampliada do governo eletrônico, enxergando a possibilidade de construção de um novo modelo de gestão pública em torno das TIC's.

Pinho (2008) concordou que o governo eletrônico não deve ser visto apenas por meio da disponibilização de serviços online, mas também pelas possibilidades de interação e participação entre governo e sociedade e pelo compromisso de transparência por parte dos governos. O GE, assim, também está intrinsecamente ligado aos conceitos de democracia, de *accountability* e de participação dos cidadãos.

Para a OCDE (2003 apud PRADO 2004), a política de governo eletrônico dos seus membros deve pautar-se nos seguintes pontos:

- aumento da eficiência do governo, mediante o uso do compartilhamento de dados, da rapidez e da capacidade operacional das TIC's;
- melhoria da qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo governo, por meio da centralização e interconexão entre eles;
- auxílio na obtenção de melhores resultados, relacionados com a troca de dados e informações interna e entre diferentes níveis de governo;
- contribuição para a obtenção de objetivos políticos mais amplos, diminuindo custos de processos e de transação existentes;
- indução da modernização e da reforma do setor público;
- melhoria da relação entre governantes e cidadãos, em busca de maior *accountability* dos governos.

Pinho (2008) indicou para a sociedade civil um papel de protagonista, pois esta adquire maiores possibilidades de controle do governo, e do próprio Estado por extensão, o que demanda também uma maior capacidade política da sua parte.

Por outro lado, Ferreira e Araújo (2000), apresentaram algumas restrições ao crescimento do governo eletrônico:

- universalização do acesso à informação, com o fornecimento de pontos de acesso e de educação para a melhoria da compreensão dos cidadãos;
- infra-estrutura de resposta, para a fiscalização e controle, é preciso ser capaz de responder às denúncias e sugestões formuladas pelos cidadãos;
- simplificação e pleno conhecimento das informações, com padronização e planejamento do processo de divulgação;

- natureza das informações, definindo quais informações podem ser divulgadas, como garantir a sua qualidade e confiabilidade a baixos custos.

Ainda, Ferreira e Araújo (2000) enfatizaram a necessidade de universalização do acesso do cidadão como aspecto crucial para o sucesso de políticas de transparência. Para os autores, este ponto é ainda mais importante nos países em desenvolvimento, com distribuição desigual de renda e presença de importante contingente populacional sem acesso aos meios de comunicação adequados à participação no processo.

Modernização administrativa

Agune e Carlos (2005 apud DINIZ ET AL., 2009) perceberam o governo eletrônico como um conjunto de ações modernizadoras vinculadas à administração pública. O GE surgiu em um contexto marcado pelo movimento da Nova Gestão Pública, quando a crise fiscal forçou os governos ao uso das TIC's como forma de melhorar a prestação de seus serviços, mudando a maneira de interação com o cidadão, empresas e outros governos.

Para Prado (2009), é possível associar as fases de desenvolvimento do governo eletrônico às duas fases da reforma do Estado definidas anteriormente neste estudo.

Ferreira e Araújo (2000) detalham duas funções que vinham adquirindo destaque nos debates em razão das crescentes demandas por uma gestão pública mais participativa e eficiente:

- permitir a troca rápida de informações entre membros do governo, como preços cotados em licitações, divulgação de experiências de gestão, dentre outras atividades para o aumento da eficiência na máquina pública; e
- aumentar a transparência da gestão pública, facilitando o exercício da *accountability*, que consiste na obrigatoriedade do gestor de prestação de contas ao cidadão (votante, consumidor e financiador dos bens públicos).

Para Ferreira e Araújo (2000) os principais benefícios do uso da Internet na oferta de serviços e divulgação de informações acerca das atividades da administração pública incluem maior transparência da gestão, facilidade para o exercício da *accountability*, agilidade no processo de participação popular e redução de custos no exercício da cidadania. Com efeito, o desafio de entender e responder com eficiência e eficácia às demandas sociais e econômicas crescentes em complexidade é inerente ao pensamento teórico da NPA. A evolução tecnológica e a disseminação do conhecimento adquiriram importante papel na geração de qualidade de vida e diminuição da desigualdade social.

De fato, Justice, Melitski e Smith (2005), defenderam o governo eletrônico na melhoria do relacionamento entre os cidadãos e o setor público, por meio do acesso à informação governamental, e como viabilizador do aumento da participação, da confiança e da satisfação por parte da sociedade em relação ao governo. Os autores também ressaltaram a possibilidade de aumentar a *accountability* e o engajamento dos cidadãos no processo democrático.

Para Diniz et al. (2009), temas como desempenho, eficiência, eficácia, transparência, mecanismos de controle, qualidade do gasto público e prestação de contas, associados ao processo de modernização da gestão pública, contribuíram para a construção de programas de governo eletrônico.

Com a globalização, os cidadãos, as empresas e demais organizações passaram a exigir acesso ao governo de modo cada vez mais rápido e facilitado, na expectativa de que os programas governamentais estivessem focados em suas necessidades. Este fato também impulsionou o uso das TICs no governo como mecanismo de implantação de modelos de gestão do setor privado, vistos como essenciais no alcance de resultados de alto desempenho (BEHN, 1998 apud PRADO 2009).

Diante do exposto, o Governo Eletrônico se apresenta como uma das maneiras encontradas pela gestão pública para viabilizar a reforma administrativa e como um meio de serem alcançadas melhores condições de prestação de serviços mais ágeis e eficientes à sociedade, reflexo de melhorias internas em sua gestão.

Desenvolvimento no Brasil

Matias-Pereira e Barbalho (2008) consideram que o governo eletrônico é um importante e estratégico instrumento para a implementação de políticas públicas, melhoria da transparência do Estado e diminuição de custos, sendo necessário, portanto, entender como vem acontecendo o processo de sua implantação no Brasil.

A primeira medida oficial em direção ao governo eletrônico foi prevista no PDRAE, em relação à implantação da Rede de Governo, que tinha por objetivo constituir uma rede de comunicação de dados interligando com segurança e agilidade a administração pública e viabilizando o repasse à sociedade de maior quantidade de informação, melhorando a eficiência e a transparência na condução dos negócios do Estado.

Posteriormente, foi criado o Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação (GTTI), para exame e proposição de políticas, diretrizes e normas relacionadas às novas formas eletrônicas de interação proporcionadas pela computação pessoal e pelo uso da Internet, com ênfase em três frentes fundamentais: junto ao cidadão; na melhoria da gestão interna; e na integração com parceiros e fornecedores.

O resultado foi a elaboração do Programa de Governo Eletrônico brasileiro que, segundo Medeiros (2004), tinha por objetivos:

- universalização e democratização do acesso aos serviços;
- melhoria da gestão e qualidade dos serviços públicos;
- transparência;
- redução dos custos unitários;
- simplificação de processos;
- informação como fator estratégico;
- convergência e integração das redes e sistemas de informação.

Conforme Culau e Fortis (2006), o Brasil tem investido no fortalecimento e aperfeiçoamento do governo eletrônico e dos sistemas estruturadores, cujas principais vantagens são: racionalização, simplificação e padronização do processo de gestão; possibilidade de organizar a informação em bases mais gerenciais; auxílio no processo de tomada de decisões; incentivo ao controle e à fiscalização mais eficiente das contas públicas.

O projeto Portal Rede Governo surgiu como solução que permitisse e assegurasse a intercomunicação e interoperabilidade em uma infra-estrutura integrada de comunicação e de serviços, segundo Araújo (2001 apud SIMÃO; RODRIGUES, 2005). O portal entrou em operação no ano 2000, constituindo-se em etapa importante do Projeto de Reforma do Estado, segundo Simão e Rodrigues (2005).

O sítio eletrônico Contas Públicas surgiu com a Lei nº 9.755/98, configurando-se como a primeira iniciativa legal no sentido de incorporar a obrigatoriedade da divulgação de informações das contas públicas na Internet. Neste sítio, as entidades gestoras de recursos públicos seriam obrigadas a disponibilizar determinadas informações orçamentárias e financeiras mensalmente, segundo Prado (2004).

O Portal da Transparência, criado em 2004, se constituiu em uma inovação em matéria de transparência da gestão pública, segundo Culau e Fortis (2006). O portal veicula informações sobre a execução orçamentária e financeira dos Ministérios. As informações compreendem gastos com serviços e obras efetuados por órgãos e entidades, repasses de recursos federais a estados e municípios, operações de descentralização de recursos e operações de crédito realizadas por instituições financeiras oficiais de fomento.

2.2 Transparência fiscal eletrônica

A partir da década de 1990, muitos países passaram a adotar mecanismos de restrição fiscal para evitar o uso irresponsável de recursos públicos visando à permanência no poder (MENEZES, 2006). Podem ser citados como exemplos importantes da adoção de regras fiscais, orçamento equilibrado e normas de transparência, o Tratado de Maastricht, assinado por alguns países da União Européia em 1992, que estabelecia o atendimento de certos limites necessários à estabilidade macroeconômica do país, o *Budget Enforcement Act* - BEA de 1990, adotado pelos Estados Unidos, e o *Fiscal Responsibility Act* - FRA de 1994, adotado pela Nova Zelândia (LIMA, 2002 apud MENEZES 2006).

As experiências bem sucedidas dos países desenvolvidos suscitaram interesse por parte de países da América Latina, desde o final da década de 1990, que desejavam garantir a estabilidade macroeconômica. Muitos deles criaram leis com o intuito de reforçar as instituições orçamentárias e de promover a disciplina fiscal em todas as esferas de governo. Atenção especial foi dada aos entes sub-nacionais em razão do intenso processo de descentralização política e fiscal ocorrida em boa parte dos países latino-americanos (MENEZES, 2006).

2.2.1 Lei de responsabilidade fiscal

O conhecimento dos fatores internos e externos que demandaram uma postura fiscal mais conservadora por parte do Estado no Brasil é fundamental para compreensão do processo de responsabilidade fiscal, segundo Menezes (2006).

A CRFB promoveu um processo de descentralização de recursos que beneficiou especialmente os municípios e que não foi acompanhada de uma redefinição das atribuições de cada nível de governo e nem de mecanismos de responsabilidade fiscal. Os entes federativos podiam fazer gastos superiores a sua arrecadação tributária e obter socorro da União em caso de inadimplência quanto aos seus compromissos.

Leite (2005) relata que crises econômicas e financeiras durante a década de 1990 obrigaram o Brasil a solicitar socorro financeiro ao Fundo Monetário Internacional e a desvalorizar o câmbio em janeiro de 1999. Além da mudança na política cambial e monetária (com adoção do câmbio flutuante e do regime de metas inflacionárias), o governo se viu obrigado a efetivar programa rigoroso de ajuste fiscal.

A crise fiscal era agravada pela situação financeira dos governos sub-nacionais. Somente com o acordo na renegociação das dívidas, os governos das esferas estaduais admitiram a implantação de políticas de austeridade fiscal.

Ademais, a LRF fornecia instrumentos legais para a realização de cortes de despesas, especialmente de pessoal, que reduziam o ônus político dos governadores ao adotarem tais medidas.

Assim, segundo Leite (2005), entrou na agenda política do governo a idéia de regulamentar o art. 163 da Constituição, que tratava de finanças públicas, em razão do progressivo endividamento dos entes federativos e das crises econômicas. Conforme a autora, ao mesmo tempo, houve um processo de conscientização por parte dos políticos e da opinião pública sobre a necessidade de mudança do regime fiscal para maior austeridade.

No Brasil, a preocupação efetiva com a disciplina fiscal em todos os níveis de governo só se manifestou no contexto da crise de confiança externa, déficits primários sucessivos, desvalorização cambial e aumento da dívida interna na segunda metade da década de 1990 (MENEZES, 2006).

Assim, a LRF pode ser vista como resultado das pressões da sociedade para que os gestores públicos utilizassem melhor os recursos disponibilizados pelos contribuintes, evitando o aumento dos impostos e a diminuição dos investimentos pelo setor público. De fato, a LRF incentivou o exercício pleno da cidadania, especialmente na participação do contribuinte no processo de acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e de avaliação dos seus resultados, segundo análise de Mendes (2005, apud ROGERS; SENA 2007).

A Lei de Responsabilidade Fiscal contribuiu para que mudanças propostas pela Reforma Bresser fossem efetivadas. Com o desempenho das relações entre Estado e mercado nos anos 1990 em meio ao contexto da globalização e da democratização das instituições, a redução dos gastos do governo promoveria o aumento da sua credibilidade perante os mercados financeiros, da maior participação dos cidadãos no controle dos governantes e dos padrões democráticos de gestão pública. Assim, como a CRFB, a LRF pode ser encarada como um grande avanço institucional.

Com a LRF, também foram unificados os processos de planejamento e orçamento, criados indicadores e metas de desempenho, formulados mecanismos de avaliação de resultados, introduzida a gestão participativa e adotado enfoque estratégico na concepção dos programas de governo.

Para Cruz et al. (2006 apud SANTANA JUNIOR, 2008), o caráter ousado da LRF objetivou corrigir os rumos da administração pública, buscando o equilíbrio entre receita e despesa, mediante o controle e a transparência das ações de governo em relação à sociedade, e vem produzindo grandes desafios nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

A LRF foi materializada na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelecendo normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, que teria como pressupostos a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a:

- renúncia de receita;
- geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária;
- operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

As disposições contidas na LRF obrigaram a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, Judiciário e o Ministério Público, bem como as administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Para Khair (2000), a LRF constituiu-se num marco em matéria de finanças públicas no Brasil e trouxe importantes instrumentos de planejamento e de controle de gestão para os Municípios.

Com efeito, a pesquisa bibliográfica desenvolvida neste trabalho mostrou que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido geralmente encarada pelas pesquisas acadêmicas como meio de promoção de uma mudança cultural e institucional na forma de gestão dos recursos públicos. Para alcançar o equilíbrio fiscal das contas públicas, foram estabelecidas regras claras para a adequação das despesas e dívidas em níveis compatíveis com as receitas e de mecanismos para uma ação planejada e transparente para a diminuição de riscos e correção de desvios.

Para Pelicioli (2000) a LRF configurou-se como um sistema de planejamento, execução orçamentária e disciplina fiscal até então inexistente, com o objetivo de controlar o déficit público para estabilizar a dívida em um nível suportável para a condição de economia emergente. Para Leite (2005), a sanção da LRF foi um capítulo relevante do processo de ordenamento Fiscal ao sistematizar e criar novas regras para ordenar o processo orçamentário, controlar gastos públicos e nível de endividamento dos entes federativos.

Culau e Fortis (2006) assinalaram que a LRF representou a criação de um compromisso com a gestão fiscal responsável e com o equilíbrio das contas públicas, alcançadas pelo estabelecimento de regras precisas sobre níveis de endividamento e de gastos com despesas de pessoal. Outro passo importante, para os autores, foi a definição de normas e critérios claros voltados para a escrituração e consolidação das contas. A padronização de demonstrativos e relatórios contábeis contribuiu fortemente para a comparabilidade das informações geradas pelos diversos entes da Federação.

A lei estabeleceu também, uma série de normas de transparência na gestão e divulgação dos dados referentes aos gastos públicos, visando ampliar o controle do eleitor sobre o comportamento dos políticos (MENEZES, 2006).

O acompanhamento e a fiscalização das finanças públicas pelos órgãos de controle e pela sociedade têm como alicerce os quatro pontos fundamentais da LRF: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilização (KHAIR, 2000).

O controle foi aprimorado na LRF pelo detalhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e pela criação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), que permitem a ampliação da divulgação de informações.

Alguns dos principais pontos da LRF destacados por Khair (2000) foram os seguintes:

- estabelecimento de limites para gastos de pessoal, explicitando a responsabilidade de cada Poder;
- proibição do aumento das despesas com pessoal no segundo semestre, da contratação de antecipação de receita orçamentária e da contratação de obrigações nos últimos oito meses que não tenham recursos gerados no próprio mandato para seus pagamentos;
- obrigatoriedade de indicação de fonte de financiamento assegurada para a efetivação de despesas de duração superior a dois anos;
- assunção de compromissos com metas fiscais pelo Poder Executivo do Município a cada quatro meses, apresentando os demonstrativos quanto ao seu cumprimento;
- proibição de refinanciamento de dívidas de Estados e Municípios, de forma que cada ente da Federação fosse responsável pela administração de suas finanças.
- suspensão de transferências voluntárias, das contratações de operações de crédito e da concessão de garantias para a obtenção de empréstimos.

As infrações dos dispositivos da LRF são punidas segundo o Código Penal, a Lei 1.079, de 10/04/1950, como crime de responsabilidade para governadores e presidentes, o Decreto-Lei 201, de 27/02/1967, que dispõe sobre crimes cometidos por prefeitos e vereadores, e a Lei 8.429, de 02/05/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito e demais normas da legislação pertinente.

Responsabilidade Fiscal nos Municípios

Visando maior racionalização no uso de recursos, a CRFB assegurou como princípio administrativo a descentralização da execução dos serviços sociais e de infraestrutura, bem como dos recursos orçamentários, para os estados e municípios (BRSIL, 1995). Conseqüentemente, estes últimos aumentaram sua participação na repartição da carga tributária.

Para Santos Junior (2000), a CRFB representou um marco no processo de descentralização política no Brasil, ao reconhecer os municípios como entes federados e ao atribuir-lhes maiores competências no campo das políticas sociais. Para o autor, a esfera municipal vem sendo considerada capaz de promover melhor desenvolvimento social, em razão da sua proximidade com os cidadãos, e de operar as mudanças sociais necessárias à maior eficiência e à maior competitividade econômicas requeridas pela inserção das cidades na dinâmica da globalização.

Magalhães et al. (2005) conduziram estudo em nove municípios do interior do Estado de Minas Gerais, entrevistando contadores e Prefeitos. A opinião predominante foi de que a LRF auxilia na melhor gestão dos recursos públicos que os contribuintes colocam à disposição dos governantes, inibindo também o seu direcionamento conforme interesses pessoais. As opiniões dos entrevistados estavam em consonância com o pensamento exposto por Khair (2000) de que, ao restringir a expansão das despesas, a LRF induziria os governos a direcionar e controlar melhor seus recursos, promovendo racionalização de custos que dariam maior eficiência à máquina pública.

Por outro lado, os prazos de entrega dos relatórios da LRF foram apontados como uma dificuldade por um dos entrevistados: “o maior obstáculo é o prazo para publicar as informações e os relatórios, que é muito curto, em função do excesso de burocracia” (MAGALHÃES ET AL., 2005).

De fato, a LRF reconheceu que tais dificuldades surgiriam para os pequenos Municípios no cumprimento das suas regras, pois em seu art. 63 facultou àqueles com menos de 50 mil habitantes optarem por:

- fazer a verificação do cumprimento dos limites de despesas com pessoal ao final do semestre (inciso I); e
- divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal e demonstrativos que acompanham o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, até trinta dias após o encerramento do semestre correspondente (inciso II e § 1º);

Leite (2005) confirmou que a maior demanda por investimento da União na capacitação de pessoal para implementação da LRF era das prefeituras, portanto um acordo com os deputados federais na época da tramitação da LRF na Câmara, no qual o governo se comprometeu a dar apoio financeiro para os municípios.

Assim, em seu art. 64, a LRF determinou que a União prestasse assistência técnica e cooperação financeira a todos os municípios para a modernização de suas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas. A assistência técnica consiste no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, incluindo o apoio à divulgação dos instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico de amplo acesso público. A cooperação financeira compreende a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas.

Conforme Khair (2000), as punições fiscais também têm pouco impacto nas receitas dos municípios, pois atingem a concessão de empréstimos, que correspondiam a cerca de 1% da receita dos entes municipais, e as transferências voluntárias, deixando de fora educação, saúde e assistência social, que representavam os maiores repasses.

2.2.2 Instrumentos de transparência fiscal eletrônica

Ferreira e Araújo (2000) reconheceram que a emergência das TIC's exigiu mudanças na condução de governos democráticos e na forma de relacionamento entre o setor público e a sociedade civil. A LRF também trouxe um novo reforço à exigência de transparência eletrônica no âmbito estatal brasileiro (PLATT NETO ET AL., 2007).

Os instrumentos de transparência da gestão fiscal que devem ser divulgados em meios eletrônicos foram descritos no art. 48 da LRF e são os seguintes:

- planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- prestações de contas e respectivo parecer prévio;
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária
- Relatório de Gestão Fiscal; e
- versões simplificadas desses documentos.

A LRF foi modificada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que introduziu um parágrafo único ao art. 48, assegurando a transparência também mediante outros mecanismos que não serão considerados no presente estudo, em razão do pouco tempo disponível para que os municípios se adaptassem a estas exigências, com exceção das audiências públicas, que já possuíam previsão na LRF quanto à avaliação quadrimestral da gestão fiscal.

A transparência da LRF pode ser entendida da seguinte forma:

“a transparência na gestão fiscal é tratada na Lei como um princípio de gestão, que tem por finalidade, entre outros aspectos, franquear ao público acesso a informações relativas às atividades financeiras do Estado e deflagrar, de forma clara e previamente estabelecida, os procedimentos necessários à divulgação dessas informações” (CRUZ ET AL., 2001 apud PLATT NETO ET AL., 2007).

Para Culau e Fortis (2006) a transparência, entendida como produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a LRF. A transparência aproxima o Estado da sociedade, ampliando o nível de acesso do cidadão às informações sobre a gestão pública.

A maior transparência possibilita também a fiscalização pelo cidadão e a responsabilização pelo cumprimento das metas (MENEZES, 2006). Os governantes, ao estarem obrigados a prestar contas de sua gestão, submetem o seu desempenho à avaliação da sociedade.

O componente compreensibilidade da transparência merece atenção, pois um orçamento complexo demais permite a utilização de artifícios contábeis que podem esconder a situação real das contas. O baixo nível de politização do brasileiro e a natureza eminentemente técnica das informações fiscais, orçamentárias e financeiras dificultam o entendimento popular, segundo Culau e Fortis (2006).

Por fim, cita-se Justice, Melitski e Smith (2000), para os quais a transparência fiscal e o envolvimento dos cidadãos nos processos e decisões são amplamente entendidos como condições necessárias à *accountability* na alocação e gestão de recursos no setor público.

Destacam-se também as dificuldades que podem ser encontradas pelo GE, descritas por Ferreira e Araújo (200) e citadas anteriormente como barreiras importantes à Transparência Fiscal Eletrônica (TFE). Quanto às dificuldades previstas na divulgação dos instrumentos de transparência fiscal, a OCDE (2003 apud PRADO 2004) chama a atenção sobre a possibilidade da exclusão digital como barreira aos benefícios do governo eletrônico, até nos países mais desenvolvidos.

Para a adoção de normas de consolidação das contas públicas e para a padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal, a LRF previu um Conselho de Gestão Fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade. O Conselho deveria também acompanhar e avaliar, de forma permanente, a política e a operacionalidade da gestão fiscal.

Como o mencionado Conselho ainda não foi instalado, RREO, RGF, Anexo de Riscos Fiscais e Anexo de Metas Fiscais, vem sendo elaborados com base em manuais e demais orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda.

2.2.2.1 Planos e orçamentos

O ponto de partida da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo Khair (2000) é o planejamento. Através dele são estabelecidas as regras do jogo da gestão fiscal, em conjunto com as novas funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja discussão e elaboração passaram a contar com a participação popular, inclusive em audiências públicas, assegurando maior transparência da gestão governamental. Estas regras do jogo incluem metas, limites e condições para a gestão das receitas e das despesas (KHAIR 2000).

Santos (2010) ressaltou que, depois de muitas décadas de uma gestão conturbada por desequilíbrios econômicos e instabilidade, a CRFB estabeleceu as bases para a retomada de um processo amplo de planejamento que não se prende ao modelo adotado nos grandes planos nacionais anteriores e preconiza:

- a adoção de sistema de planejamento constituído por planos e programas nacionais, regionais e setoriais;
- a consolidação de um Plano Plurianual de médio prazo; e
- que o detalhamento deve ser feito anualmente por meio de uma Lei Orçamentária Anual, elaborada e executada de acordo com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, igualmente de periodicidade anual.

As CRFB, art. 165, determinou que cabe ao Poder Executivo a iniciativa de estabelecer as leis orçamentárias, que são as seguintes:

- Plano Plurianual (PPA).
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Lei Orçamentária Anual (LOA).

O orçamento público é instrumento central de gestão, possibilitando a tradução do planejamento estratégico em programas de trabalho, o acompanhamento gerencial das ações no curso de sua execução e o controle dos atos de governo, tanto por meio da fiscalização formal quanto da avaliação de desempenho (SANTOS, 2010).

Em termos simples, o orçamento público reúne, de forma sistemática e organizada, todas as receitas estimadas para um determinado ano e o detalhamento das despesas que o governo espera executar. Na sua forma, portanto, ele é um documento contábil de receitas e despesas (SANTOS, 2010).

A LDO e a LOA deverão ser elaboradas e terem as propostas de emendas em consonância com o PPA.

Plano plurianual

O PPA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Com base em um planejamento estratégico de governo, o PPA define as estratégias, diretrizes e metas de médio prazo, caracterizando-se como plano de ação que discrimina os objetivos de governo a serem perseguidos durante o mandato do chefe do poder executivo, estabelece os programas setoriais a serem implementados e define as fontes de financiamento e as metodologias de elaboração, gestão, avaliação e revisão dos programas (SANTOS, 2010).

Segundo Magalhães et al. (2005), o PPA é um planejamento em que devem constar todas as prioridades do Município. Entretanto, em sua pesquisa com nove municípios mineiros do interior, apenas em três delas os Prefeitos auxiliavam na elaboração do plano, conforme os depoimentos:

“[...] é elaborado pelo contador e prefeito. No decorrer do tempo é preciso fazer alguma modificação, não tem como segui-lo cem por cento”; “A elaboração do PPA é feita pelo prefeito, contador e pessoal da tesouraria” (MAGALHÃES ET AL., 2005).

Magalhães et al. (2005) identificaram que, embora a Lei de Responsabilidade Fiscal ocasione mais trabalho aos Municípios na preparação dos instrumentos do orçamento (PPA, LOA, LDO), ao fazê-lo, o governo facilita sua gestão orçamentária, dá mais transparência para a cidade e ordena as suas prioridades.

Lei de diretrizes orçamentárias

O art. 165, da CRFB, determinou que Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecessem as diretrizes orçamentárias e obrigou que a LDO compreendesse as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da LOA, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Conforme o art. 4º da LRF, a LDO deve dispor sobre: a) equilíbrio entre receitas e despesas; b) critérios e formas de limitação de empenho; e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme determinação do art. 4º, § 1º, da LRF, a LDO deve ser integrada por Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. Conforme o § 2º, do mesmo dispositivo, este Anexo conterá também o seguinte:

- avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores públicos e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;
- demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

O art. 4º, § 3º, da LRF estabeleceu que a LDO deve conter Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem. Exemplo disso é a possibilidade de aumento das despesas de pessoal por força de possível decisão desfavorável à prefeitura em processo movido por parcela do funcionalismo reivindicando reajuste salarial não concedido, em suposto desrespeito à lei salarial em vigor (KHAIR, 2000).

Até a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO, para a maioria dos Municípios, era apenas um mero indicador de intenções genéricas do governo municipal. Agora, a LDO deverá ser um verdadeiro instrumento de planejamento e norteador de elaboração da Lei Orçamentária Anual (KHAIR, 2000).

Lei orçamentária anual

A importância da LOA pode ser aferida pelo art. 167, inciso I, da CRFB, que vedou o início de programas ou projetos não incluídos nela.

Além disso, pelo art. 166, § 3º, as emendas ao projeto da LOA ou aos projetos que a modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

- sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

- indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou
- sejam relacionadas: a) com a correção de erros ou omissões; ou b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

Conforme o inciso III, do art. 165 da CRFB/1988, os orçamentos anuais devem ser estabelecidos por Leis de iniciativa do Poder Executivo. O § 5º do mesmo dispositivo constitucional determina ainda que a lei orçamentária anual contenha:

- orçamento fiscal referente aos Poderes seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- orçamento de investimento das empresas em que direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;
- o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

O art. 165 da CRFB/2, § 6º e § 8º, estabeleceu algumas regras que convém ressaltar:

- o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo sobre as receitas e despesas contendo as isenções, as anistias, as remissões, os subsídios e os benefícios financeiros, tributários e creditícios; e
- a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos suplementares e para a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

A LRF, art. 5º, estabeleceu que o projeto da LOA, elaborado de forma compatível com o PPA, com a LDO e com as normas de responsabilidade na gestão fiscal, obedecerá ao seguinte:

- conteria demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- seria acompanhada do demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de renúncia de receita e do aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- conteria reserva de contingência, definida com base na receita corrente líquida, destinada ao pagamento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Ainda, o art. 5º, § 4º e § 5º, da LRF, estabeleceu vedação para a consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e que a LOA não consignaria dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

2.2.2.2 Prestação de contas

Para Platt Neto et al. (2007), as contas públicas representam o conjunto de dados e informações de natureza econômica e financeira das entidades públicas, produzidas pelos órgãos de contabilidade, planejamento e orçamento. Segundo os autores, tais informações podem associar dados monetários com não monetários, de natureza financeira, orçamentária e operacional, abrangendo todos os registros e demonstrativos produzidos, publicados ou não, concernentes ao passado e ao futuro, relativos ao uso dos recursos públicos.

A LRF reforçou os princípios da Federação ao determinar que os governantes dos Municípios prestem contas de seus atos ao seu respectivo Legislativo, ou seja, à comunidade que os elegeu (KHAIR, 2000).

A CRFB, art. 30, estabeleceu que os municípios devessem arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, mas com a obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos legais fixados.

A CRFB, em seu art. 31, determinou que a fiscalização do Município fosse exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Este controle externo legislativo será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas.

Ademais, o art. 58 da LRF estabeleceu que a prestação de contas evidenciasse o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

Por fim, o art. 51 da LRF determinou que os Municípios encaminhassem suas contas ao Executivo da União até 30 de abril, com cópia para o Executivo do respectivo Estado. O descumprimento do prazo impedirá, até que a situação seja regularizada, que a prefeitura receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária.

A Prestação de Contas (PC) figura como um dos principais instrumentos de transparência fiscal, pois serve para a promoção da *accountability* perante a sociedade.

Parecer prévio

O art. 57 da LRF estabeleceu que os Tribunais de Contas devem emitir Parecer Prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais. Supõe-se que a divulgação do PP nos sítios das prefeituras municipais indique o desejo do governo local em tornar pública a avaliação de suas contas.

No caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes, o prazo para a emissão do Parecer Prévio será de cento e oitenta dias. O Parecer Prévio se configura como fonte de informação mais independente, elaborada por um órgão técnico que auxilia o Poder Legislativo na tarefa de controle externo, incluindo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do ente público (SANTANA JUNIOR 2008).

2.2.2.3 Relatório resumido da execução orçamentária

O RREO é elaborado bimestralmente e tem por objetivo demonstrar a situação orçamentária das receitas, comparando a execução com a previsão.

O RREO foi previsto no art. 165, § 3º, da CRFB que determinou a sua publicação pelo Poder Executivo até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. Conforme o art. 52 da LRF, o RREO deve ser composto de:

- balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as: a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada; b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;
- demonstrativos da execução das: a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar; b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício; c) despesas, por função e subfunção.

Conforme o art. 53 da LRF/2000, o RREO deve ser acompanhado de demonstrativos de:

- apuração da receita corrente líquida, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

- receitas e despesas previdenciárias;
- resultados nominal e primário;
- Restos a Pagar, detalhando os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

Além disso, o § 1º do art. 53 da LRF determinou que, no último bimestre do exercício, o RREO fosse acompanhado também dos seguintes demonstrativos:

- de que as operações de crédito não excederam o montante das despesas de capital, com ressalva daquelas autorizadas na forma da Lei;
- das projeções atuariais dos regimes de previdência; e
- da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

Quando fosse o caso, seriam apresentadas justificativas da limitação de empenho e da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança. O descumprimento do prazo de publicação do RREO sujeita a prefeitura a não receber transferências voluntárias e a não contratar operações de crédito.

2.2.2.4 Relatório de gestão fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) foi instituído pela LRF para permitir o controle da observância dos limites e condições estabelecidos e o acompanhamento e controle da gestão fiscal. Conforme o art. 54 da LRF, o RGF deve ser emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos. No caso do Poder Executivo municipal, o relatório deverá ser assinado pelo Prefeito e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio deste Poder. Conforme o art. 55 da LRF/2000, o Relatório de Gestão Fiscal deve conter:

- comparativo com os limites tratados na Lei de Responsabilidade Fiscal, dos seguintes montantes: a) despesa total com pessoal, distinguindo a com

- inativos e pensionistas; b) dívidas consolidada e mobiliária; c) concessão de garantias; d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;
- indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites.

Ainda conforme o art. 55 da LRF/2000^o, o RGF do último quadrimestre deve conter os seguintes demonstrativos: a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro; b) da inscrição em Restos a Pagar; c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38, referente a operações de crédito por antecipação de receita.

O Relatório será publicado até 30 dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive pela Internet. O descumprimento do prazo pelo Executivo ou Legislativo sujeita a prefeitura a não receber transferências voluntárias e a não contratar operações de crédito.

2.2.2.5 Versões simplificadas

A divulgação das contas públicas pressupõe o fornecimento de informações confiáveis e relevantes aos interesses dos usuários, apoiando o processo decisório. Para o atendimento dos interesses dos cidadãos, os dados e informações fornecidos devem estar revestidos de características como confiabilidade, tempestividade e comparabilidade. Adicionalmente, para uma compreensão adequada, as contas públicas deveriam estar expressas em linguagem acessível aos usuários, na condição de receptores da comunicação.

No entanto, observa-se que os gestores têm divulgado relatórios elaborados somente para atendimento à legislação, indicando uma falta de preocupação com os interesses e necessidades dos usuários.

Para Culau e Fortis (2006), a transparência das informações fiscais, orçamentárias e financeiras da administração pública mostram-se insuficientes para aproximar o cidadão do governante, a sociedade do Estado.

A dificuldade de compreensão da linguagem complexa inerente aos assuntos fiscais e orçamentários torna as informações produzidas e divulgadas pouco acessíveis aos cidadãos. Adicionalmente, o analfabetismo digital funciona como elemento restritivo à ampla participação social. A disparidade regional brasileira também afeta negativamente a transparência e o controle da sociedade sobre os recursos públicos, já que parcela significativa dos municípios apresenta estrutura administrativa e institucional bastante precária. Nesse aspecto, a assistência técnica e a cooperação financeira da União assumem importância inegável (CULAU; FORTIS, 2006).

2.2.2.6 Participação popular e audiências públicas

Para Rogers e Sena (2007), dentre as três esferas de governo, a municipal é a que possui ligações mais diretas com o cidadão, pois assume todas as responsabilidades na ordenação da cidade e na organização dos serviços públicos locais. No estreitamento desta relação está a garantia de uma eficaz administração pública. Para os pequenos Municípios, essa interação é quase natural, pois a população conhece e tem mais fácil acesso ao prefeito e à sua equipe (KHAIR 2000).

As Audiências Públicas se constituem em um dos mecanismos de que dispõe a sociedade para fiscalização e participação junto ao setor público. Neste sentido, a LRF estabeleceu em seu art. 9º, § 4º, que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstraria e avaliaria o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão permanente prevista no art. 166, § 4º, da CRFB e instituída na Casa Legislativa municipal.

Ademais, a LRF, modificada pela LC nº. 131, também trata das Audiências Públicas em seu art. 48, Parágrafo único, inciso I, quando impõe a transparência mediante o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos e orçamentos.

Segundo Khair (2000), com essas medidas, a LRF procura estimular a adoção do orçamento participativo pelos municípios, que amplia e aprofunda a democracia, desenvolvendo a cidadania ao estabelecer melhor controle social sobre o Estado, reduzindo o clientelismo, criando maior interação entre governo e comunidade e aprimorando as regras de discussão, deliberação e acompanhamento orçamentário das prioridades pactuadas com o governo. Além do orçamento participativo, o governo pode buscar a aproximação com a sociedade com a criação de conselhos comunitários, uso dos meios de comunicação para informar e prestar conta dos seus atos e a promoção de pesquisas de opinião sobre as necessidades da comunidade.

3 METODOLOGIA

Conforme a tipologia proposta por Triviños (1987, apud ZANELLA, 2006), as pesquisas podem ser classificadas quanto a sua finalidade em estudos exploratórios, descritivos e experimentais. As pesquisas exploratórias têm a finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado problema. Segundo o autor, este tipo de pesquisa, aparentemente simples, explora a realidade buscando maior conhecimento, para depois planejar uma pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas, descrevendo fatos e fenômenos.

O presente estudo teve características dos dois tipos de pesquisa detalhados anteriormente. A pesquisa exploratória consistiu no estudo bibliográfico e documental que foi realizado para aquisição de maior familiaridade com o problema proposto e para consolidação do referencial teórico. Foram abordados assuntos como modelos de gestão pública, governo eletrônico e transparência fiscal, que embasaram a coleta de dados e a análise dos resultados da pesquisa.

Em seguida, foi realizada a pesquisa descritiva que consistiu em duas etapas: estudo dos níveis de transparência fiscal eletrônica dos municípios fluminenses apresentados em seus sítios eletrônicos, a partir da análise da publicação na Internet dos instrumentos de transparência obrigatórios, com o uso de um protocolo de observação; e estudo das relações com os indicadores socioeconômicos de cada município por meio de técnicas estatísticas.

Quanto à natureza do relacionamento entre as variáveis que foram estudadas nesta pesquisa, podemos classificá-la como descritiva, segundo Mattar (1999, apud ZANELLA, 2006), pois se tratou de responder quais municípios estavam divulgando as informações, que informações estavam sendo divulgadas e como o nível de transparência fiscal eletrônica se relacionou com os indicadores respectivos, tudo em determinado período de tempo considerado.

Quanto ao objetivo e ao grau em que o problema de pesquisa estava cristalizado, na taxonomia proposta por Mattar (1999, apud ZANELLA, 2006), a pesquisa poderia ser classificada em exploratória ou conclusiva. Como esta pesquisa buscou respostas para as questões ou hipóteses de pesquisa, ela foi classificada como conclusiva.

Ainda, segundo Mattar (1999, apud ZANELLA, 2006), quanto à natureza das variáveis, as pesquisas podem ser classificadas em qualitativas e quantitativas. A presente pesquisa, quanto às variáveis, foi considerada quantitativa, pois procurou medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando análises das associações entre os indicadores e o cumprimento da LRF quanto à divulgação dos instrumentos de responsabilidade fiscal em meio eletrônico. Ademais, as hipóteses e variáveis também foram claramente definidas. Não obstante, as variáveis foram transformadas em categóricas nominais e ordinais durante o processo de análise de associação, em razão da natureza das distribuições de dados e dos métodos estatísticos empregados

3.1 Caracterização dos municípios fluminenses

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989 trata da organização dos municípios, reconhece suas autonomias política, administrativa e financeira, bem como estabelece suas atribuições, que, segundo Santos Junior (2000), incluíram a competência para legislar sobre assuntos de interesse local; instituir e arrecadar tributos; criar, organizar e suprimir distritos; organizar e prestar serviços de interesse local; manter programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental; prestar serviços de atendimento à saúde da população; elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano; e promover a proteção do patrimônio histórico-cultural.

Santos Junior (2000) analisou as transformações nos governos dos municípios da região metropolitana fluminense, notando que Rio de Janeiro e Niterói sempre apresentaram bons desempenhos em qualquer indicador, diferentemente da maioria dos outros municípios, em que o desempenho apresentava grande variação quando eram utilizados diversos indicadores. O autor ressalta que os dois municípios tinham uma grande cobertura de serviços, alta qualidade de vida, dinamismo econômico e boa infra-estrutura para grandes empreendimentos econômicos, características que permitem melhor garantia dos direitos sociais básicos à maioria da população e que gera contextos sociais de maior equidade no exercício dos direitos de cidadania.

Para a formação de um quadro mais detalhado sobre a situação dos municípios do Rio de Janeiro, e utilização no estudo das relações com os níveis de transparência fiscal, foram levantados indicadores em sítios oficiais.

3.2 População e amostra

A pesquisa procurou considerar como população a totalidade dos municípios fluminenses, constituída por 92 entes federados. Esta medida permitiria dispensar a utilização de amostragem. Por isso, todos os sítios oficiais foram observados para o alcance dos objetivos de verificação da divulgação dos instrumentos de TFE e de quantificação do nível de TFE dos municípios.

Entretanto, durante a fase de levantamento dos indicadores socioeconômicos de todos os 92 municípios, disponíveis em sítios eletrônicos oficiais e elaborados por instituições públicas de destaque, verificou-se a ausência de dados de alguns municípios.

Os dados da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a situação fiscal dos municípios estavam disponíveis apenas para o ano de 2009 e não incluíam 6 municípios fluminenses, obrigando a utilização de uma amostra de 86 entes federados.

A situação se repetiu com o uso do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e com o uso do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Estes últimos levantamentos não incluíram o município de Mesquita, que ainda não havia sido criado, o que forçou o uso de uma amostra de 91 entes federados.

Assim, estas amostras não foram probabilísticas, mas surgiram a partir de uma situação em que não foi possível contemplar todos os indivíduos da população, nem proceder a uma amostragem aleatória. Estas amostras foram usadas na análise de associação entre a decisão de divulgação dos instrumentos, os níveis de TFE e os indicadores socioeconômicos do ano 2000 relacionados pelo IBGE e pelo PNUD. Em relação às avaliações de associação que utilizaram outros indicadores, foi mantido o uso da população total de municípios fluminenses.

3.3 Instrumentos de pesquisa

O instrumento principal da pesquisa consiste de versão modificada de um protocolo de observação elaborado por Santana Junior (2008) e utilizado para avaliação dos níveis de Transparência Fiscal Eletrônica dos estados brasileiros.

Tabela 1 – Protocolo de Investigação dos níveis de Transparência Fiscal Eletrônica

Nº	Questões de Investigação	Pontos
1	O Poder Executivo está divulgando o PPA via internet?	4
2	O Poder Executivo está divulgando a LDO via internet?	4
3	O Poder Executivo está divulgando a LOA via internet?	4
4	O Poder Executivo está divulgando a PC via internet?	6
5	O Poder Executivo está divulgando o RREO via internet?	12
6	O Poder Executivo está divulgando o RGF via internet?	6
7	A divulgação dos instrumentos de transparência fiscal eletrônica é atual?	6
8	O Poder Executivo está divulgando a versão simplificada do PPA via internet?	2
9	O Poder Executivo está divulgando a versão simplificada da LDO via internet?	2
10	O Poder Executivo está divulgando a versão simplificada da LOA via internet?	2
11	O Poder Executivo está divulgando a versão simplificada da PC via internet?	6
12	O Poder Executivo está divulgando a versão simplificada do RREO via internet?	12
13	O Poder Executivo está divulgando a versão simplificada do RGF via internet?	6
14	A versão simplificada dos instrumentos de transparência fiscal eletrônica apresenta uma preocupação com uma linguagem adequada, que permita uma melhor compreensão por parte do cidadão?	12
15	O Poder Executivo está divulgando via internet o calendário das audiências públicas trimestrais para avaliação das metas fiscais?	1
16	O Poder Executivo está divulgando via internet as apresentações das audiências públicas trimestrais para avaliação das metas fiscais?	6
17	O Poder Executivo incentiva a Participação Popular via internet durante o processo de elaboração do plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA)?	6
18	O site do Poder Executivo apresenta a ferramenta de MAPA para facilitar a busca de informações por parte do cidadão?	1
19	O site do Poder Executivo divulga e-mail ou formulário de contato institucional?	1
20	O site do Poder Executivo divulga e-mail ou formulário de contato com o Prefeito?	1
Total		100

Fonte: adaptado de Santana Junior (2008)

A modificação consistiu na redistribuição de pontos entre as questões para que totalizassem 100 pontos e refletissem os critérios utilizados nesta pesquisa para atribuição destes pontos.

Os seguintes critérios e justificativas foram adotados para a atribuição de pontos por divulgação verificada com o uso do protocolo de observação.

- PPA, LDO e LOA: as leis orçamentárias deveriam estar disponíveis para acesso fácil, independentemente do conhecimento do usuário sobre o seu número de identificação; a divulgação do texto de cada lei garantiu 1 ponto por peça; a divulgação dos anexos de cada lei garantiu 3 pontos por peça.

- PC: a prestação de contas deveria ser aquela encaminhada ao Tribunal de Contas e garantiu 4 pontos ao ente federado; a presença do parecer prévio do Tribunal de Contas, como demonstração da vontade do poder executivo de que tal avaliação fosse do conhecimento da sociedade, garantiu mais 2 pontos;
- RREO: para cada peça bimestral, foram atribuídos 2 pontos pela divulgação; observou-se também a faculdade de alguns municípios de apresentarem informações em bases semestrais de acordo com o número de habitantes;
- RGF: para cada peça quadrimestral, foram atribuídos 2 pontos pela divulgação; observou-se também a faculdade de alguns municípios de apresentarem informações em bases semestrais de acordo com o número de habitantes;
- Atualidade: atribuição de 1 ponto para a última peça orçamentária, relatório e prestação de contas que devesse estar disponível no período de investigação;
- Versões simplificadas: 2 pontos para a presença de cada documento; 6 pontos totais no caso da PC; e 1 ponto somente para versões resumidas dos relatórios, elaboradas conforme os manuais da STN;
- Clareza na linguagem: atribuição de 2 pontos para cada conjunto de peças, de acordo com a percepção do pesquisador sobre a compreensibilidade das informações divulgadas nas versões simplificadas;
- Audiências: 1 ponto para a divulgação dos cronogramas; 2 pontos pela divulgação do conteúdo de cada audiência para avaliação da gestão fiscal;
- Incentivo à Participação: 2 pontos para a disponibilização de apostilas, livros e periódicos sobre gestão fiscal; 3 pontos pela apresentação de todos os instrumentos em portal; 1 ponto para a existência de canais de recepção de sugestões e demandas para a elaboração das peças orçamentárias;
- Mapa, endereços de correio eletrônico e formulários: a existência destas ferramentas somente atribuiu pontos ao município quando acompanhadas da divulgação de pelo menos um dos instrumentos de transparência em meio eletrônico; para cada item existente, 1 ponto foi garantido.

3.4 Coleta e análise de dados

A técnica de coleta de dados usada no trabalho consistiu de observação, na qual foram usados os sentidos para obtenção de informações sobre a realidade. Por isso, de acordo com a tipologia de Ander-Egg (1994, apud ZANELLA, 2009), esta pesquisa pode ser classificada como estruturada, quanto aos meios utilizados, pois os objetivos são conhecidos e existe um planejamento prévio. O observador individual não participa da realidade estudada, acessando-a somente durante o período de investigação.

Vencida a fase de levantamento de informações para alcance do primeiro objetivo específico, procedeu-se às atividades que permitiriam cumprir os demais.

A fase de verificação da divulgação dos instrumentos de TFE teve início com o acesso aos sítios oficiais do Poder Executivo de cada Município, utilizando o portal do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que disponibiliza a relação atualizada para todos os 92 entes. Os sítios foram acessados com o navegador Internet Explorer 8, instalado com plug-ins importantes para a visualização de páginas mais complexas que utilizavam java, javascript, shockwave flash e mídias conhecidas, em ambiente Windows XP.

Para cada sítio, foi realizado o acesso à página principal, buscando ligações para as Secretarias de Administração, Planejamento, Fazenda e equivalentes, além de ligações como Serviços, Legislação, Transparência, Contas Públicas, Finanças Públicas e Responsabilidade Fiscal.

O desenvolvimento do procedimento mostrou que freqüentemente as informações estavam localizadas também nas ligações Cidadão, Controladoria, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, Responsabilidade Fiscal, Publicações, Documentação e Dados Gerais.

Ao mesmo tempo, com a utilização da ferramenta de busca avançada do Google, em cada sítio específico foram procuradas palavras-chave, como Plurianual, PPA, Orçamentária, LOA, LDO, Orçamento, Contas, Transparência, Finanças, Controladoria e uma combinação de todas elas utilizando conector OR e a palavra-chave Audiência. Com tal medida, buscou-se agilizar a localização das informações de transparência e garantir que seriam encontradas se existissem no sítio eletrônico.

Parte dos sítios apresentou legislação acessível apenas pelo número da lei, decreto ou norma, inviabilizando a consulta direta ao orçamento. O fato foi considerado como ausência de informação de transparência. Foram consideradas divulgações transparentes páginas específicas para o orçamento ou meios de pesquisa da legislação por assunto que retornasse o conteúdo do PPA, LDO ou LOA.

Informações sobre audiências públicas foram encontradas somente em seções de notícias dos sítios, com a ferramenta de busca avançada do Google. O fato foi considerado como ausência de informação de transparência. Foram consideradas divulgações transparentes apenas páginas específicas com cronogramas e informações específicas sobre as audiências.

Também foram desconsideradas informações de transparência localizadas pelo Google, mas contidas em páginas não acessíveis por cadeias de ligações a partir da página principal do sítio, como nos casos de páginas de transparência em construção que ainda não haviam sido ligadas.

O protocolo de observação foi utilizado somente após a localização de todos os instrumentos de transparência disponíveis nos sítios dos municípios fluminenses, sendo descartados os sítios inoperantes após tentativas de acesso em dias diferentes durante o período de investigação ou infectados com vírus.

Com a aplicação do instrumento, foram realizadas análises de conteúdo mais aprofundadas, com a utilização também de tabelas elaboradas pelo pesquisador como orientação e consulta rápida sobre as informações que cada peça deveria conter, bem como modelos de elaboração presentes nos manuais da STN.

A atribuição dos pontos de acordo com o protocolo e os critérios propostos foi realizada diretamente em uma planilha do Microsoft Excel 2007 após cada acesso e análise de conteúdo para responder as questões de investigação.

Ressalta-se que a análise de conteúdo teve o objetivo somente de identificar se o documento a que a ligação se referia era realmente um instrumento de TFE, não se prestando à verificação do cumprimento de limites e outras obrigações da LRF e nem à análise dos cálculos utilizados.

Assim, foram cumpridos os objetivos específicos de verificação da divulgação dos instrumentos de TFE via Internet e de quantificação do nível de transparência daqueles municípios que estavam realizando a divulgação.

Posteriormente, foram levantados indicadores socioeconômicos dos municípios do estado nos sítios STN, IBGE, PNUD, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro (SEPLAG/RJ) e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos (CEPERJ). Novamente, foram utilizadas planilhas do Microsoft Excel 2007, que permitiram o tratamento dos dados de indicadores levantados e sua organização em conjunto.

Para a avaliação das associações existentes entre os indicadores e a decisão de divulgação dos instrumentos de TFE, foram formuladas as seguintes hipóteses:

- H0: a decisão de divulgar os instrumentos não está relacionada com os indicadores socioeconômicos do município;
- H1: a decisão de divulgar os instrumentos está relacionada com os indicadores socioeconômicos do município.

Para a análise, os municípios foram divididos em categorias, de acordo com agrupamento baseado nos seus indicadores. Para cada um dos indicadores selecionados, foram construídas tabelas que registraram quatro categorias de situação do município (indicador) e duas de situação de decisão de divulgação dos instrumentos (sim ou não).

Sobre estas tabelas, respeitando o mínimo de 5 ocorrências em cada casa obtida ou esperada, conforme recomendação de Bussab e Morettin (1987) foram calculados os Coeficientes de Contingência de Pearson (CCPearson) correspondentes e a probabilidade de falsa rejeição da hipótese nula sob uma distribuição qui-quadrado, com o auxílio de fórmulas do Microsoft Excel 2007.

Para a avaliação das associações existentes entre os indicadores e os níveis de TFE dos municípios que decidiram divulgar os instrumentos, foram formuladas as seguintes hipóteses:

- H0: os níveis de transparência fiscal eletrônica dos municípios que divulgaram instrumentos não estão relacionados com os indicadores socioeconômicos do município;
- H1: os níveis de transparência fiscal eletrônica dos municípios que divulgaram instrumentos estão relacionados com os indicadores socioeconômicos do município;

Para a análise, os municípios foram divididos em postos de acordo com a sua ordem de classificação baseada nos seus indicadores e na pontuação de TFE obtidas. Para cada um dos indicadores selecionados, foram construídas tabelas que registraram estas ordens. Sobre estas tabelas, foram calculados os Coeficientes de Correlação de Spearman (CRSpearman) correspondentes e a probabilidade de falsa rejeição da hipótese nula sob uma distribuição T de Student, com o auxílio de fórmulas do Microsoft Excel 2007.

A hipótese nula foi rejeitada com um nível de significância de 5% para cada análise de associação entre indicador e a decisão de divulgação dos instrumentos ou nível de TFE do município. As variáveis foram as seguintes: indicadores, decisão de divulgação e nível de transparência fiscal.

3.5 Delimitação

A pesquisa compreendeu a divulgação via Internet dos instrumentos de transparência da gestão fiscal exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal nos sítios de governo dos municípios fluminenses. O período de análise sobre os demonstrativos fiscais compreendeu o ano de 2010 para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e para o Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Quanto às prestações de contas e seus respectivos pareceres prévios, foram observados os referentes ao exercício de 2009.

Quanto aos demais instrumentos de transparência fiscal, foram consideradas a LDO e a LOA vigentes para o exercício de 2010, bem como o PPA vigente para o quadriênio de 2010 a 2013, todos elaborados em 2009. A atualidade para a LOA e a LDO consistiu em verificar se as leis aprovadas em 2010, para vigência em 2011, já haviam sido divulgadas.

As análises da participação popular e dos demais instrumentos de transparência fiscal nos sites dos municípios consideraram a disponibilidade dos dados e a interatividade dos sistemas de comunicação nos sítios direcionados ao cidadão.

A observação sobre os sítios eletrônicos das prefeituras municipais foi realizada no período de 03/02/2011 a 14/03/2011.

A pesquisa abordou somente os Poderes Executivos municipais. Os indicadores utilizados foram: Receita Total, Despesa Total, Ativo Real, Passivo Real, Receita Corrente Líquida, Produto Interno Bruto, População, População com ao menos 10 anos de idade e ao menos 11 anos de instrução, População com ao menos 10 anos de idade e ao menos 10 salários de rendimento, População com ao menos 10 anos de idade a alfabetizada, inclusive taxas em relação à população com ao menos 10 anos, IDHM e IFDM.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Decisão de divulgação dos instrumentos

Primeiramente, foi preciso distinguir entre os municípios que decidiram divulgar os instrumentos e aqueles que não o fizeram. Conforme a seguinte tabela, apenas 32 municípios conseguiram pontuação em TFE, sendo que a pontuação nula obtida pelos outros 60 indica uma das seguintes situações: não houve divulgação dentro do período considerado na pesquisa; não havia sítio do poder executivo municipal na Internet; o sítio estava infectado por vírus.

Tabela 2 – Municípios e pontuações obtidas divididos em categorias

Faixas de Pontuação	Municípios (un)	Frequências (%)
0	60	65,22
1 - 10	7	7,61
11 - 20	8	8,70
21 - 30	7	7,61
31 - 40	5	5,43
41 - 50	4	4,35
51 - 60	0	0,00
61 - 70	0	0,00
71 - 80	1	1,09
81 - 90	0	0,00
91 - 100	0	0,00

Os resultados indicaram uma baixa aderência dos municípios fluminenses à exigência de divulgação dos instrumentos de TFE previstos na LRF.

Para auxiliar a visualização, foram elaborados os seguintes gráficos. O primeiro inclui os municípios que não divulgaram os instrumentos e o segundo traz somente aqueles que obtiveram pontuação diferente de zero em TFE.

Gráfico 1 – Histograma dos municípios e pontuações obtidas divididas em categorias, incluindo aqueles que não pontuaram

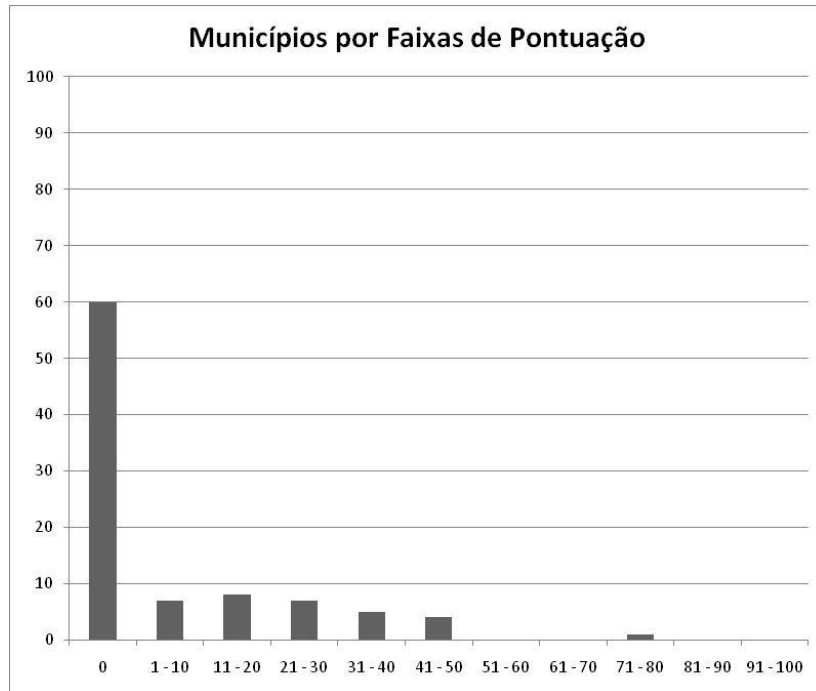
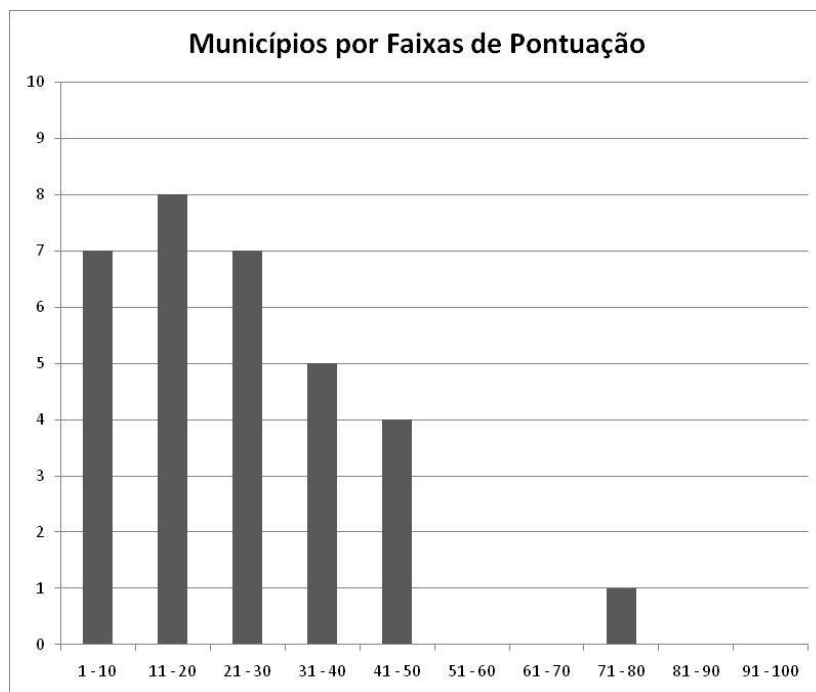


Gráfico 2 – Histograma dos municípios e pontuações obtidas divididas em categorias, excluindo aqueles que não pontuaram



Nenhum dos municípios que pontuaram obteve a pontuação máxima em relação aos níveis de TFE. Como se esperava, o município do Rio de Janeiro obteve pontuação muito superior a dos demais, conforme se observa na seguinte tabela.

Tabela 3 – Municípios e respectivas ordens de pontuações obtidas

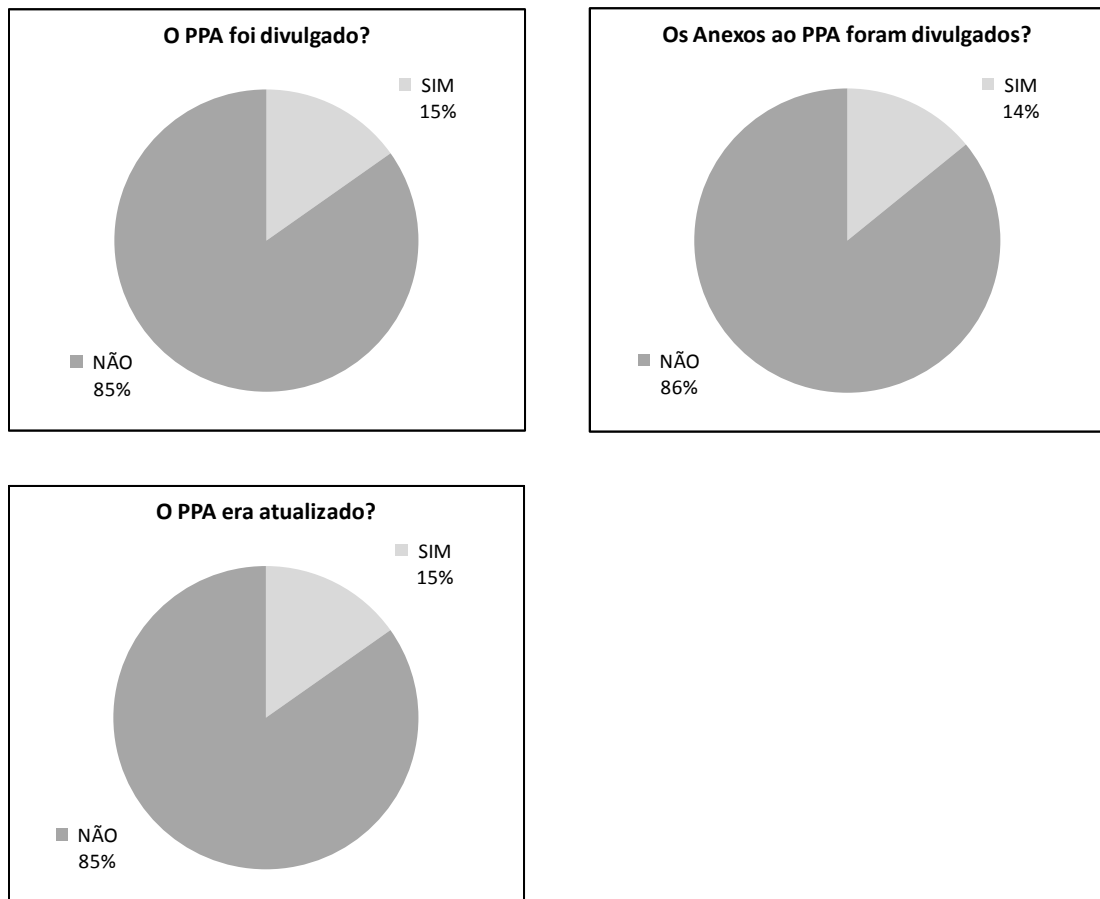
Município	Pontuação TFE	Posto
Rio de Janeiro	80	1
Niterói	49	2
Macaé	48	3
Petrópolis	48	3
Angra dos Reis	46	5
Resende	38	6
Volta Redonda	31	7
São João de Meriti	31	7
Porto Real	31	7
Paraty	31	10
Itaboraí	30	11
Paty do Alferes	30	11
Macuco	30	11
Pinheiral	29	14
Cantagalo	26	15
Nova Friburgo	22	16
Maricá	22	16
Rio das Ostras	17	18
Cordeiro	17	18
São Gonçalo	16	20
Paracambi	16	20
Araruama	15	22
Sapucaia	13	23
Santa Maria Madalena	12	24
Armação dos Búzios	11	25
Saquarema	10	26
Mesquita	7	27
Teresópolis	6	28
Rio Claro	6	28
Campos dos Goytacazes	5	30
Barra do Pirai	4	31
São Jose do Vale do Rio Preto	4	31

Em relação à divulgação do PPA, foram obtidos os resultados descritos na seguinte tabela e ilustrados no gráfico correspondente.

Tabela 4 – Divulgação do PPA considerando os 92 municípios fluminenses

Observações	Poderes Executivos Municipais	
	SIM (%)	NÃO (%)
O PPA foi divulgado?	15,22	84,78
Os Anexos ao PPA foram divulgados?	14,13	85,87
O PPA era atualizado?	15,22	84,78
A VS do PPA existia?	0,00	100,00
A VS do PPA tinha linguagem clara?	0,00	100,00

Gráfico 3 – Decisão de divulgação do PPA pelos 92 municípios fluminenses

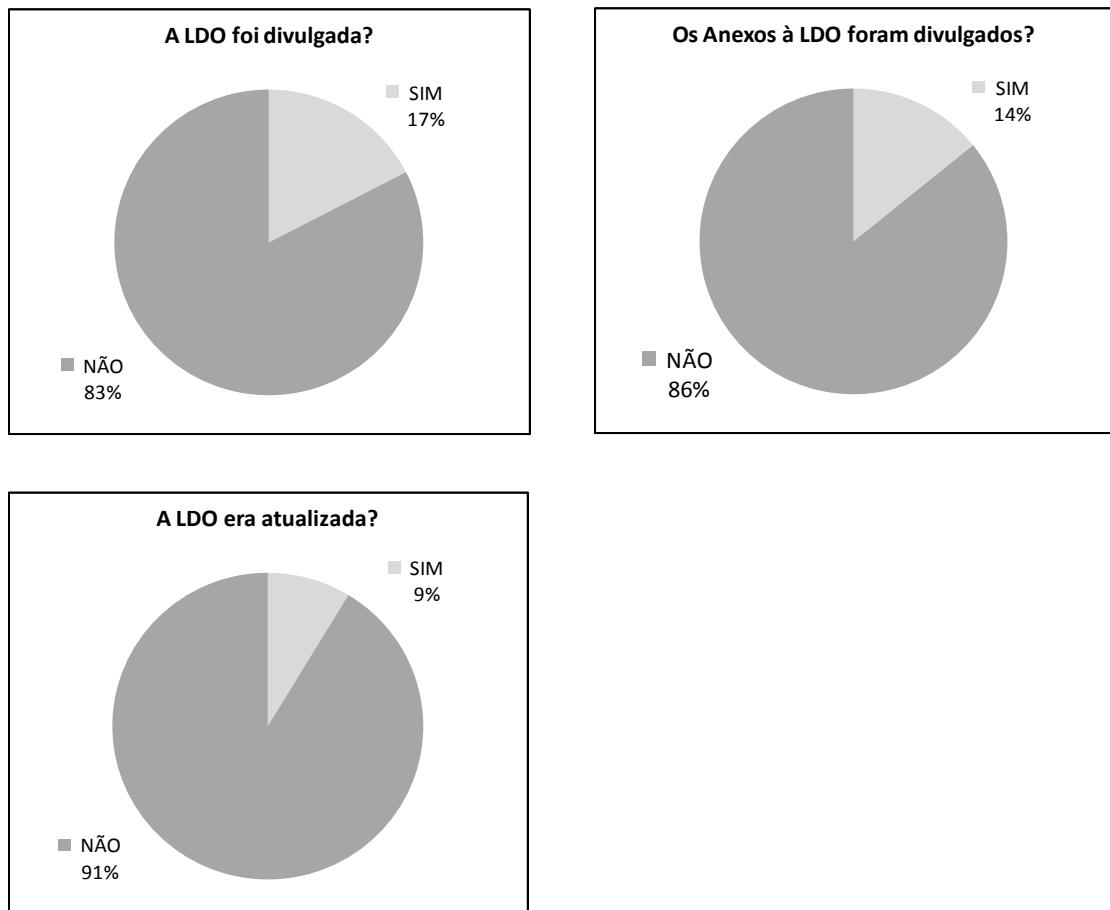


Em relação à divulgação da LDO, foram obtidos os resultados descritos na seguinte tabela e ilustrados no gráfico correspondente.

Tabela 5 – Divulgação da LDO considerando os 92 municípios fluminenses

Observações	Poderes Executivos Municipais	
	SIM (%)	NÃO (%)
A LDO foi divulgada?	17,39	82,61
Os Anexos à LDO foram divulgados?	14,13	85,87
A LDO era atualizada?	8,70	91,30
A VS da LDO existia?	0,00	100,00
A VS da LDO tinha linguagem clara?	0,00	100,00

Gráfico 4 – Decisão de divulgação da LDO pelos 92 municípios fluminenses

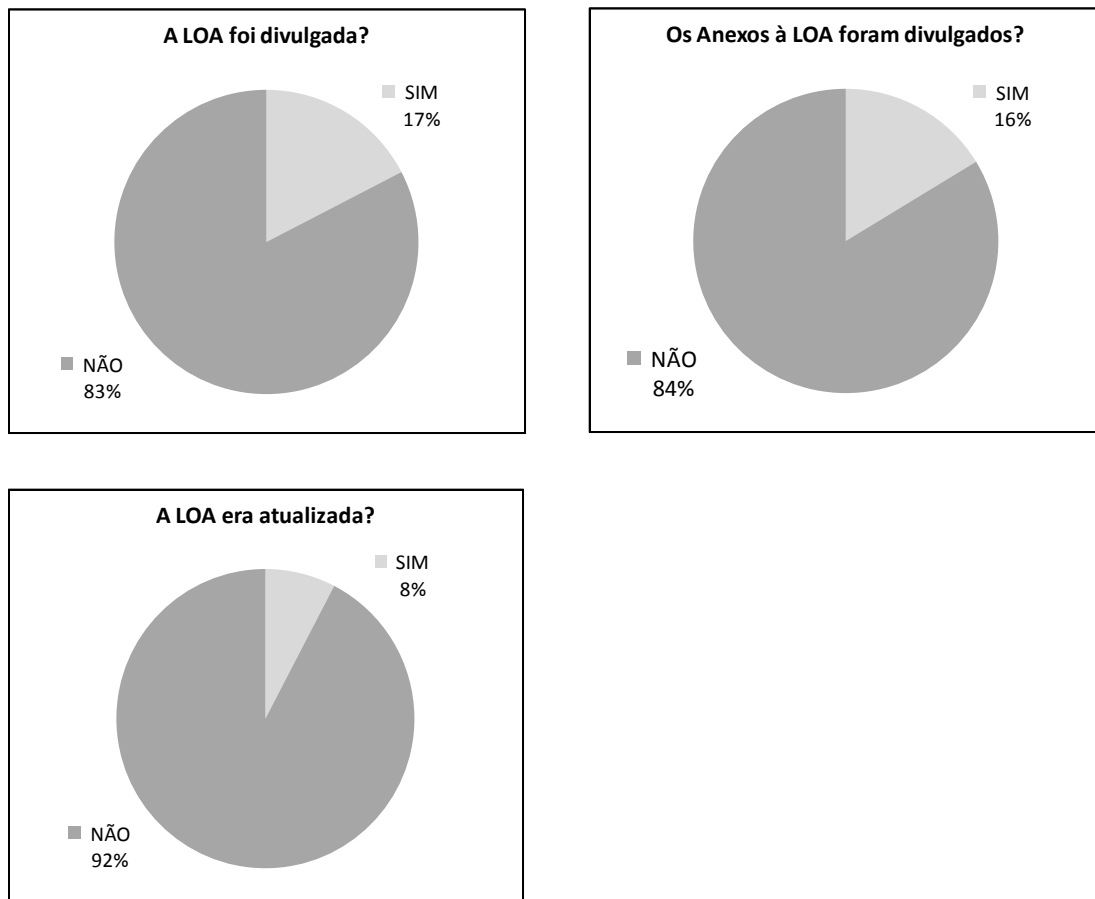


Em relação à divulgação da LOA, foram obtidos os resultados descritos na seguinte tabela e ilustrados no gráfico correspondente.

Tabela 6 – Divulgação da LOA considerando os 92 municípios fluminenses

Observações	Poderes Executivos Municipais	
	SIM (%)	NÃO (%)
A LOA foi divulgada?	17,39	82,61
Os Anexos à LOA foram divulgados?	16,30	83,70
A LOA era atualizada?	7,61	92,39
A VS da LOA existia?	0,00	100,00
A VS da LOA tinha linguagem clara?	0,00	100,00

Gráfico 5 – Decisão de divulgação da LOA pelos 92 municípios fluminenses



Em relação à divulgação bimestral do RREO e de suas versões simplificadas, bem como das versões semestrais, foram obtidos os resultados descritos na seguinte tabela e ilustrados nos gráficos correspondentes.

Tabela 7 – Divulgação do RREO considerando todos os municípios fluminenses

Observações	Poderes Executivos Municipais	
	SIM (%)	NÃO (%)
O RREO do 1º Bimestre foi divulgado?	21,74	78,26
O RREO do 2º Bimestre foi divulgado?	22,83	77,17
O RREO do 3º Bimestre foi divulgado?	22,83	77,17
O RREO do 4º Bimestre foi divulgado?	19,57	80,43
O RREO do 5º Bimestre foi divulgado?	16,30	83,70
O RREO do 6º Bimestre foi divulgado?	13,04	86,96
A VS do RREO do 1º Bimestre foi divulgada?	20,65	79,35
A VS do RREO do 2º Bimestre foi divulgada?	21,74	78,26
A VS do RREO do 3º Bimestre foi divulgada?	21,74	78,26
A VS do RREO do 4º Bimestre foi divulgada?	17,39	82,61
A VS do RREO do 5º Bimestre foi divulgada?	15,22	84,78
A VS do RREO do 6º Bimestre foi divulgada?	13,04	86,96
O RREO era atualizado?	13,04	86,96
A VS do RREO tinha linguagem clara?	1,00	99,00

Gráfico 6 – Decisão de divulgação do RREO pelos 92 municípios fluminenses

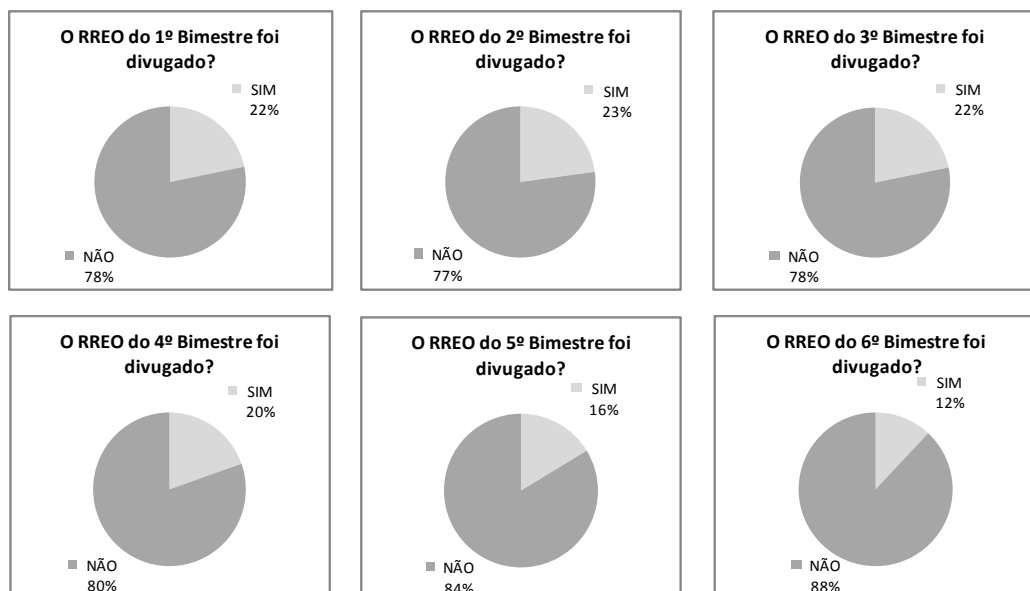
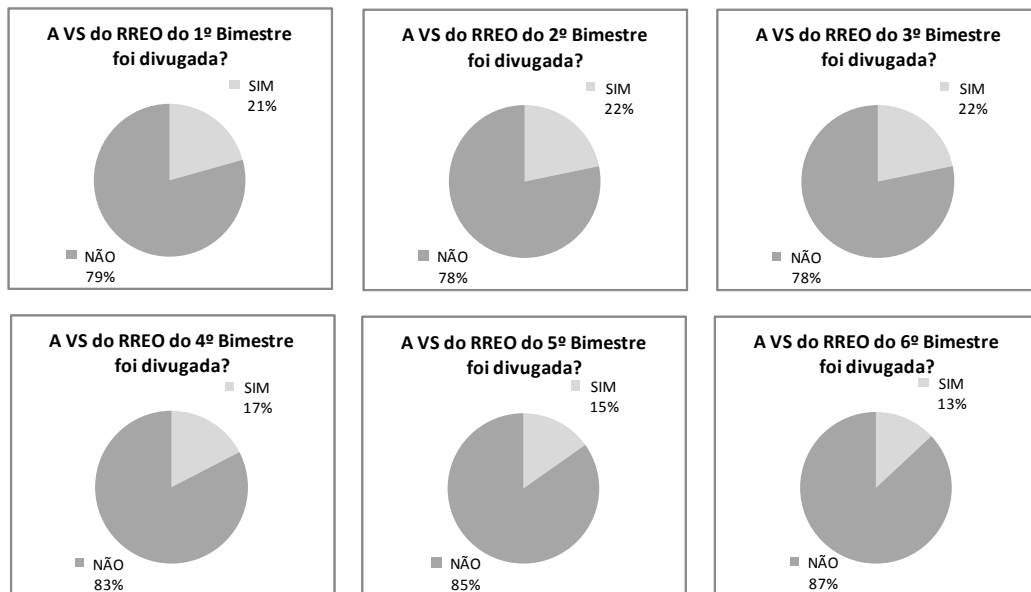


Gráfico 7 – Decisão de divulgação da VS do RREO pelos 92 municípios fluminenses



Em relação à divulgação quadrimestral do RGF e de suas versões simplificadas, bem como das versões semestrais, foram obtidos os resultados descritos na seguinte tabela e ilustrados nos gráficos correspondentes.

Tabela 8 – Divulgação do RGF considerando todos os municípios fluminenses

Observações	Poderes Executivos Municipais	
	SIM (%)	NÃO (%)
O RGF do 1º Quadrimestre foi divulgado?	21,74	78,26
O RGF do 2º Quadrimestre foi divulgado?	17,39	82,61
O RGF do 3º Quadrimestre foi divulgado?	11,96	88,04
A VS do RGF do 1º Quadrimestre foi divulgada?	19,57	80,43
A VS do RGF do 2º Quadrimestre foi divulgada?	15,22	84,78
A VS do RGF do 3º Quadrimestre foi divulgada?	14,13	85,87
O RGF era atualizado?	11,96	88,04
A VS do RGF tinha linguagem clara?	1,00	99,00

O segundo quadrimestre foi contado apenas quando as duas versões semestrais foram divulgadas.

Gráfico 8 – Decisão de divulgação do RGF pelos 92 municípios fluminenses

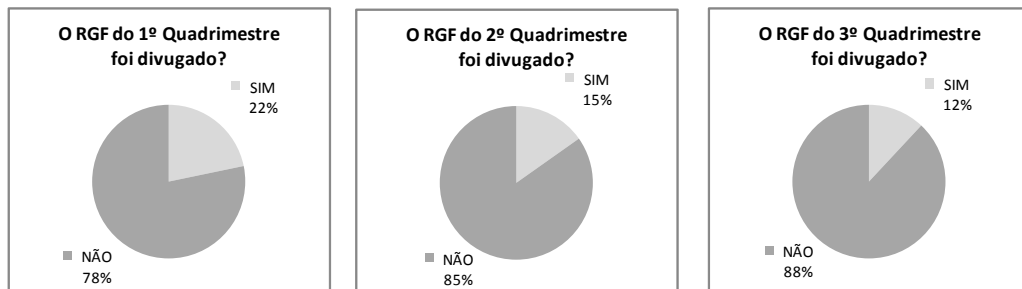
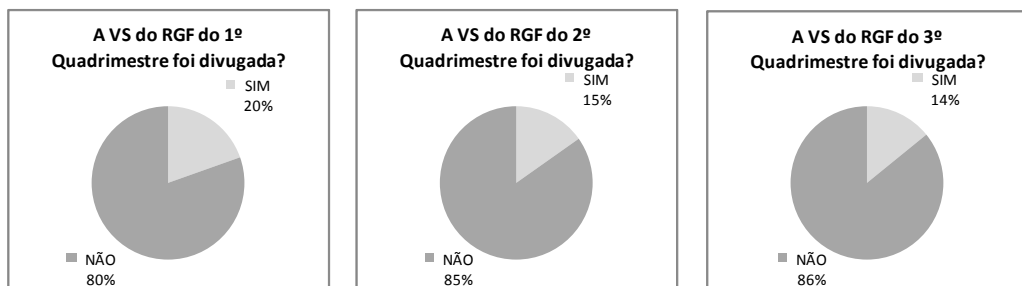


Gráfico 9 – Decisão de divulgação da VS do RGF pelos 92 municípios fluminenses



Fazendo breve análise dos resultados encontrados, percebe-se que geralmente as peças orçamentárias são acompanhadas dos anexos correspondentes. Os relatórios são acompanhados em geral das suas versões resumidas, conforme propostos pelos manuais da STN, porém são divulgados com certo atraso, mesmo por aqueles municípios que se dispõem a fazê-lo, pois os números são decrescentes a cada bimestre e quadrimestre.

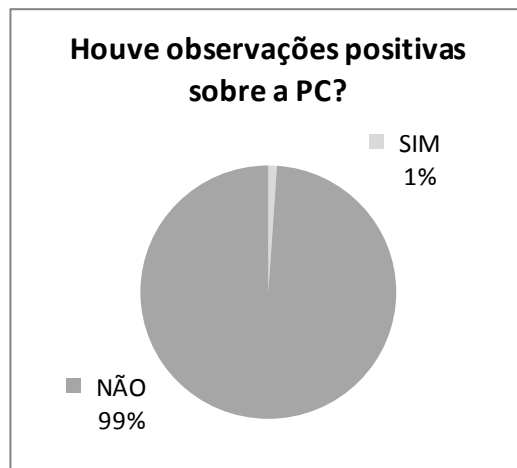
É preocupante que apenas cerca de 20% do total de municípios tenha figurado nos resultados de cada um dos instrumentos apresentados, fica patente que os municípios fluminenses não têm dado a devida importância à divulgação destas informações obrigatórias pela LRF.

Em relação à divulgação da PC e do PP, foram obtidos os resultados descritos na seguinte tabela e ilustrados no gráfico correspondente. Percebe-se que apenas um dos municípios, o Rio de Janeiro, divulgou o PP e a PC de forma atualizada, acompanhada de sua versão simplificada e com linguagem clara.

Tabela 9 – Divulgação da PC considerando os 92 municípios fluminenses

Observações	Poderes Executivos Municipais	
	SIM (%)	NÃO (%)
A PC foi divulgada?	1,09	98,91
O PP foi divulgado?	1,09	98,91
A VS do PC foi divulgada?	1,09	98,91
A PC era atualizada?	1,09	98,91
A VS do PC tinha linguagem clara?	1,09	98,91

Gráfico 10 – Decisão de divulgação da PC e do PP pelos 92 municípios fluminenses

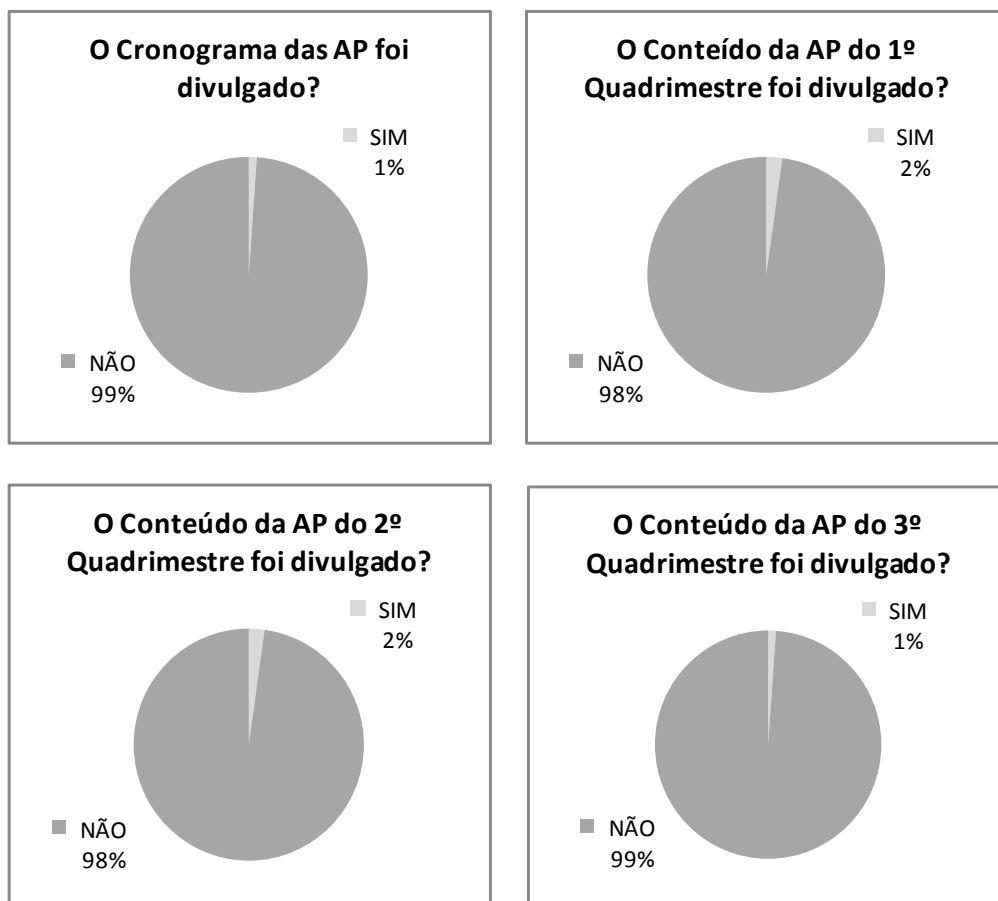


Em relação à divulgação do cronograma e do conteúdo das Audiências Públicas para avaliação das metas fiscais de cada quadrimestre, foram obtidos os resultados descritos na seguinte tabela e ilustrados no gráfico correspondente.

Tabela 10 – Divulgação de informações sobre Audiências Públicas considerando os 92 municípios fluminenses

Observações	Poderes Executivos Municipais	
	SIM (%)	NÃO (%)
O Cronograma das AP foi divulgado?	1,09	98,91
O conteúdo da AP do 1º Quadrimestre foi divulgado?	2,17	97,83
O conteúdo da AP do 2º Quadrimestre foi divulgado?	2,17	97,83
O conteúdo da AP do 3º Quadrimestre foi divulgado?	1,09	98,91

Gráfico 11 – Decisão de divulgação de informações sobre Audiências Públicas pelos 92 municípios fluminenses

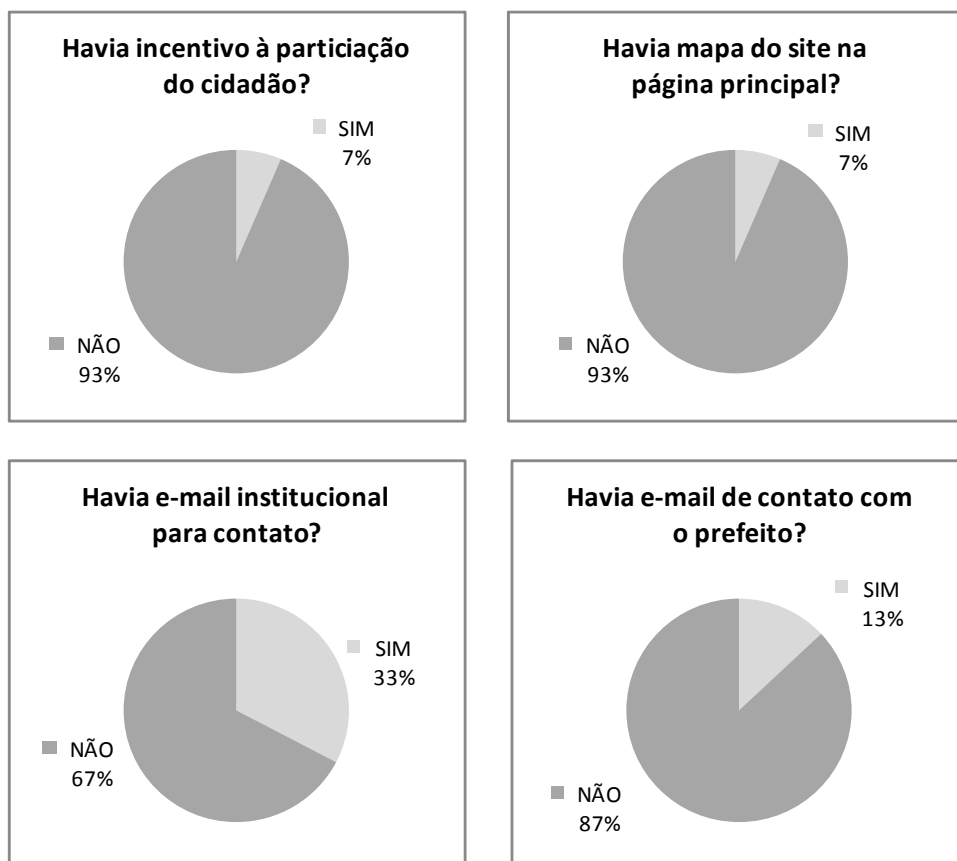


Quanto ao incentivo à participação popular e disponibilidade de meios de contato, os resultados estão descritos na seguinte tabela e ilustrados no gráfico correspondente.

Tabela 11 – Incentivo à participação popular e disponibilidade de meios de contato considerando os 92 municípios fluminenses

Observações	Poderes Executivos Municipais	
	SIM (%)	NÃO (%)
Havia incentivo à participação do cidadão?	6,52	93,48
Havia mapa do site na página principal?	6,52	93,48
Havia e-mail institucional para contato?	32,61	67,39
Havia e-mail de contato com o prefeito?	13,04	86,96

Gráfico 12 – Decisão de incentivar a participação e disponibilização de meios de contato pelos 92 municípios fluminenses



Com base nos resultados expostos, fica claro que, além de não divulgarem regularmente os instrumentos de TFE, os municípios também não procuram envolver e incentivar a participação do cidadão no processo de gestão fiscal.

Apenas o município do Rio de Janeiro obteve uma excelente pontuação, próxima ao limite máximo. Cabe destacar que o município dispõe de um portal moderno que, além de franquear o acesso aos instrumentos de TFE e demais informações, permite também acompanhar mensalmente a execução orçamentária e fornece versões simplificadas com gráficos ilustrativos e explicações em linguagem de fácil compreensão.

A Controladoria do Município do Rio de Janeiro também divulga versões eletrônicas de periódicos, apostilas e manuais que facilitam o entendimento da gestão fiscal responsável e viabilizam o acompanhamento do processo orçamentário pela população.

Não obstante, cabe mencionar as pontuações obtidas por Niterói, Petrópolis, Macaé e Angra dos Reis, que ficaram próximas a 50 pontos. Estes municípios, juntamente com Paraty, foram os únicos que pontuaram quanto ao incentivo à participação popular.

O município de Macaé foi o único que apresentou cronograma das Audiências Públicas e que forneceu um formulário eletrônico para contribuições da população ao orçamento participativo que desenvolve. Macaé também obteve a maior pontuação no incentivo à participação popular.

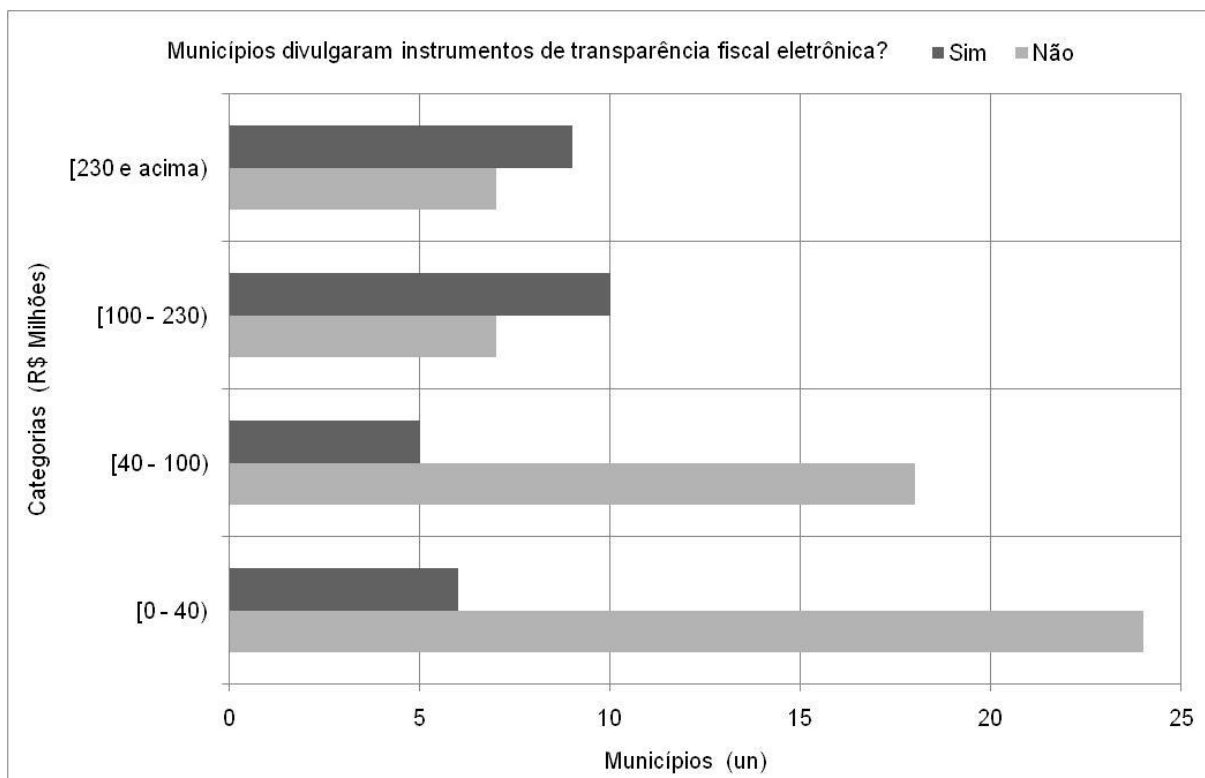
Rio de Janeiro, Petrópolis e Macaé foram os únicos que apresentaram a ferramenta mapa e todos os meios de contato pesquisados.

4.2 Associações entre variáveis

4.2.1 Receita total

A análise do seguinte gráfico mostra que os municípios em categorias de Receita Total inferior a R\$ 100 milhões tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. Nas duas categorias superiores, a tendência se inverte, pois a maioria dos municípios realizou a divulgação.

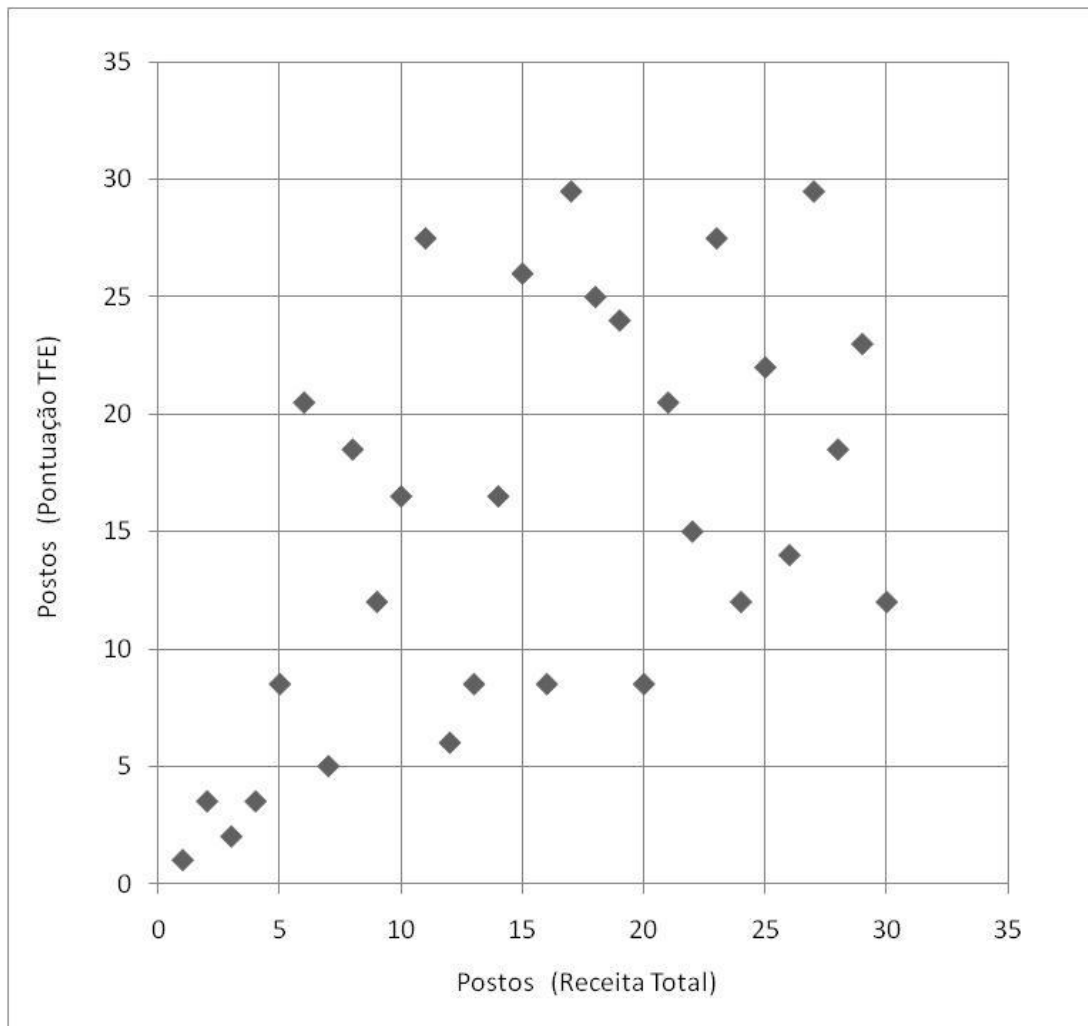
Gráfico 13 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a receita total (2009)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,352 com nível de significância de 0,6791% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável Receita Total. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 86 entes de um total de 92 municípios fluminenses.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de Receita Total apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSpearman forneceu um valor Rho de 0,535 com nível de significância de 0,2304% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H_0 , relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 30 entes de um total de 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Petrópolis, Paracambi, Macaé e Niterói. Para o enfraquecimento, contribuíram Macuco, Teresópolis, São Gonçalo, Barra do Piraí, Pinheiral e Paty do Alferes.

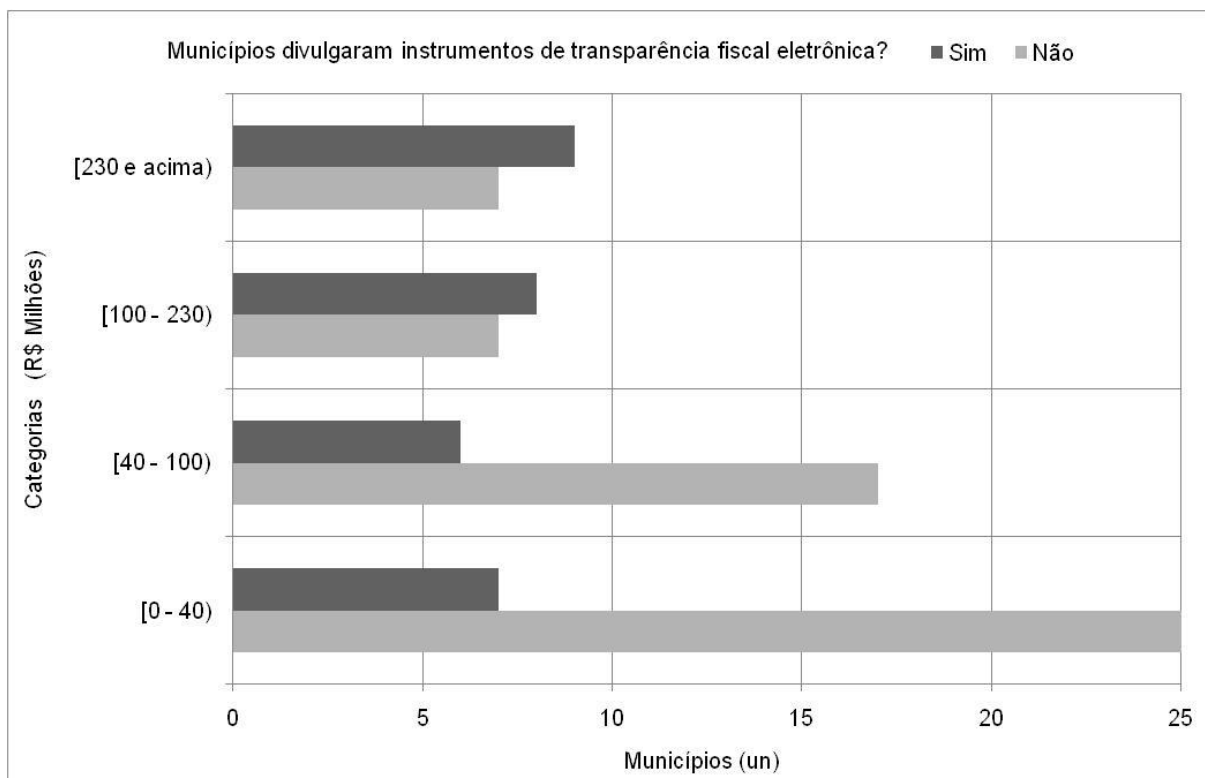
Figura 14 – Postos dos níveis de TFE e de receita total dos municípios (2009)



4.2.2 Despesa total

A análise do seguinte gráfico mostra que os municípios em categorias de Despesa Total inferior a R\$ 100 milhões tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. Nas duas categorias superiores, a tendência se inverte, pois a maioria dos municípios realizou a divulgação.

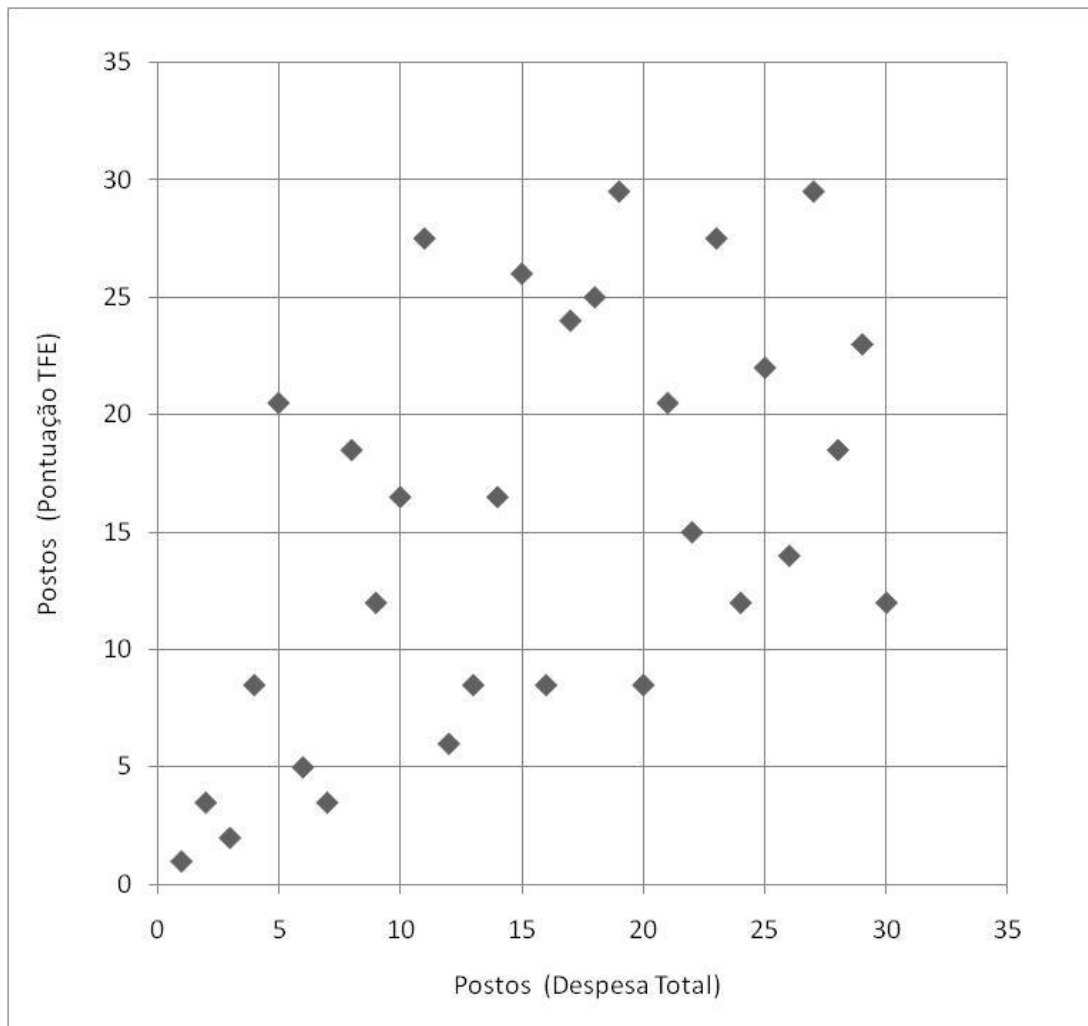
Gráfico 15 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a despesa total (2009)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,302 com nível de significância de 3,4622% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável Despesa Total. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 86 entes de um total de 92 municípios fluminenses.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de Despesa Total apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSpearman forneceu um valor Rho de 0,530 com nível de significância de 0,2610% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H_0 , relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 30 entes de um total de 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Paracambi, Macaé, Niterói e Angra dos Reis. Para o enfraquecimento, contribuíram Macuco, Teresópolis, São Gonçalo, Paty do Alferes e Pinheiral.

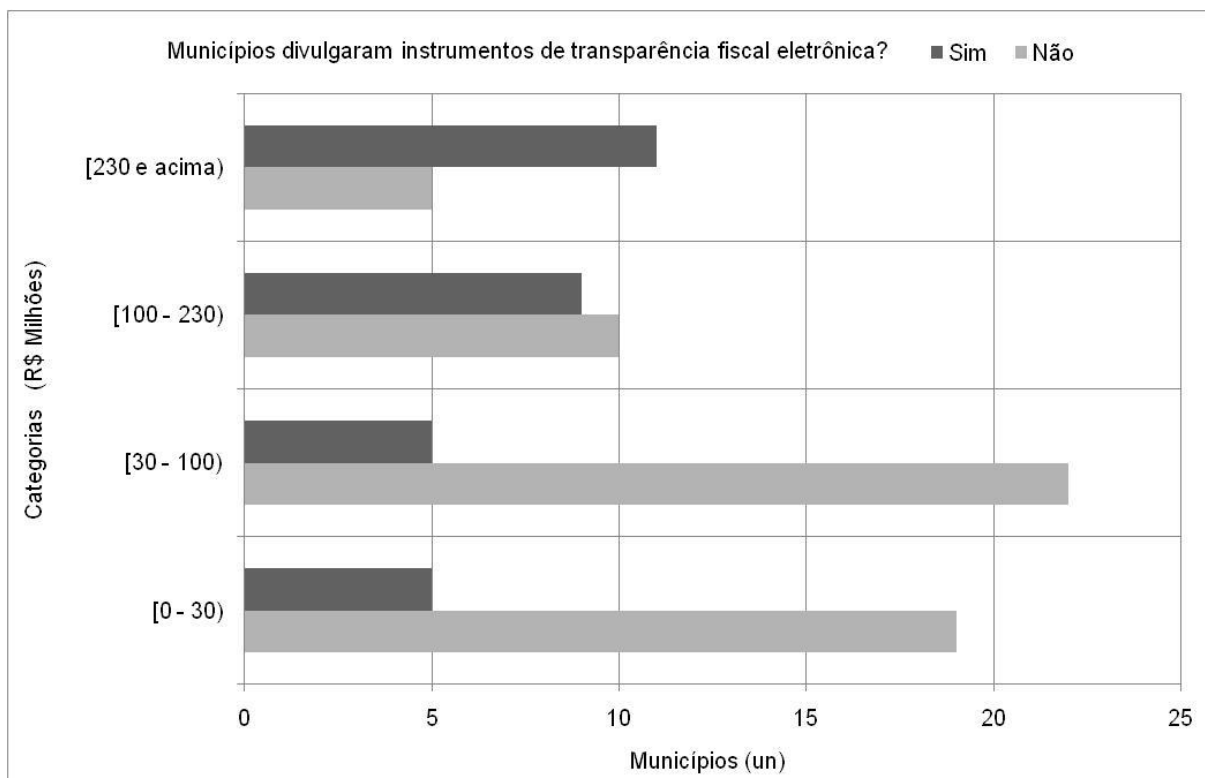
Gráfico 16 – Postos dos níveis de TFE e de despesa total dos municípios (2009)



4.2.3 Ativo real

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias de Ativo Real inferiores a R\$ 230 milhões tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. Interessante notar que um número absoluto maior de entes em cada categoria faz a divulgação conforme aumenta o Ativo Real.

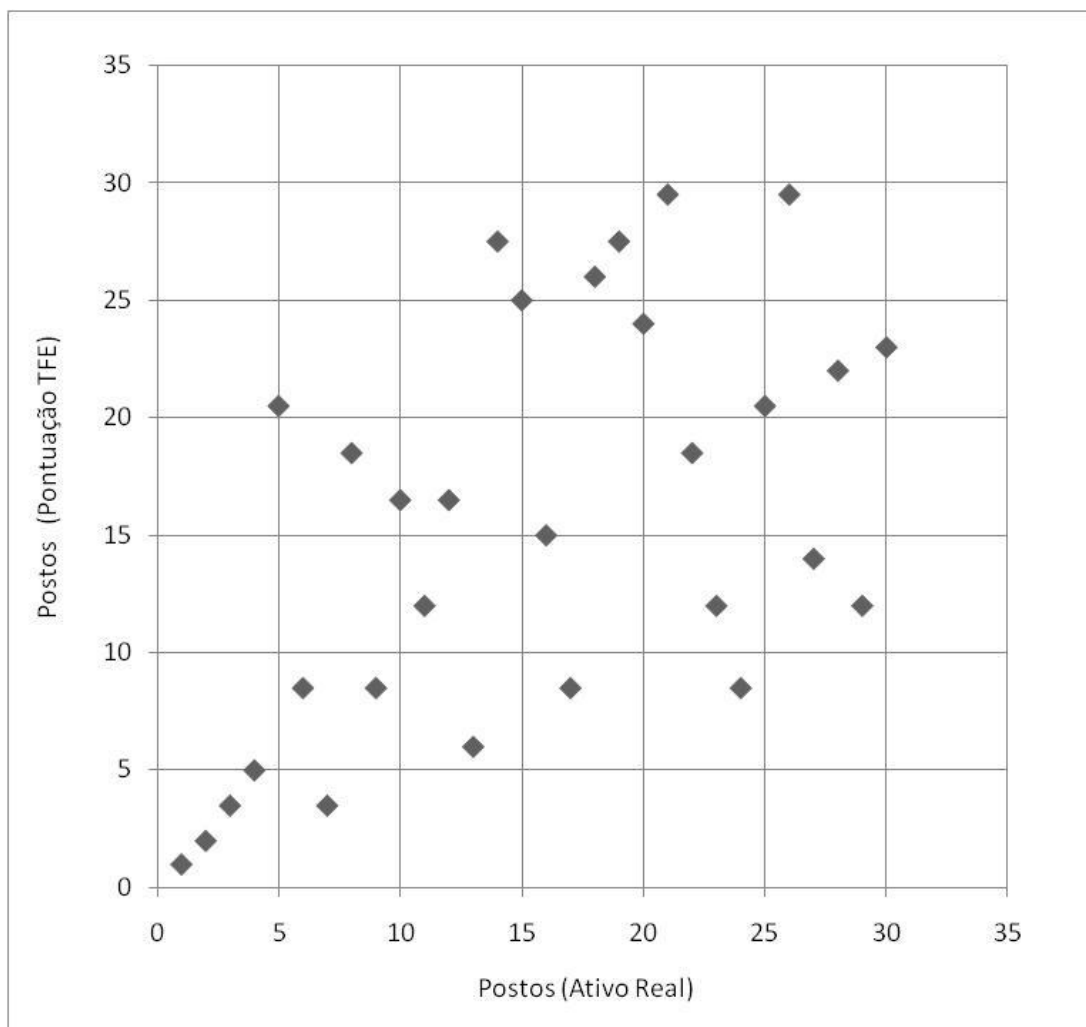
Gráfico 17 – Divulgação dos ITF´s pelos municípios conforme o ativo real (2009)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,382 com nível de significância de 0,2140% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável Ativo Real. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 86 entes de um total de 92 municípios fluminenses.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de Ativo Real apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman forneceu um valor Rho de 0,552 com nível de significância de 0,1550% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 30 entes de um total de 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Itaboraí. Para o enfraquecimento, contribuíram Macuco, São Gonçalo, Porto Real, Teresópolis e Pinheiral.

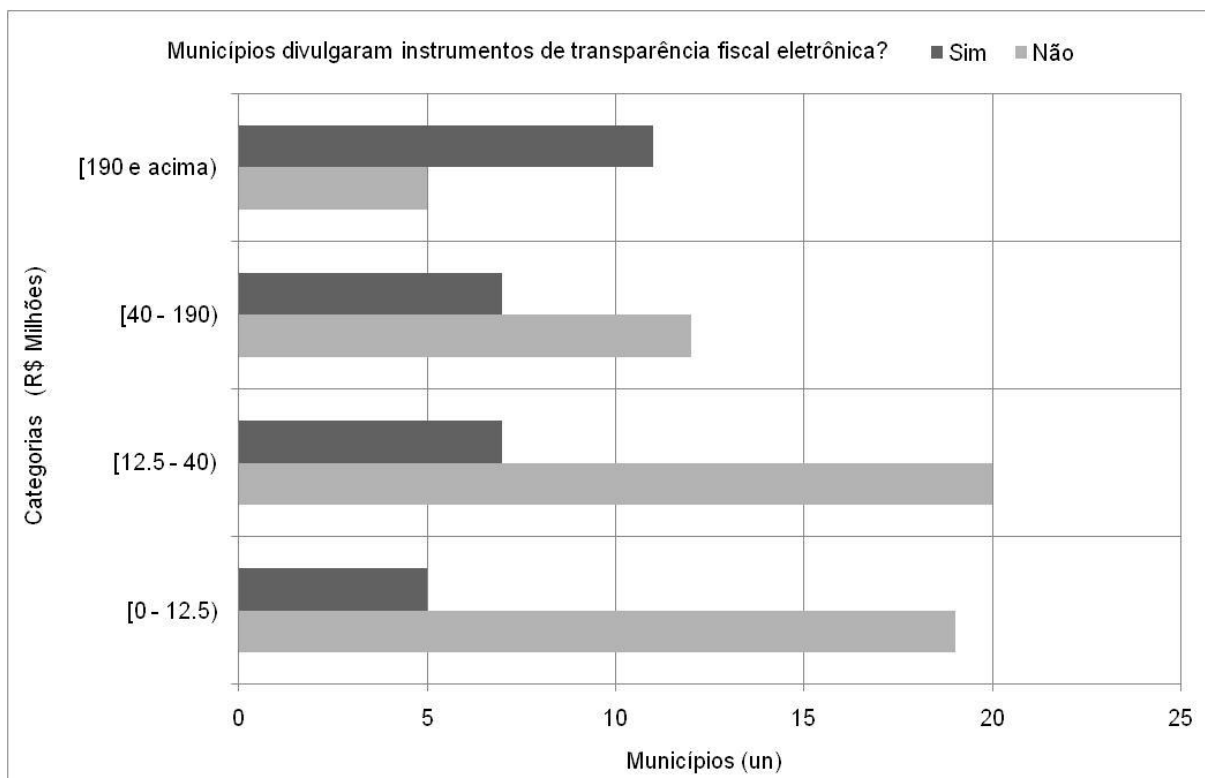
Gráfico 18 – Postos dos níveis de TFE e de ativo real dos municípios (2009)



4.2.4 Passivo real

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias de Passivo Real inferiores a R\$ 230 milhões tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. Interessante notar que um número absoluto maior de entes em cada categoria faz a divulgação conforme aumenta o Passivo Real.

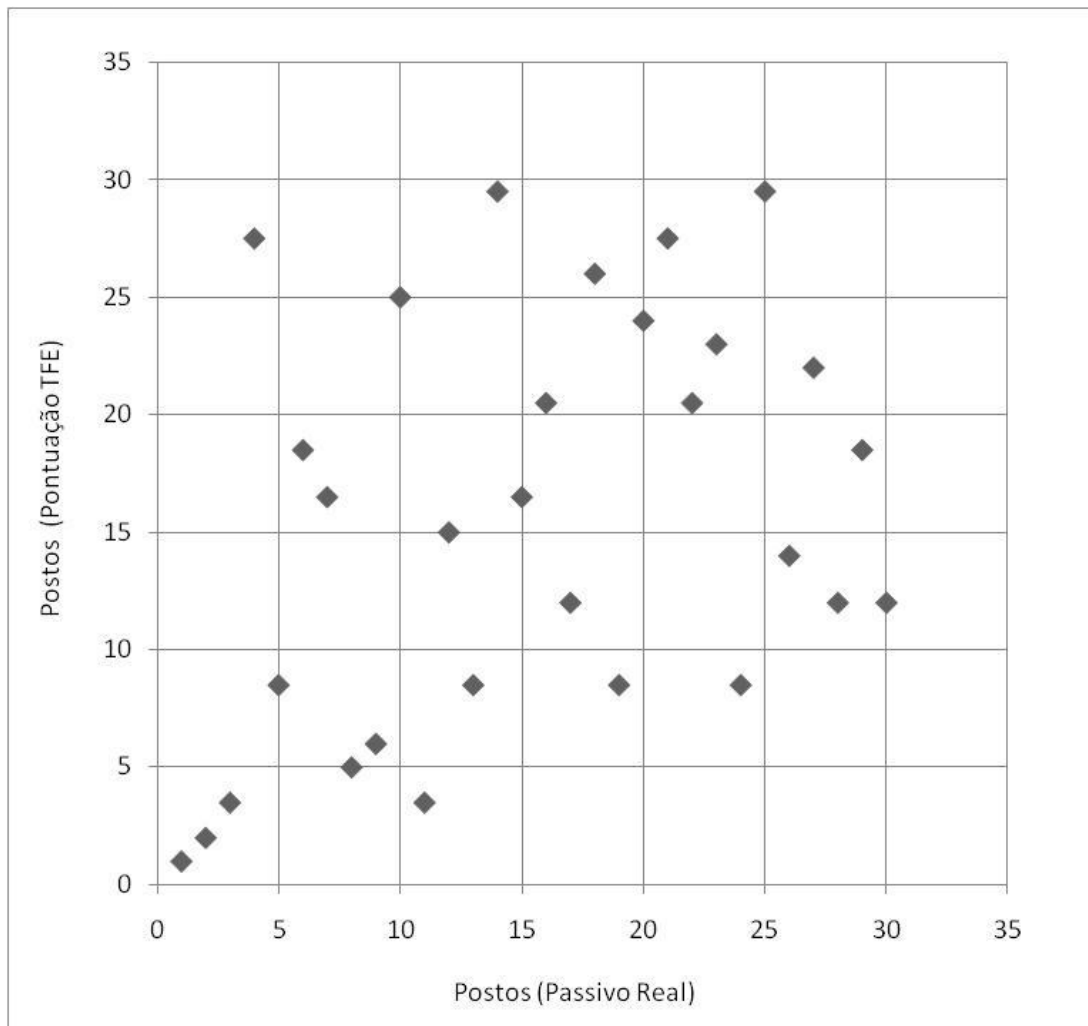
Gráfico 19 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme o passivo real (2009)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,339 com nível de significância de 1,0940% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H₀, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável Passivo Real. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 86 entes de um total de 92 municípios fluminenses.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de Passivo Real apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman forneceu um valor Rho de 0,381 com nível de significância de 3,7731% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 30 entes de um total de 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Santa Maria Madalena e Paracambi. Para o enfraquecimento, contribuíram Teresópolis, Paty do Alferes, Macuco, Saquarema e Barra do Piraí.

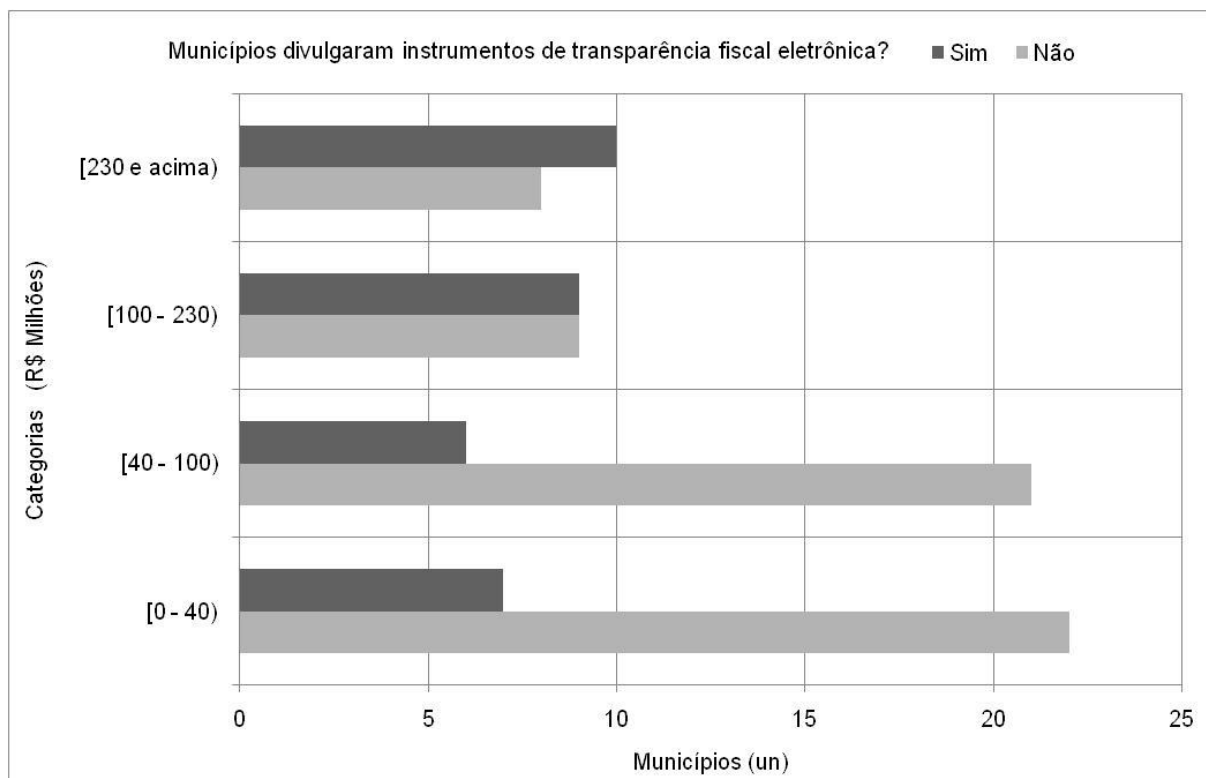
Gráfico 20 – Postos dos níveis de TFE e de passivo real dos municípios (2009)



4.2.5 Receita corrente líquida

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias de Receita Corrente Líquida inferiores a R\$ 100 milhões tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. Interessante notar que em uma categoria ocorre empate e, na imediatamente superior, a tendência é de divulgação.

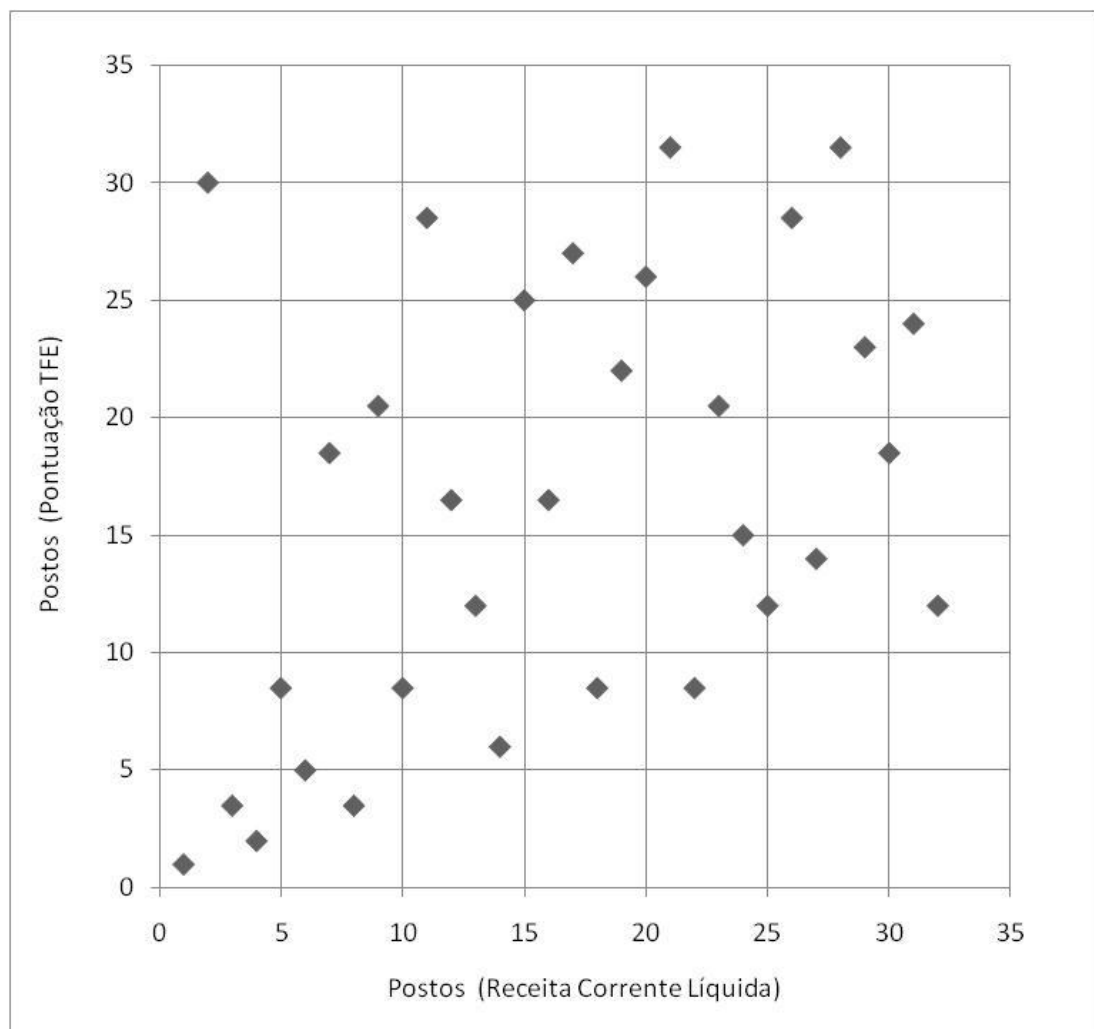
Gráfico 21 – Divulgação dos ITF´s pelos municípios conforme a RCL (2008)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,301 com nível de significância de 3,5302% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável RCL. Toda a população de 92 municípios fluminenses foi objeto de análise.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de RCL apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSpearman forneceu um valor Rho de 0,419 com nível de significância de 1,6940% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. Toda a população de 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos foi considerada. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Macaé, Angra dos Reis e Maricá. Para o enfraquecimento, contribuíram Campos dos Goytacazes, Macuco, Teresópolis, Paty do Alferes e Pinheiral.

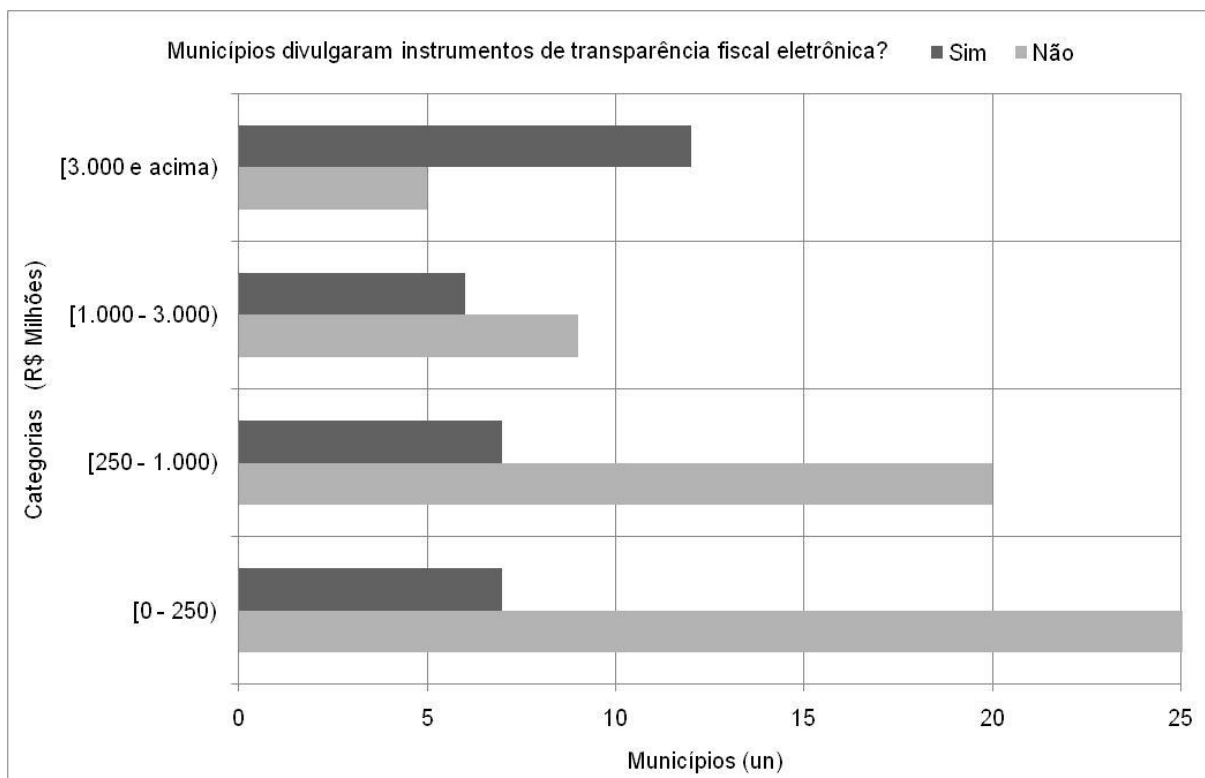
Gráfico 22 – Postos dos níveis de TFE e de RCL dos municípios (2008)



4.2.6 Produto interno bruto

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias de PIB inferiores a R\$ 3.000 milhões tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. Somente na categoria que engloba municípios com PIB acima deste valor, a tendência passa a ser de divulgação.

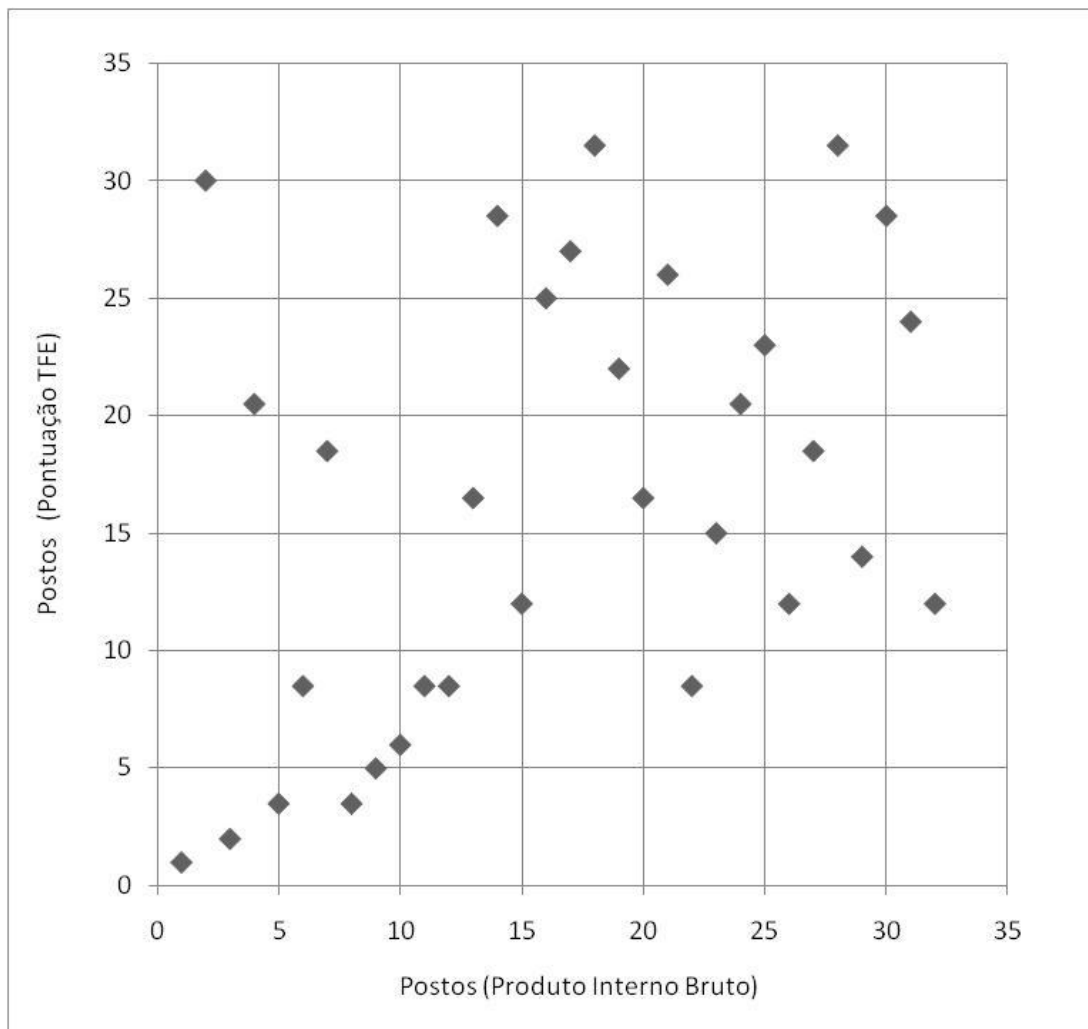
Gráfico 23 – Divulgação dos ITF´s pelos municípios conforme o PIB (2008)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,367 com nível de significância de 0,3846% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável PIB. Toda a população de 92 municípios fluminenses foi objeto de análise.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de PIB apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman forneceu um valor Rho de 0,427 com nível de significância de 1,4924% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. Toda a população de 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos foi considerada. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Niterói, Volta Redonda e Rio Claro. Para o enfraquecimento, contribuíram Campos dos Goytacazes, São Gonçalo, Macuco e Pinheiral.

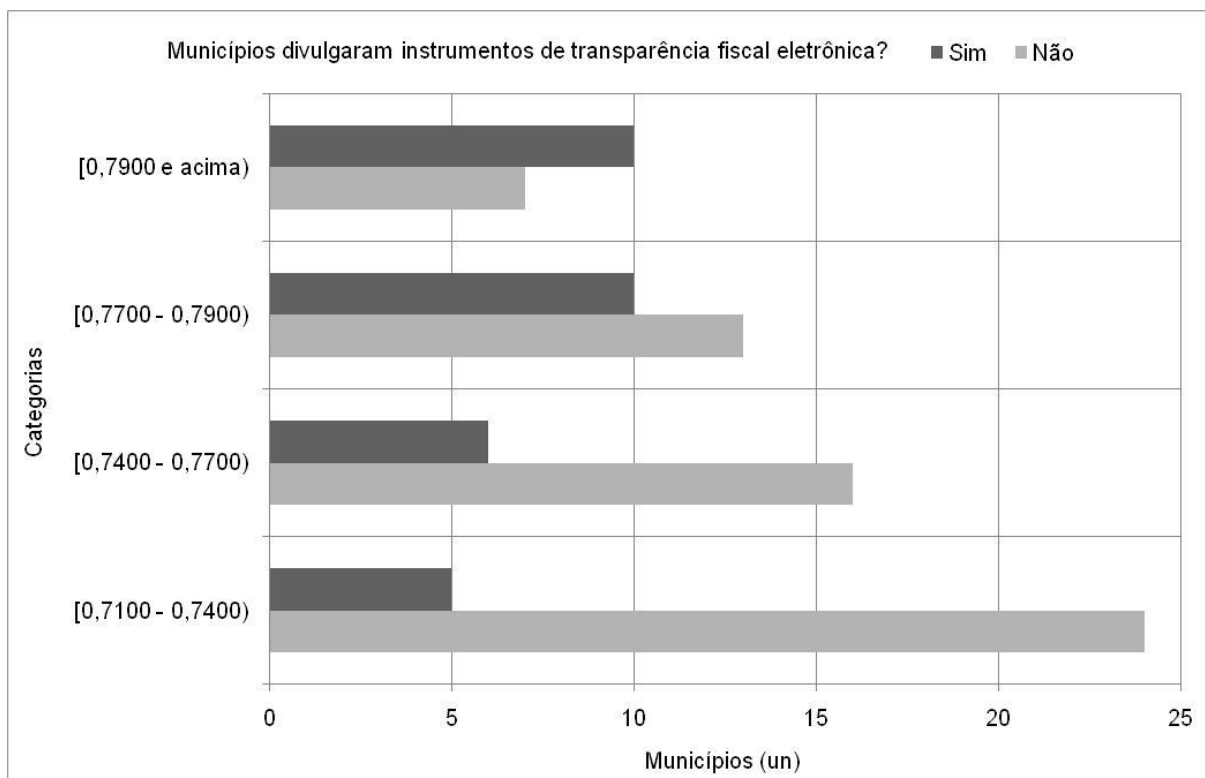
Gráfico 24 – Postos dos níveis de TFE e de PIB dos municípios (2008)



4.2.7 Índice de desenvolvimento humano municipal

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias de IDHM inferiores a 0,7900 tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. É perceptível que o número absoluto de entes em cada categoria que procede à divulgação aumenta com o IDHM.

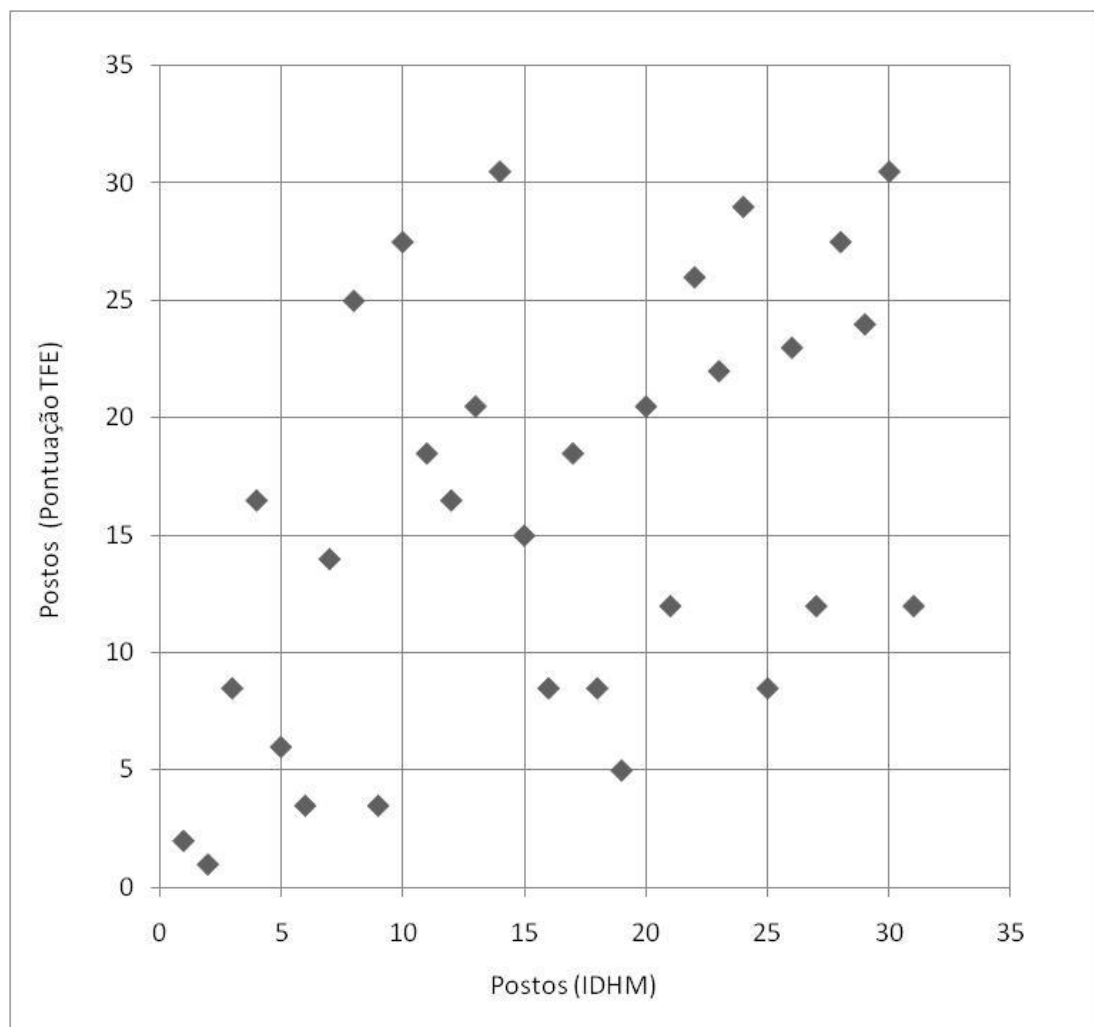
Gráfico 25 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme o IDHM (2000)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,318 com nível de significância de 2,1758% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H₀, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável IDHM. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 91 entes de um total de 92 municípios fluminenses.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de IDHM apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman forneceu um valor Rho de 0,469 com nível de significância de 0,7848 % a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 31 entes do total de 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio Claro, Cantagalo, Rio de Janeiro, Niterói, Resende, Araruama e Paracambi. Para o enfraquecimento, contribuíram Paty do Alferes, Armação dos Búzios, Teresópolis e Barra do Piraí.

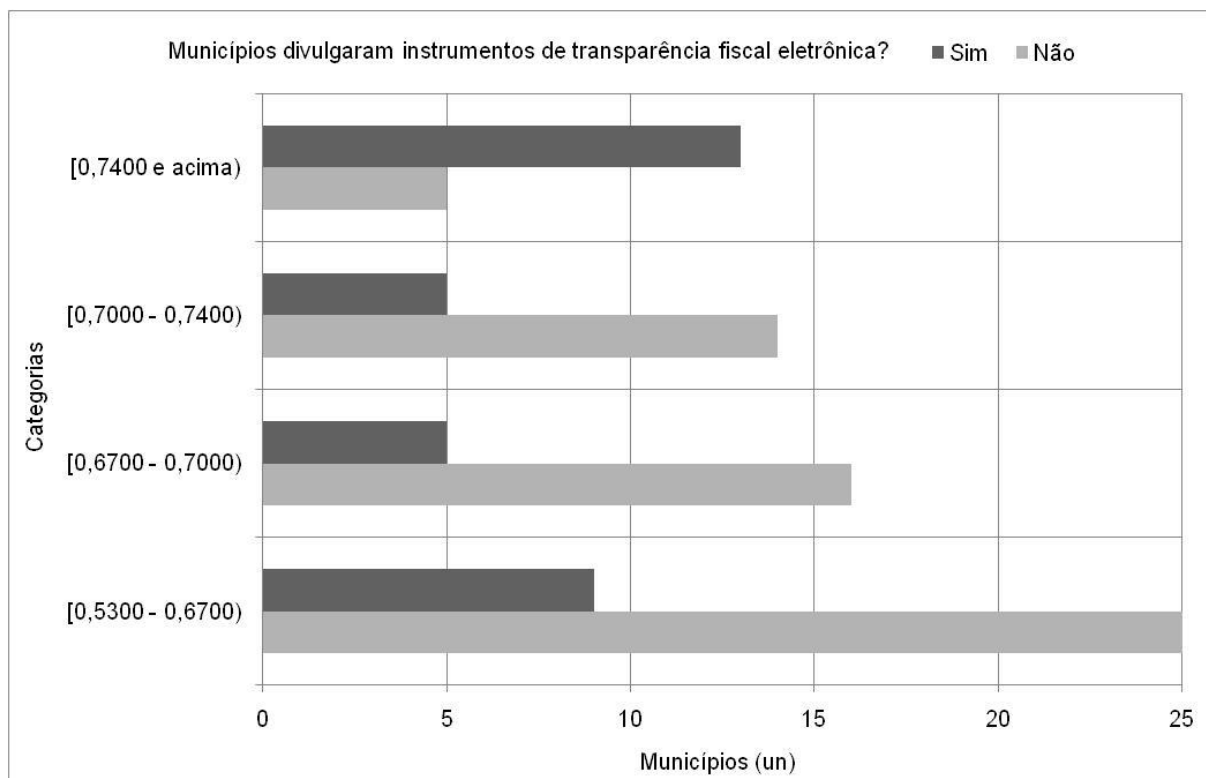
Gráfico 26 – Postos dos níveis de TFE e de IDHM dos municípios (2000)



4.2.8 Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias de IFDM inferiores a 0,7400 tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. Somente na categoria com valores acima do mencionado, ocorre a tendência de divulgação dos instrumentos.

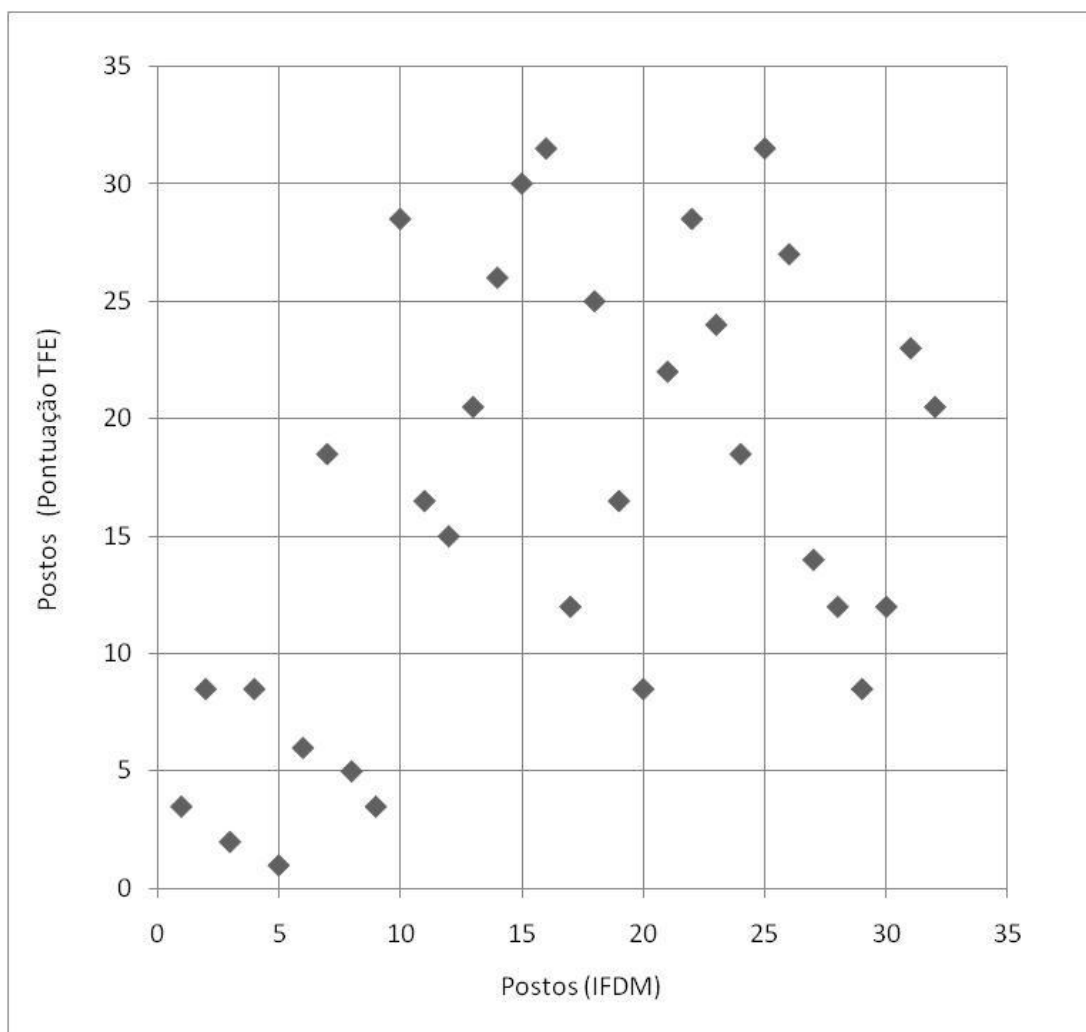
Gráfico 27 – Divulgação dos ITF´s pelos municípios conforme o IFDM (2007)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,373 com nível de significância de 0,3083% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável IFDM. Toda a população de 92 municípios fluminenses foi considerada na análise.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de IFDM apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman forneceu um valor Rho de 0,450 com nível de significância de 0,9733% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. Todos os 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos foram considerados. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Resende, Niterói, Araruama, Santa Maria Madalena e Mesquita. Para o enfraquecimento, contribuíram Paraty, Teresópolis, Paty do Alferes e Macuco.

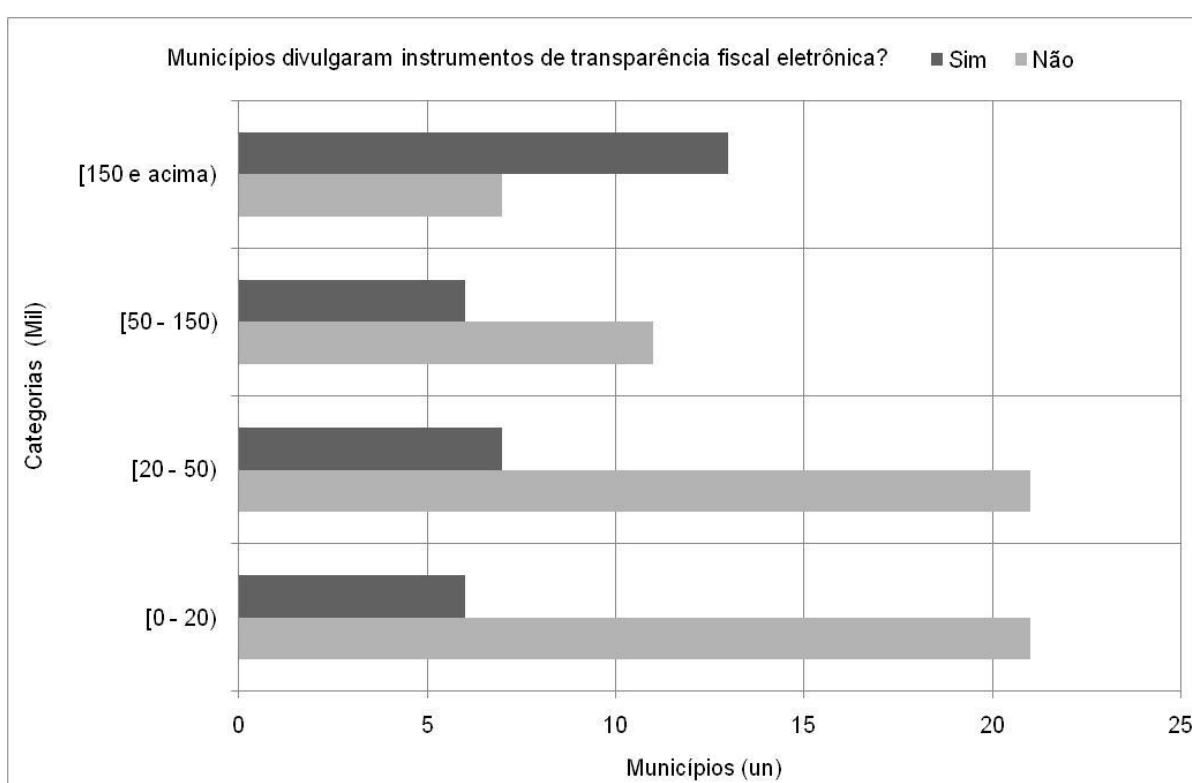
Gráfico 28 – Postos dos níveis de TFE e de IFDM dos municípios (2007)



4.2.9 População

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias de População inferiores a 150 mil habitantes tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. Somente na categoria de valores superiores ao mencionado, existe uma tendência à divulgação.

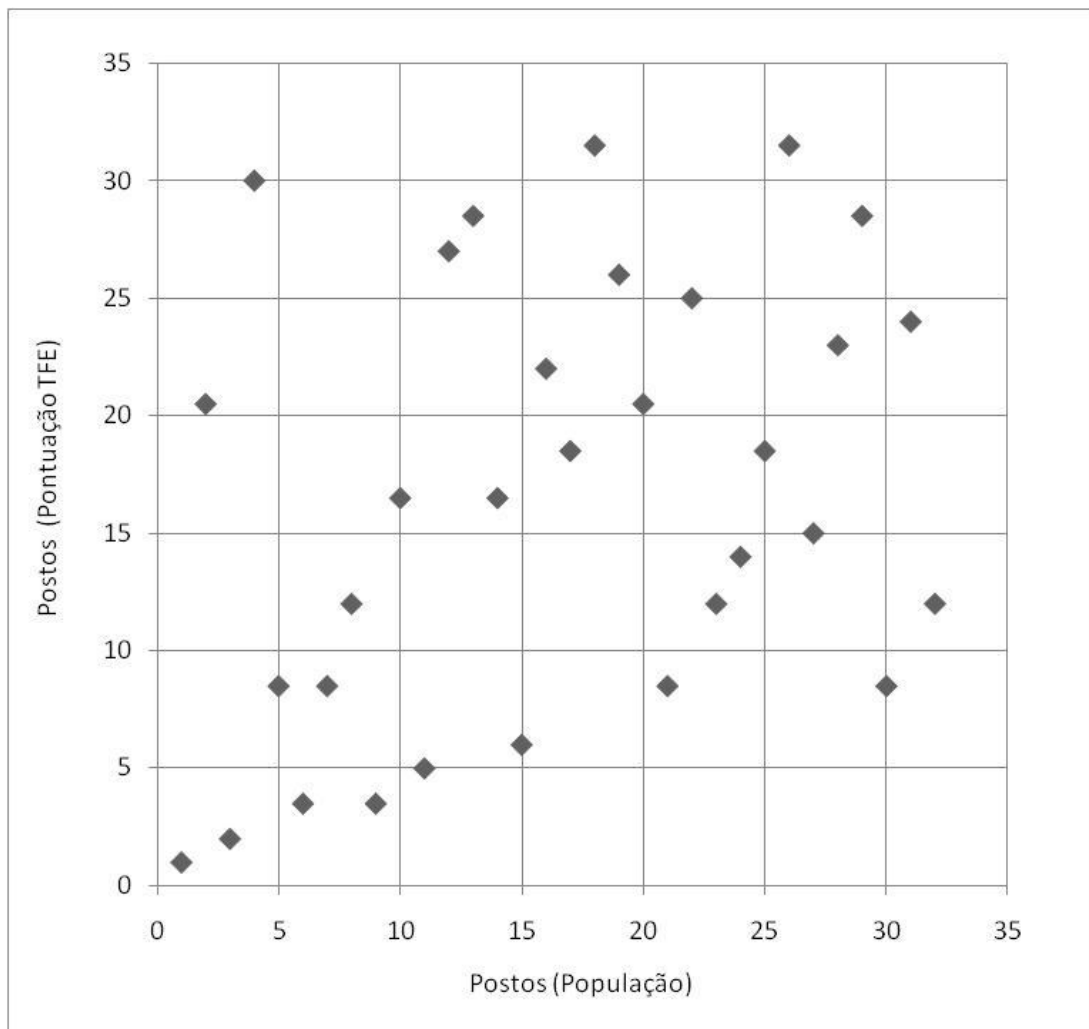
Gráfico 29 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a população (2010)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,338 com nível de significância de 1,1138% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável População. A população de 92 municípios fluminenses foi considerada na análise.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos de População apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman forneceu um valor Rho de 0,354 com nível de significância de 4,7013% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. Todos os 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos foram considerados. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio Claro, Rio de Janeiro, Niterói, Volta Redonda, Paracambi e Rio das Ostras. Para o enfraquecimento, contribuíram Campos dos Goytacazes, Porto Real, Macuco e São Gonçalo.

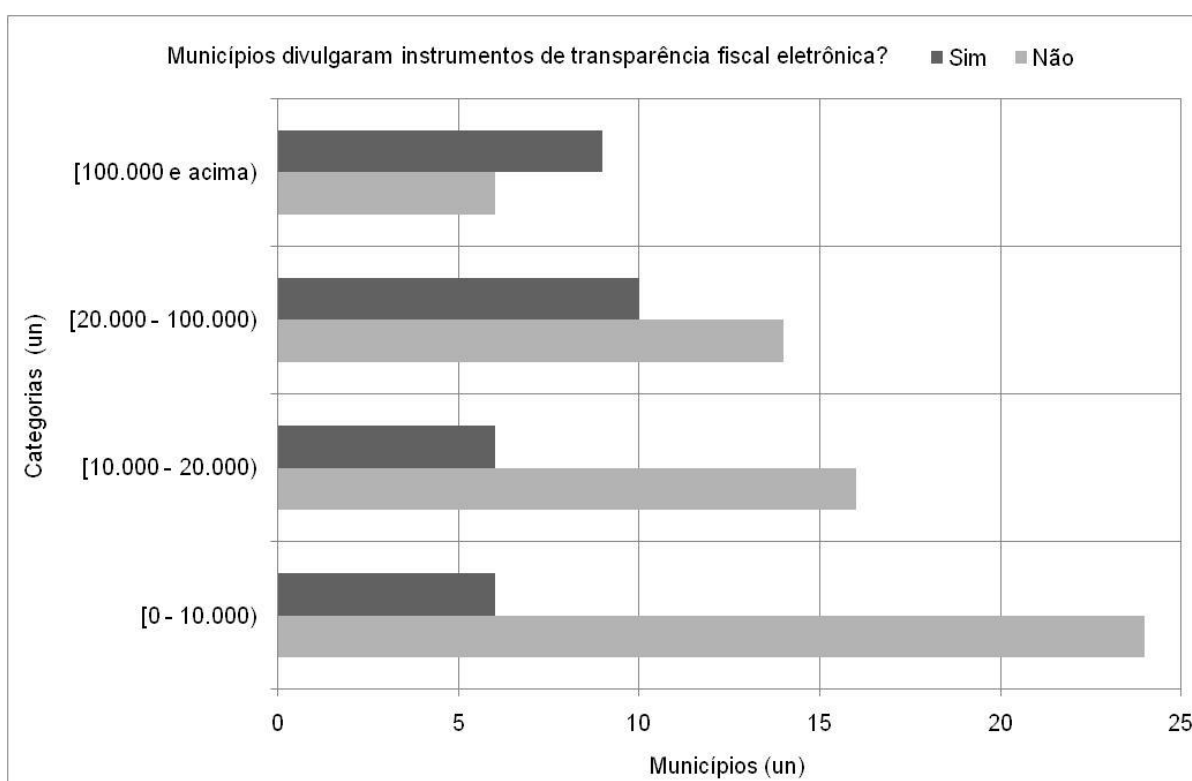
Gráfico 30 – Postos dos níveis de TFE e de População dos municípios (2010)



4.2.10 População urbana com no mínimo 10 anos de idade e alfabetizada

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias que tem valores do indicador desta seção inferiores a 100 mil habitantes tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico.

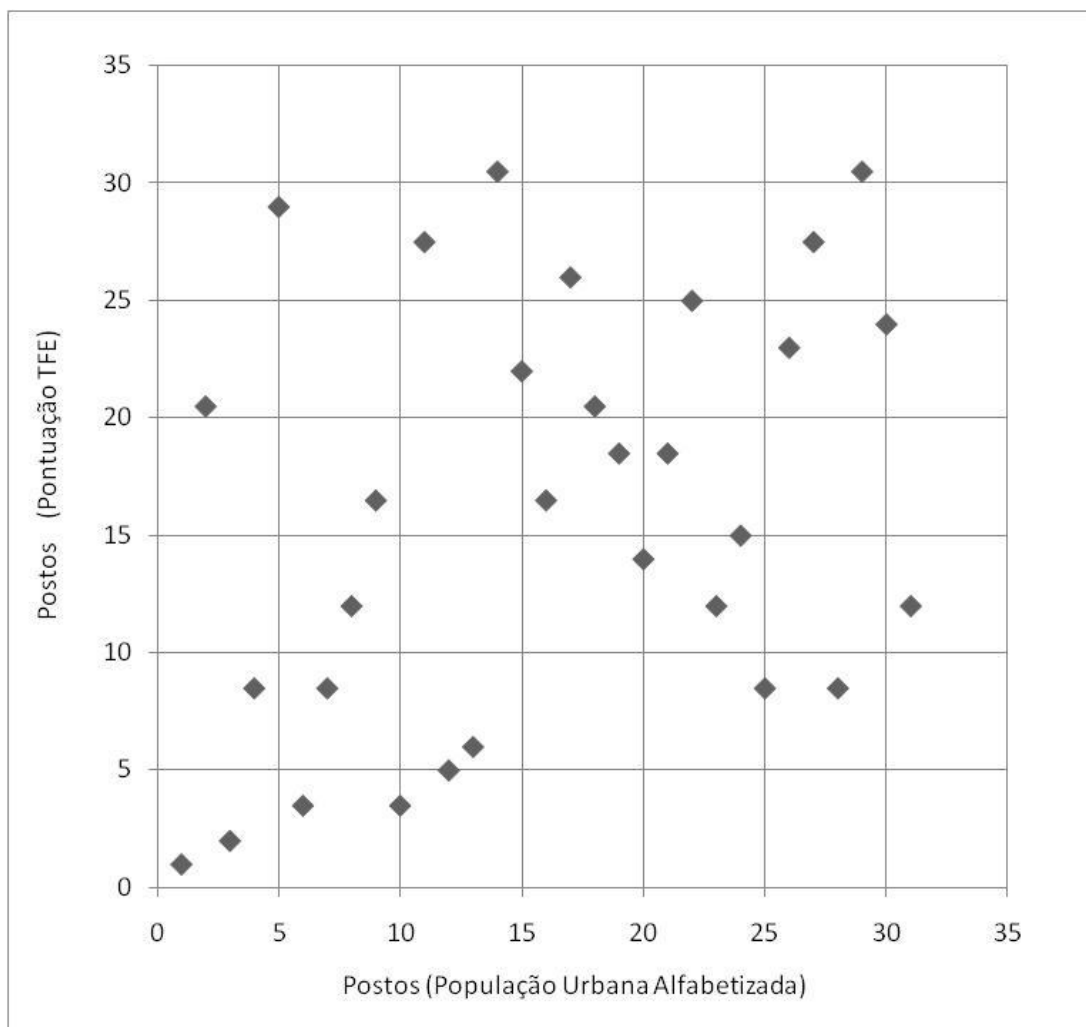
Gráfico 31 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a população urbana com no mínimo 10 anos de idade e alfabetizada (2000)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,295 com nível de significância de 4,1988% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável tratada nesta seção. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 91 entes do total de 92 municípios fluminenses.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos do indicador tratado nesta seção apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSpearman forneceu um valor Rho de 0,364 com nível de significância de 4,4293% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 31 entes dos 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Niterói, Volta Redonda, Maricá, Rio das Ostras e Rio Claro. Para o enfraquecimento, contribuíram Campos dos Goytacazes, Porto Real, Macuco e São Gonçalo.

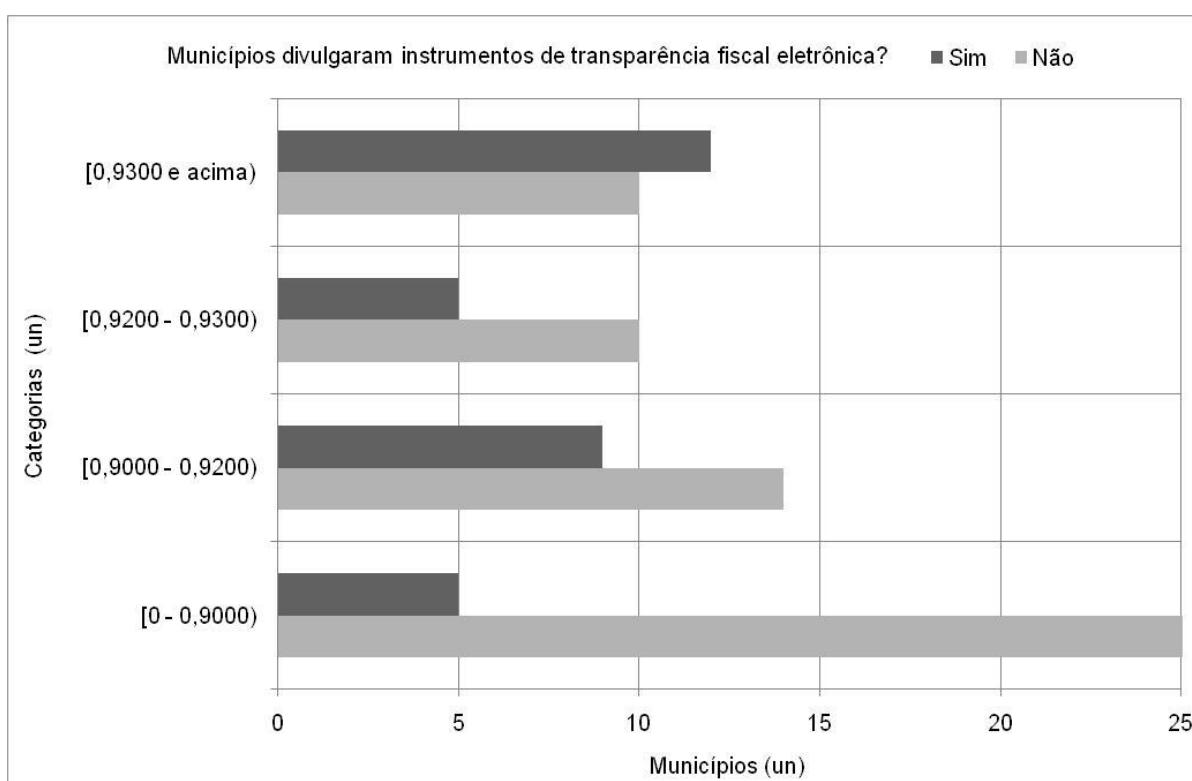
Gráfico 32 – Postos dos níveis de TFE e de população urbana com no mínimo 10 anos de idade e alfabetizada dos municípios (2000)



4.2.11 Taxa de alfabetização da população urbana com no mínimo 10 anos de idade

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias que tem valores do indicador desta seção inferiores a 0,9300 tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico.

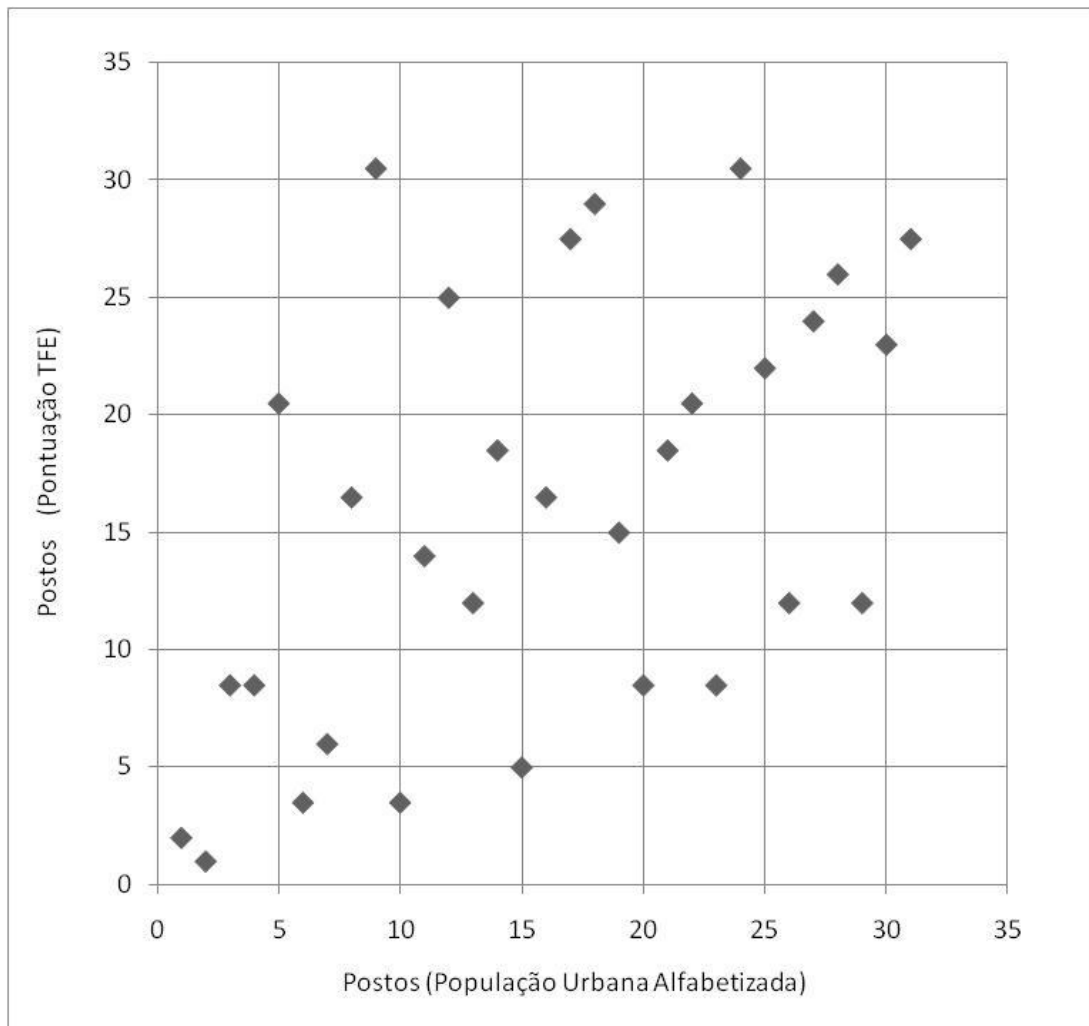
Gráfico 33 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a taxa de alfabetização da população urbana com no mínimo 10 anos de idade (2000)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,305 com nível de significância de 3,1859% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H₀, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável tratada nesta seção. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 91 entes do total de 92 municípios fluminenses.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos do indicador tratado nesta seção apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman forneceu um valor Rho de 0,519 com nível de significância de 0,2766% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 31 entes dos 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Niterói, Resende, Maricá e Paracambi. Para o enfraquecimento, contribuíram Barra do Piraí, Paty do Alferes, São Gonçalo, Itaboraí e Armação dos Búzios.

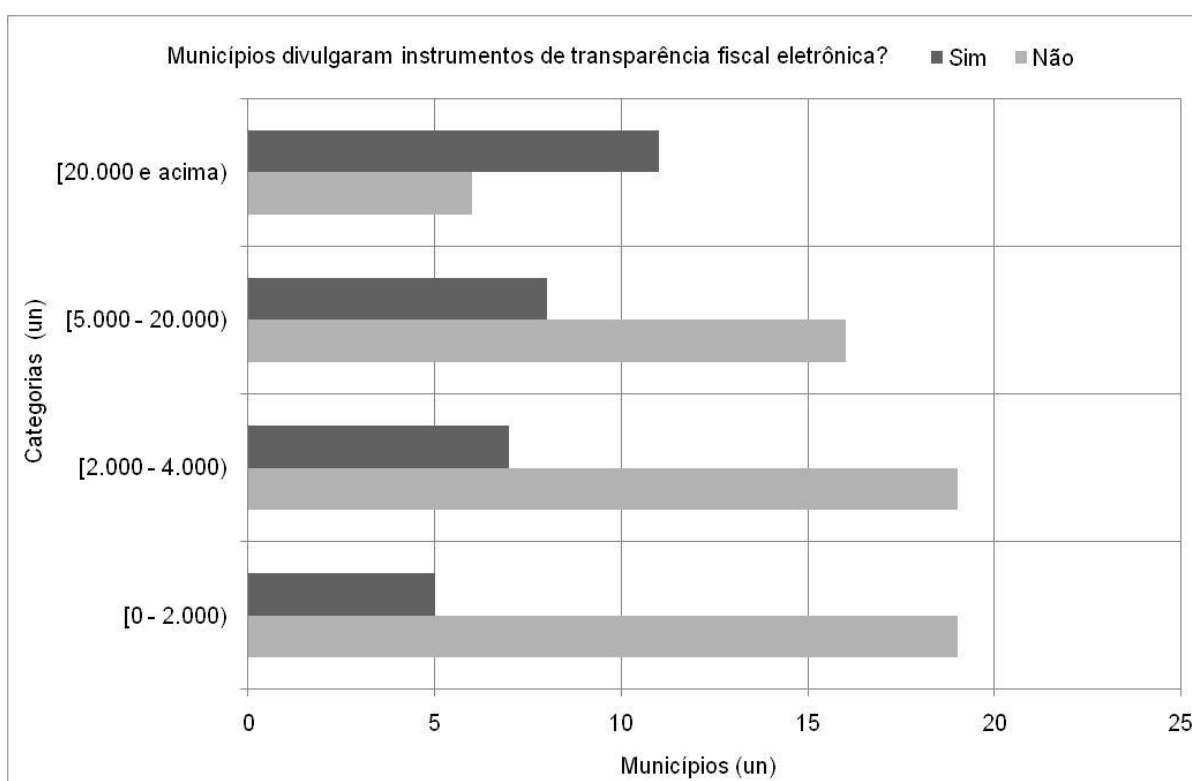
Gráfico 34 – Postos dos níveis de TFE e de taxa de alfabetização da população urbana com no mínimo 10 anos de idade dos municípios (2000)



4.2.12 População urbana com no mínimo 10 anos de idade e 11 anos de instrução

A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias que tem valores do indicador desta seção inferiores a 20 mil habitantes tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico.

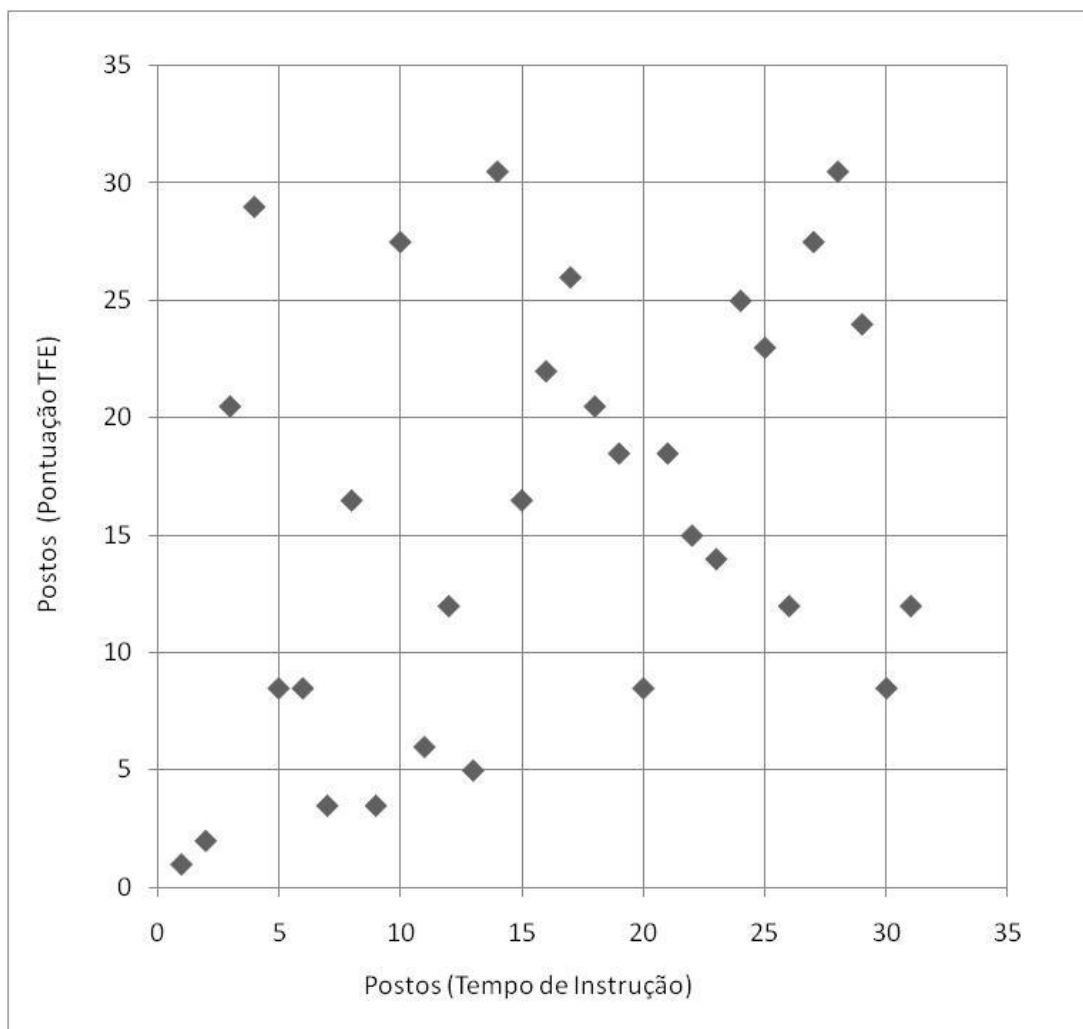
Gráfico 35 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a população urbana com no mínimo 10 anos de idade e 11 anos de instrução (2000)



O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,316 com nível de significância de 2,2569% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável tratada nesta seção. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 91 entes do total de 92 municípios fluminenses.

Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos do indicador tratado nesta seção apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman forneceu um valor Rho de 0,358 com nível de significância de 4,7680% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 31 entes dos 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Niterói, Itaboraí, Rio das Ostras, Armação dos Búzios e Rio Claro. Para o enfraquecimento, contribuíram Campos dos Goytacazes, Macuco, São Gonçalo e Teresópolis.

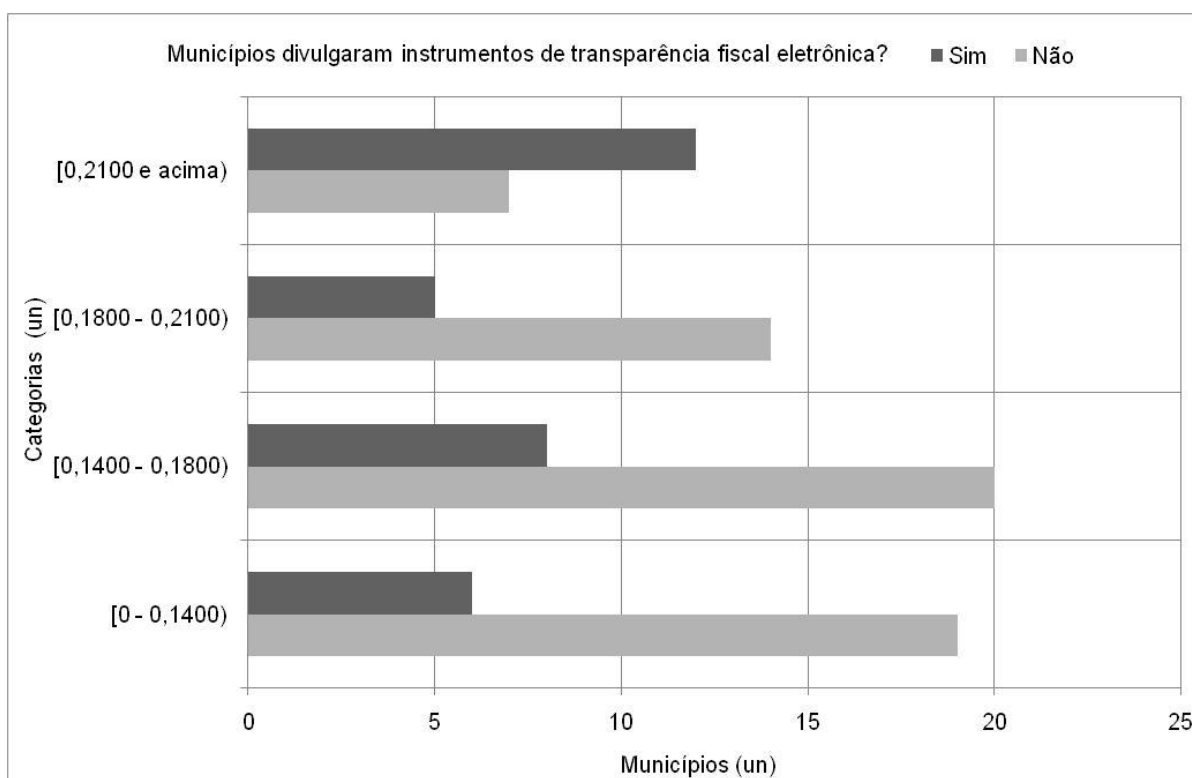
Gráfico 36 – Postos dos níveis de TFE e de população urbana com no mínimo 10 anos de idade e 11 anos de instrução dos municípios (2000)



4.2.13 Taxa de instrução de no mínimo 11 anos da população urbana com no mínimo 10 anos de idade

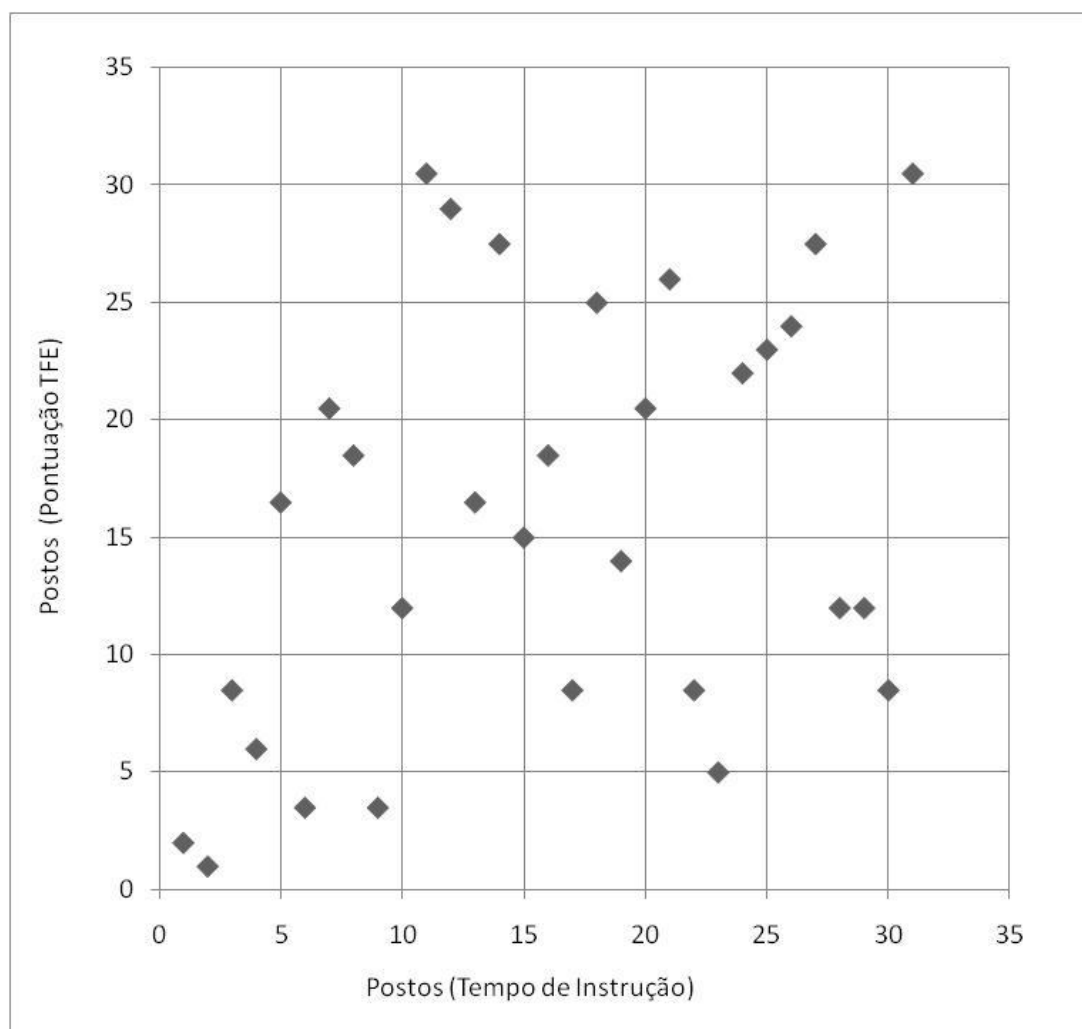
A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias que tem valores do indicador desta seção inferiores a 0,2100 tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,310 com nível de significância de 2,7096% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável tratada nesta seção. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 91 entes do total de 92 municípios fluminenses.

Gráfico 37 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a taxa instrução de no mínimo 11 anos da população urbana com no mínimo 10 anos de idade (2000)



Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e do indicador tratado nesta seção apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSpearman deu um valor Rho de 0,381 com nível de significância de 3,4332% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra deste indicador foi composta por 31 dos 32 entes fluminenses que divulgaram os instrumentos. A maior contribuição para o fortalecimento da associação veio de Cantagalo, São José do Vale do Rio Preto, Rio de Janeiro e Niterói. Para o enfraquecimento, Porto Real, Barra do Piraí e Angra dos Reis.

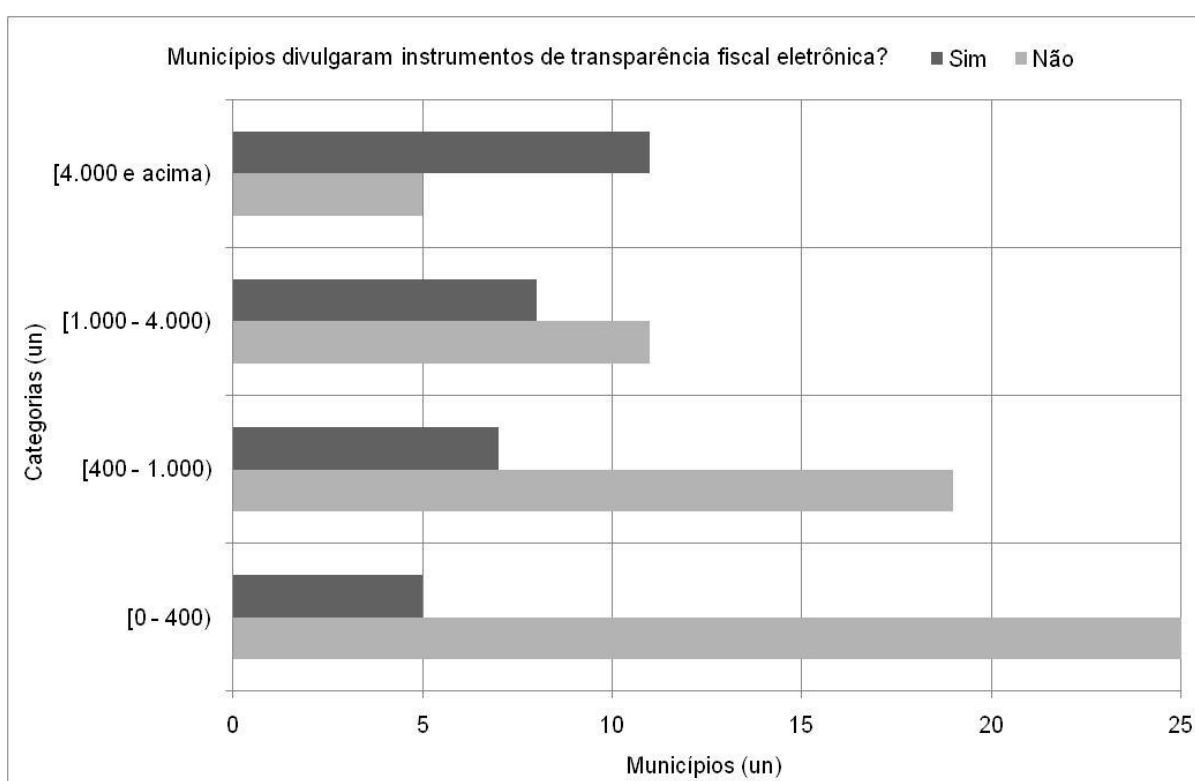
Gráfico 38 – Postos dos níveis de TFE e de taxa de instrução de no mínimo 11 anos da população urbana com no mínimo 10 anos de idade dos municípios (2000)



4.2.14 População urbana com no mínimo 10 anos de idade e no mínimo 10 salários de rendimento mensal

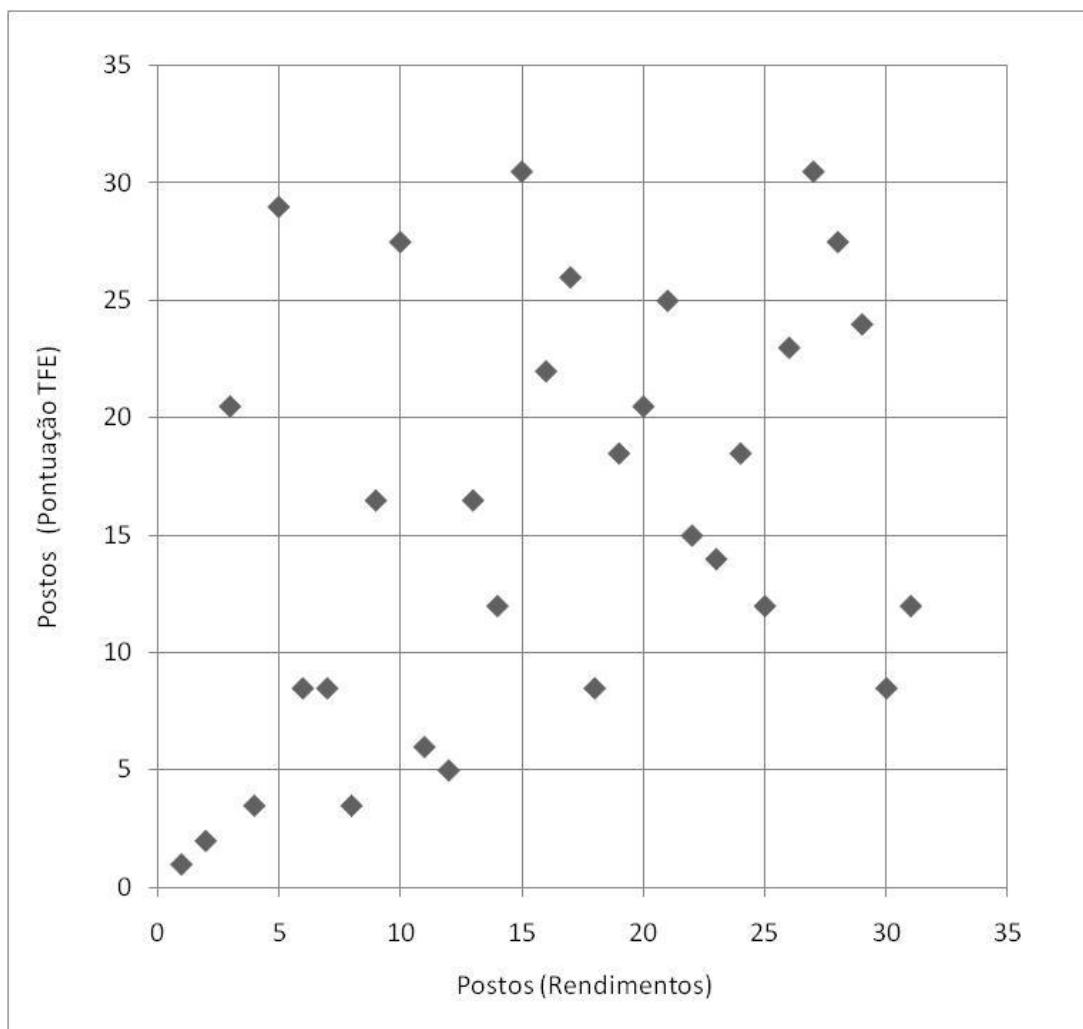
A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias que tem valores do indicador desta seção inferiores a 4 mil habitantes tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,371 com nível de significância de 0,3266% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H_0 , relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável tratada nesta seção. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 91 entes do total de 92 municípios fluminenses.

Gráfico 39 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a população urbana com no mínimo 10 anos de idade e no mínimo 10 salários de rendimento mensal (2000)



Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e dos do indicador tratado nesta seção apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSpearman forneceu um valor Rho de 0,390 com nível de significância de 3,0220% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando para a existência de associação entre as duas variáveis. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 31 entes dos 32 municípios fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os entes que mais contribuíram para o fortalecimento da associação foram Rio de Janeiro, Niterói e Rio Claro. Para o enfraquecimento, contribuíram Campos dos Goytacazes, Macuco e Porto Real.

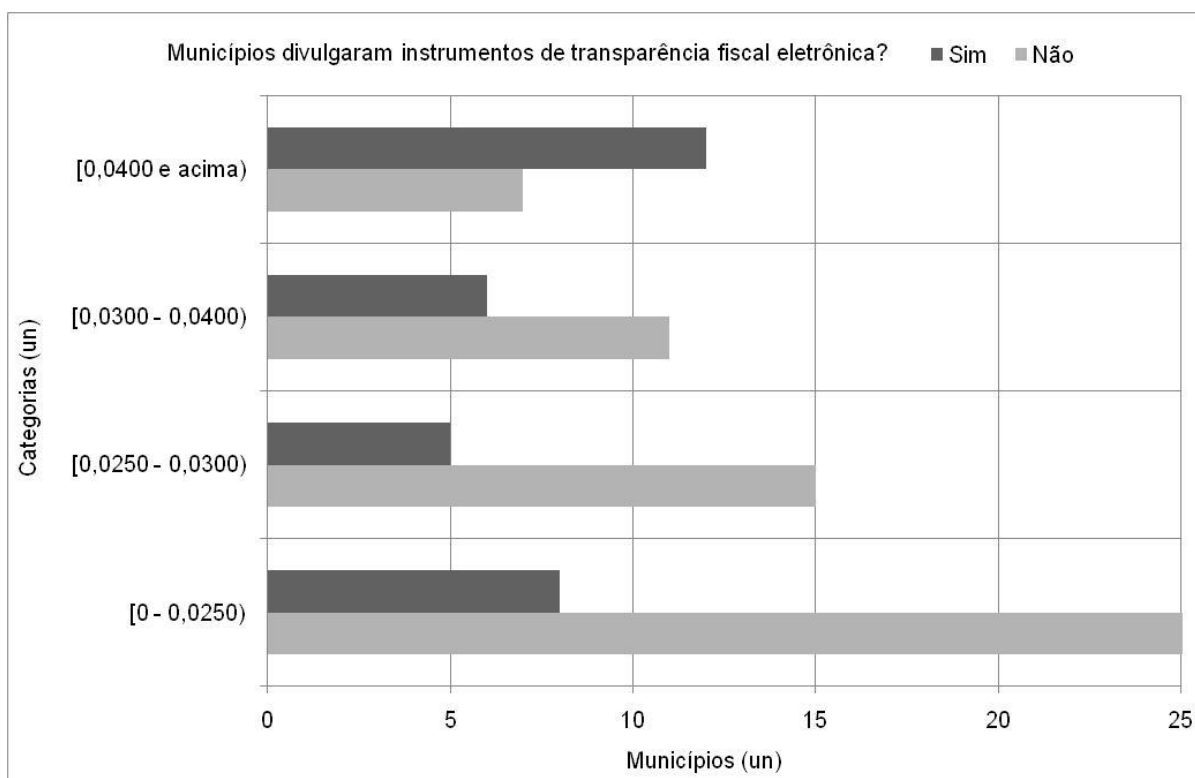
Gráfico 40 – Postos dos níveis de TFE e de população urbana com no mínimo 10 anos de idade e no mínimo 10 salários de rendimento mensal dos municípios (2000)



4.2.15 Taxa de rendimentos mensais de no mínimo 10 salários da população urbana com no mínimo 10 anos de idade

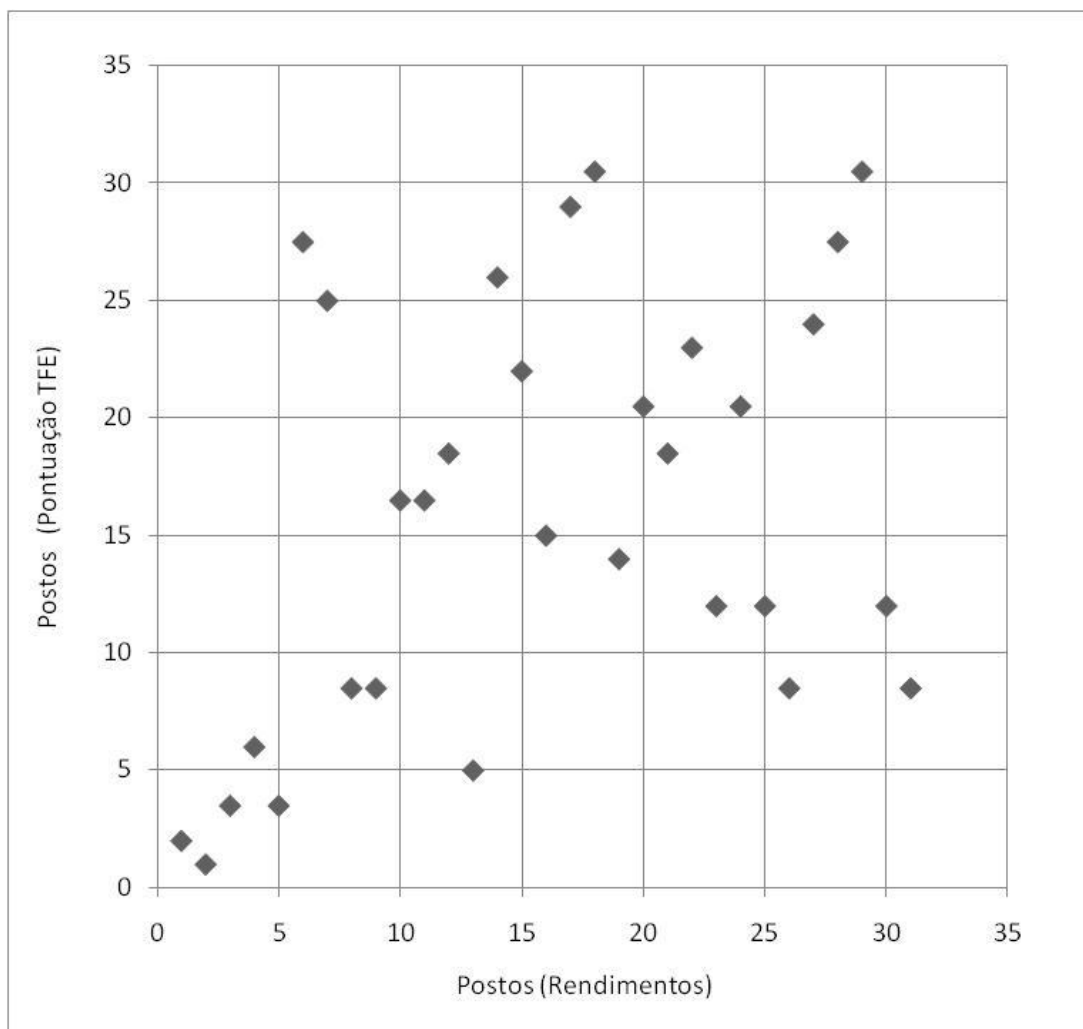
A análise deste gráfico mostra que municípios em categorias que tem valores do indicador desta seção inferiores a 0,0400 tendem a não divulgar os instrumentos de transparência fiscal em meio eletrônico. O cálculo do CCPearson forneceu um valor C de 0,321 com nível de significância de 1,9792% a 3 graus de liberdade em uma distribuição qui-quadrado. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa à divulgação dos instrumentos, apontando para a existência de associação entre esta variável e a variável tratada nesta seção. A amostra estudada quanto ao indicador foi composta por 91 entes do total de 92 municípios fluminenses.

Gráfico 41 – Divulgação dos ITF's pelos municípios conforme a taxa de rendimentos mensais de no mínimo 10 salários da população urbana com no mínimo 10 anos de idade (2000)



Em relação aos municípios que fizeram a divulgação, a análise do seguinte gráfico mostra que os postos de ordem dos níveis de TFE e do indicador tratado nesta seção apresentam dispersão moderada. O cálculo do CRSppearman deu um valor Rho de 0,405 com nível de significância de 2,3799% a 2 graus de liberdade em uma distribuição T de Student bicaudal. O resultado permite rejeitar a hipótese H0, relativa ao nível de TFE, apontando a associação entre as duas variáveis. A amostra deste indicador foi de 31 de 32 entes fluminenses que divulgaram os instrumentos. Os que mais fortaleceram a associação foram Rio de Janeiro e Niterói. Para o enfraquecimento, Porto Real, Barra do Piraí e Angra dos Reis.

Gráfico 42 – Postos dos níveis de TFE e de taxa de rendimentos mensais de no mínimo 10 salários da população urbana com no mínimo 10 anos de idade dos municípios (2000)



5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa mostrou que a maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro não divulga os instrumentos de transparência fiscal eletrônica exigidos pela LRF, mesmo tendo se passado mais de 10 anos desde a promulgação desta. Entre aqueles que divulgam os instrumentos, as pontuações foram geralmente muito baixas. A capital apresentou números esperados devido ao volume de recursos públicos, pujança econômica e contingente populacional que apresenta, além de dispor de maior infraestrutura tecnológica e de educação.

Os municípios de Niterói, Petrópolis, Macaé e Angra dos Reis se destacaram positivamente, apresentando pontuações mais altas que os demais, com exceção da capital. A transparência fiscal nestes municípios correspondeu aos seus bons indicadores em todos os aspectos avaliados neste estudo.

A pesquisa demonstrou também que a decisão de divulgar os instrumentos de transparência fiscal e os níveis verificados estão associados positivamente com todos os indicadores utilizados. O quadro encontrado é compatível com a literatura revisada sobre o tema.

O maior número de habitantes pode aumentar as possibilidades de organização dos indivíduos em grupos, potencializando a capacidade da sociedade em demandar mais oportunidades de participação e acesso a informações relevantes para apoio ao processo decisório quanto à escolha dos seus representantes. Por outro lado, os municípios com pequeno número de habitantes podem carecer de uma quantidade adequada de profissionais nas áreas de contabilidade e de ciência da informação, que poderiam incrementar a transparência da administração pública local.

Populações com maiores índices de desenvolvimento humano, que pressupõe acesso a educação e renda, também podem utilizar melhor as informações recebidas, escolhendo políticos que prezem a boa gestão de recursos públicos e se preocupam com a transparência dos seus atos.

Os municípios com maiores movimentações de receitas também foram geralmente os que se mostraram mais transparentes. Este fato pode indicar que a gestão fiscal é mais transparente em municípios que possuem melhores condições de manutenção de uma estrutura administrativa e de pessoal mais adequada aos processos contábeis e de divulgação.

A associação entre as variáveis também ocorreu quanto a indicadores baseados em taxas de alfabetização, nível de instrução e de rendimentos. Alguns municípios de menor porte melhoraram sua posição quando a associação foi avaliada para estes indicadores.

Os números relativos de municípios que divulgam as peças orçamentárias e os relatórios são muito semelhantes e também muito baixos. Os relatórios são elaborados conforme as normas da STN, sem o acompanhamento de explicações em linguagem simples ou com o auxílio de gráficos, que poderiam auxiliar a compreensão dos cidadãos que não dominam a linguagem técnica.

Mais preocupantes são os números relativos aos demais instrumentos e informações de transparência. O Rio de Janeiro foi o único a apresentar sua prestação de contas. As audiências públicas tiveram cronograma divulgado apenas por Macaé e os conteúdos foram divulgados apenas pelo Rio de Janeiro e por Paraty. Em relação ao incentivo à participação popular, somente Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis, Macaé e Angra dos Reis adotam mecanismos interessantes, como a disponibilização de todas as informações em portais e de material explicativo e de orientação sobre a gestão fiscal.

Diante do exposto, e dentro da proposta deste trabalho, verificou-se que a grande maioria, mais de 65%, das prefeituras municipais do Rio de Janeiro decidiu não divulgar na Internet os instrumentos de transparência relacionados a sua gestão fiscal. Além disso, os níveis de transparência fiscal eletrônica das prefeituras que divulgaram os instrumentos foi muito baixo, com apenas 10% delas tendo obtido mais de 30 pontos em 100. Assim, conclui-se que, no conjunto, não está havendo a divulgação adequada dos instrumentos de transparência pelos Poderes Executivos dos municípios fluminenses.

Em relação à associação da decisão de divulgação dos instrumentos e dos níveis de transparência com os indicadores socioeconômicos, verificou-se que ela existe em todos os casos e em nível de significância aceitável. Dessa forma, conclui-se pela utilidade do uso dos indicadores em estudos de planejamento para a promoção da transparência fiscal eletrônica no Estado do Rio de Janeiro.

Como limitação do estudo, temos que as técnicas utilizadas para aferir a associação entre as variáveis não permitem estabelecer nexos causais entre elas.

Sugere-se que pesquisas posteriores investiguem os problemas enfrentados pelas prefeituras municipais em termos de infra-estrutura disponível, de quantidade e qualificação do pessoal e de sistemas de informação utilizados na administração pública local, verificando também se receberam auxílio técnico e financeiro da União, que ficou obrigada a fornecê-lo de acordo com a LRF.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

_____. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Presidência da República**, Brasília, 2011.

_____. Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34; Brasília: ENAP, 1998.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987.

COSTA, F. L. da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, set./out. 2008.

CULAU, A. A.; FORTIS, M. F. de A. Transparência e controle social na administração pública brasileira: avaliação das principais inovações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 11, 2006, Ciudad de Guatemala. **Anais...** Ciudad de Guatemala: CLAD, 2006.

DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.43, n.1, jan./fev. 2009.

FERREIRA, S. G.; ARAÚJO, E. A. E-governo: o que ensina a experiência internacional. **Informe da Secretaria para Assuntos Fiscais**, Rio de Janeiro, n. 17, ago. 2000.

JOIA, L. A.; FLEURY, N. M. Tecnologia da informação como propiciadora de processos de governo eletrônico: e caso do DETRAN-RJ. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, ed. 31, v. 9, n. 1, 2003.

JUSTICE, J. B.; MELITSKI, J.; SMITH, D. L. E-government as an instrument of fiscal accountability and responsiveness: do the best practitioners employ the best practices? **The American Review of Public Administration**, New York, v. 36, n. 3, Sept. 2006.

KHAIR, A. A. **Lei de Responsabilidade Fiscal**: guia de orientação para as prefeituras. São Paulo: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, 2001.

LEITE, C. K. da S. **O processo de ordenamento fiscal no Brasil na década de 1990 e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, E. A. de. et al. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal na tomada de decisão pelos gestores públicos municipais. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, dez. 2005.

MATIAS-PEREIRA, J. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, jan./fev. 2008.

_____ **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____ Reforma do Estado, transparência e democracia no Brasil. **Revista Acadêmica de Economia**, Málaga, n. 26, jun. 2004.

MATIAS-PEREIRA, J. BARBALHO, J. Governo eletrônico: estudo comparativo entre as experiências dos EUA e do Brasil. **Gestão & Regionalidade**, v. 24, n. 69, jan./abr. 2008.

MEDEIROS, P. H. **Governo eletrônico no Brasil**: aspectos institucionais e reflexos na governança. Dissertação (Mestrado em Administração)–Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MENEZES, R. T. de **Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre as categorias e funções de despesas dos municípios brasileiros** (1998 – 2004). 2006. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada)–Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DE DÉVELOPPEMENT ECONOMIQUÉS. **E-government: analysis framework and methodology**. Paris, 2001.

PELICIOLO, A. C. A lei de responsabilidade na gestão fiscal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a. 37, n. 146, abr/jun. 2000.

PEREGRINO, F. O. de F. **A nova administração pública no Brasil (1995/2009): uma avaliação do modelo de organização social na área da ciência & tecnologia**. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PINHO, J. A. G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, maio/jun. 2008.

PLATT NETO, O. A. et al. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na Administração Pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, jan./mar. 2007.

POLLITT, C; BOUCKAERT, G. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 53, n. 3, jul./set. 2002.

PRADO, O. **Governo eletrônico e transparência: publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo)–Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

PRADO, O. **Governo eletrônico, reforma do Estado e transparência: o programa de governo eletrônico do Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo)–Fundação Getúlio Vargas, 2009.

ROGERS, P.; SENA, L. B. Análise agregada dos municípios mineiros de grande porte quanto à adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, a. 4, v. 1, n. 8, jul./dez. 2006.

SANTANA JUNIOR, J. J. B. **Transparência fiscal eletrônica**: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos estados e do distrito federal do Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)–UnB/UFPE/UFPB/UFRN, Recife, 2008.

SANTOS, R. de C. L. F. dos. **Plano plurianual e orçamento público**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos. **Democracia e governo local**: dilemas da reforma municipal no Brasil. 2000. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, mar./abr. 2009.

SILVA, A. de O. **Reforma do Estado e democracia**: o impacto do orçamento participativo de Porto Alegre para a consolidação democrática. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SIMÃO, J. B.; RODRIGUES, G. M. Acessibilidade às informações públicas: uma avaliação do portal de serviços e informações do governo federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, 2005.

SOUZA FILHO, R. de **Estado, burocracia e patrimonialismo no desenvolvimento da administração pública brasileira**. 2004, Tese (Doutorado em Serviço Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

EUROPEAN UNION. **ICT standardisation work programme**. Bruxelas, 2010.

WEBER, K. E. M. Economia e sociedade. Vol. II **Fundamentos da sociologia compreensiva**. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília: UNB, 2004.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A – Endereços eletrônicos dos poderes executivos municipais que divulgaram os instrumentos de transparência

Município	Endereço Eletrônico
Angra dos Reis	www.angra.rj.gov.br
Araruama	www.araruama.rj.gov.br
Armação dos Búzios	www.buzios.rj.gov.br
Barra do Piraí	www.pmbp.rj.gov.br
Campos dos Goytacazes	www.campos.rj.gov.br
Cantagalo	www.cantagalo.rj.gov.br
Cordeiro	www.cordeiro.rj.gov.br
Itaboraí	www.itaborai.rj.gov.br
Macaé	www.macaee.rj.gov.br
Macuco	www.prefeituramacuco.rj.gov.br
Maricá	www.marica.rj.gov.br
Mesquita	www.mesquita.rj.gov.br
Niterói	www.niteroi.rj.gov.br
Nova Friburgo	www.pmnf.rj.gov.br
Paracambi	www.paracambi.rj.gov.br
Paraty	www.pmparaty.rj.gov.br
Paty do Alferes	www.patydoalferes.rj.gov.br
Petrópolis	www.petropolis.rj.gov.br
Pinheiral	www.prefeiturapineiral.com.br
Porto Real	www.portoreal.rj.gov.br
Resende	www.resende.rj.gov.br
Rio Claro	www.rioclaro.rj.gov.br
Rio das Ostras	www.riodasostras.rj.gov.br
Rio de Janeiro	www.rio.rj.gov.br
Santa Maria Madalena	www.pmsmm.rj.gov.br
São Gonçalo	www.saogoncalo.rj.gov.br
São João de Meriti	www.meriti.rj.gov.br
São Jose do Vale do Rio Preto	www.sjvriopreto.rj.gov.br
Sapucaia	www.sapucaia.rj.gov.br
Saquarema	www.saquarema.rj.gov.br
Teresópolis	www.teresopolis.rj.gov.br
Volta Redonda	www.portalvr.com

Apêndice B – Endereços eletrônicos dos poderes executivos municipais que não divulgaram os instrumentos de transparência

Município	Endereço Eletrônico
Aperibe	www.aperibe.rj.gov.br
Areal	www.areal.rj.gov.br
Arraial do Cabo	www.arraial.rj.gov.br
Barra Mansa	www.barramansa.rj.gov.br
Belford Roxo	www.belfordroxo.rj.gov.br
Bom Jardim	www.bomjardim.rj.gov.br
Bom Jesus do Itabapoana	www.bomjesus.rj.gov.br
Cabo Frio	www.cabofrio.rj.gov.br
Cachoeiras de Macacu	www.cachoeirasdemacacu.rj.gov.br
Cambuci	www.prefeituramunicipaldeCambuci.com.br
Carapebus	www.carapebus.rj.gov.br
Cardoso Moreira	www.cardosomoreira.rj.gov.br
Carmo	www.carmo.rj.gov.br
Casimiro de Abreu	www.casimiro.rj.gov.br
Comendador Levy Gasparian	www.levygasparian.rj.gov.br
Conceição de Macabu	www.conceicaodemacabu.rj.gov.br
Duas Barras	www.duasbarras.rj.gov.br
Duque de Caxias	www.duquedecaxias.rj.gov.br
Engenheiro Paulo de Frontin	www.pmepf.rj.gov.br
Guapimirim	www.guapimirim.rj.gov.br
Iguaba Grande	www.iguaba.rj.gov.br
Itaguaí	www.itaguaui.rj.gov.br
Italva	www.italva.rj.gov.br
Itaocara	www.itaocara.rj.gov.br
Itaperuna	www.itaperuna.rj.gov.br
Itatiaia	www.itatiaia.rj.gov.br
Japeri	www.japeri.rj.gov.br
Lage do Muriaé	www.pmlajedomuriaie.com.br
Magé	www.magé.rj.gov.br
Mangaratiba	www.mangaratiba.rj.gov.br

Município	Endereço Eletrônico
Mendes	www.mendes.rj.gov.br
Miguel Pereira	www.pmmp.rj.gov.br
Miracema	www.miracema.rj.gov.br
Natividade	www.natividade.rj.gov.br
Nilópolis	www.nilopolis.rj.gov.br
Nova Iguaçu	www.novaiguacu.rj.gov.br
Paraíba do Sul	www.paraibanet.com.br
Piraí	www.pirai.rj.gov.br
Porciúncula	www.porciuncula.rj.gov.br
Quatis	www.quatis.rj.gov.br
Queimados	www.queimados.rj.gov.br
Quissamã	www.quissama.rj.gov.br
Rio Bonito	www.riobonito.rj.gov.br
Rio das Flores	www.pmrf.rj.gov.br
Santo Antônio de Pádua	www.santoantoniodepadua.rj.gov.br
São Fidélis	www.pmsf.rj.gov.br
São Francisco de Itabapoana	www.pmfsi.rj.gov.br
São João da Barra	www.sjb.rj.gov.br
São José de Ubá	www.saojosedeuiba.rj.gov.br
São Pedro da Aldeia	www.pmspa.rj.gov.br
São Sebastião do Alto	www.ssalto.rj.gov.br
Seropédica	www.portalseropedica.com.br
Silva Jardim	www.silvajardim.rj.gov.br
Sumidouro	www.sumidouro.rj.gov.br
Tanguá	www.tangua.rj.gov.br
Trajano de Moraes	www.trajanodemoraes.rj.gov.br
Três Rios	www.tresrios.rj.gov.br
Valência	www.valenca.rj.gov.br
Varre-Sai	www.varresai.rj.cnm.org.br
Vassouras	www.vassouras.rj.gov.br

Apêndice C – Instrumentos e pontuação obtida em TFE

Município	PPA				
	Lei	Anexo	VS	Atual	Claro
Rio de Janeiro	1	3		1	
Niterói	1	3		1	
Petrópolis	1	3		1	
Macaé	1	3		1	
Angra dos Reis	1	3		1	
Resende					
Paraty					
Volta Redonda	1	3		1	
São João de Meriti					
Porto Real					
Paty do Alferes					
Macuco					
Itaboraí					
Pinheiral	1	3		1	
Cantagalo					
Nova Friburgo					
Maricá					
Cordeiro					
Rio das Ostras	1	3		1	
São Gonçalo	1	3		1	
Paracambi	1	3		1	
Araruama	1	3		1	
Sapucaia					
Santa Maria Madalena					
Armação dos Búzios					
Squarema	1	3		1	
Mesquita	1			1	
Teresópolis					
Rio Claro	1	3		1	
Campos dos Goytacazes					
Barra do Pirai					
São Jose do Vale do Rio Preto					

Município	LDO				
	Lei	Anexo	VS	Atual	Claro
Rio de Janeiro	1	3			
Niterói	1	3		1	
Petrópolis	1	3			
Macaé					
Angra dos Reis	1	3		1	
Resende	1	3			
Paraty	1	3			
Volta Redonda	1			1	
São João de Meriti					
Porto Real					
Paty do Alferes					
Macuco					
Itaboraí					
Pinheiral	1	3		1	
Cantagalo					
Nova Friburgo					
Maricá					
Cordeiro	1			1	
Rio das Ostras	1	3		1	
São Gonçalo	1	3		1	
Paracambi	1	3		1	
Araruama	1	3			
Sapucaia					
Santa Maria Madalena					
Armação dos Búzios					
Squarema					
Mesquita	1				
Teresópolis					
Rio Claro					
Campos dos Goytacazes	1	3			
Barra do Piraí					
São Jose do Vale do Rio Preto	1	3			

Município	LOA				
	Lei	Anexo	VS	Atual	Claro
Rio de Janeiro	1	3		1	
Niterói	1	3		1	
Petrópolis	1	3			
Macaé	1	3			
Angra dos Reis	1	3		1	
Resende	1	3			
Paraty	1	3			
Volta Redonda	1	3			
São João de Meriti					
Porto Real					
Paty do Alferes					
Macuco					
Itaboraí					
Pinheiral	1	3		1	
Cantagalo					
Nova Friburgo					
Maricá					
Cordeiro					
Rio das Ostras	1	3		1	
São Gonçalo	1	3		1	
Paracambi	1	3			
Araruama	1	3			
Sapucaia					
Santa Maria Madalena					
Armação dos Búzios					
Squarema	1	3			
Mesquita	1				
Teresópolis	1	3		1	
Rio Claro					
Campos dos Goytacazes					
Barra do Piraí					
São Jose do Vale do Rio Preto					

Município	PC				
	TCU	PP	VS	Atual	Claro
Rio de Janeiro	4	2	6	1	1
Niterói					
Petrópolis					
Macaé					
Angra dos Reis					
Resende					
Paraty					
Volta Redonda					
São João de Meriti					
Porto Real					
Paty do Alferes					
Macuco					
Itaboraí					
Pinheiral					
Cantagalo					
Nova Friburgo					
Maricá					
Cordeiro					
Rio das Ostras					
São Gonçalo					
Paracambi					
Araruama					
Sapucaia					
Santa Maria Madalena					
Armação dos Búzios					
Squarema					
Mesquita					
Teresópolis					
Rio Claro					
Campos dos Goytacazes					
Barra do Pirai					
São Jose do Vale do Rio Preto					

Município	Audiência Pública			
	Crono	1 Q	2 Q	3 Q
Rio de Janeiro		2	2	
Niterói				
Petrópolis				
Macaé	1			
Angra dos Reis				2
Resende				
Paraty		2	2	
Volta Redonda				
São João de Meriti				
Porto Real				
Paty do Alferes				
Macuco				
Itaboraí				
Pinheiral				
Cantagalo				
Nova Friburgo				
Maricá				
Cordeiro				
Rio das Ostras				
São Gonçalo				
Paracambi				
Araruama				
Sapucaia				
Santa Maria Madalena				
Armação dos Búzios				
Saquarema				
Mesquita				
Teresópolis				
Rio Claro				
Campos dos Goytacazes				
Barra do Piraí				
São Jose do Vale do Rio Preto				

Município	Participação			
	PI	Mapa	EI	EP
Rio de Janeiro	5	1	1	1
Niterói	3		1	1
Petrópolis	3	1	1	1
Macaé	6	1	1	1
Angra dos Reis	3		1	
Resende			1	
Paraty	3		1	
Volta Redonda			1	1
São João de Meriti			1	1
Porto Real			1	1
Paty do Alferes			1	
Macuco			1	
Itaboraí			1	
Pinheiral			1	
Cantagalo			1	1
Nova Friburgo			1	
Maricá			1	
Cordeiro			1	
Rio das Ostras		1	1	
São Gonçalo				1
Paracambi			1	1
Araruama			1	1
Sapucaia			1	
Santa Maria Madalena			1	
Armação dos Búzios		1	1	
Saquarema			1	
Mesquita		1	1	1
Teresópolis			1	
Rio Claro			1	
Campos dos Goytacazes			1	
Barra do Piraí			1	
São Jose do Vale do Rio Preto				

Apêndice D – Indicadores socioeconômicos e coeficientes

Município	Pontuação TFE	Posto	Receita Total (R\$)	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	11.667.181.524,92	1	0
Niterói	49	2	885.588.317,50	3	1
Macaé	48	3,5	1.113.363.121,61	2	2,25
Petrópolis	48	3,5	665.551.258,57	4	0,25
Angra dos Reis	46	5	488.830.120,38	7	4
Resende	38	6	209.934.831,08	12	36
Volta Redonda	31	8,5	527.198.200,00	5	12,25
São João de Meriti	31	8,5	202.682.154,94	13	20,25
Paraty	31	8,5	126.114.430,27	16	56,25
Porto Real	31	8,5	85.213.294,94	20	132,25
Itaboraí	30	12	243.846.373,29	9	9
Paty do Alferes	30	12	43.649.017,19	24	144
Macuco	30	12	19.584.487,21	30	324
Pinheiral	29	14	35.760.282,73	26	144
Cantagalo	26	15	46.333.377,05	22	49
Nova Friburgo	22	16,5	219.132.032,66	10	42,25
Maricá	22	16,5	137.119.636,00	14	6,25
Rio das Ostras	17	18,5	395.985.982,56	8	110,25
Cordeiro	17	18,5	30.273.200,59	28	90,25
São Gonçalo	16	20,5	513.496.017,40	6	210,25
Paracambi	16	20,5	69.907.645,99	21	0,25
Sapucaia	13	22	37.366.481,50	25	9
Santa Maria Madalena	12	23	29.484.743,85	29	36
Armação dos Búzios	11	24	109.259.090,22	19	25
Saquarema	10	25	109.381.548,67	18	49
Mesquita	7	26	130.870.983,78	15	121
Teresópolis	6	27,5	217.624.716,61	11	272,25
Rio Claro	6	27,5	44.985.990,18	23	20,25
Barra do Pirai	4	29,5	119.563.837,64	17	156,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	29,5	33.152.338,03	27	6,25

Fonte: Finbra 2009

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	2089,00
Soma x 6	12534,00
Denominador	26970,00
Resultado	0,465
Rho de Spearman	0,535

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	3,3531
Significância (%)	0,2304

Município	Pontuação TFE	Receita Total (R\$)
Duque de Caxias	0	1.202.828.842,06
Nova Iguaçu	0	745.179.311,68
Cabo Frio	0	375.806.025,48
Belford Roxo	0	321.372.740,35
Barra Mansa	0	239.318.763,44
Itaguaí	0	236.086.754,75
Magé	0	234.436.571,64
Quissamã	0	168.956.039,61
Itaperuna	0	153.174.072,00
Mangaratiba	0	143.634.433,45
Casimiro de Abreu	0	136.652.292,22
Nilópolis	0	136.251.394,14
Cachoeiras de Macacu	0	111.828.263,84
Piraí	0	106.430.060,02
Queimados	0	99.226.375,54
Japeri	0	91.552.525,99
Seropédica	0	87.072.680,77
Guapimirim	0	85.508.430,11
Valência	0	82.955.786,88
Rio Bonito	0	77.692.739,38
Três Rios	0	76.824.865,37
São Pedro da Aldeia	0	76.740.598,97
Silva Jardim	0	68.470.956,00
Vassouras	0	63.155.655,83
São Francisco de Itabapoana	0	61.857.566,09
Itatiaia	0	59.112.174,55
Santo Antônio de Pádua	0	59.057.410,56
São Fidélis	0	49.788.555,71
Bom Jesus do Itabapoana	0	45.613.753,19
Miguel Pereira	0	44.468.085,49
Iguaba Grande	0	42.655.578,89
Miracema	0	42.215.653,14
Bom Jardim	0	38.999.327,57
Tanguá	0	38.579.835,38
Conceição de Macabu	0	38.342.006,31
Carmo	0	38.117.357,90
Itaocara	0	37.120.963,40
Rio das Flores	0	34.617.700,84
Natividade	0	34.498.499,87
Porciúncula	0	33.088.933,75
Sumidouro	0	32.358.479,77
Quatis	0	30.041.484,39
Cambuci	0	29.855.154,58
Mendes	0	28.073.739,36
Duas Barras	0	27.750.237,86
Italva	0	26.796.702,44
Engenheiro Paulo de Frontin	0	26.562.238,67
Areal	0	25.760.117,58
São Sebastião do Alto	0	23.458.485,29
Cardoso Moreira	0	23.281.561,40
Aperibe	0	23.055.872,97
Varre-Sai	0	22.327.052,83
Trajano de Moraes	0	21.581.465,99
São José de Ubá	0	21.182.029,80
Lage do Muriaé	0	21.074.180,44
Comendador Levy Gasparian	0	19.905.800,65
Araruama	15	-
Arraial do Cabo	0	-
Campos dos Goytacazes	5	-
Carapebus	0	-
Paraíba do Sul	0	-
São João da Barra	0	-

Fonte: Finbra 2009

Receita Total (R\$ Milhões)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[230 e acima)	9	7
[100 - 230)	10	7
[40 - 100)	5	18
[0 - 40)	6	24
Total	30	56

Total	Esperados	
	Sim	Não
16	5,58	10,42
17	5,93	11,07
23	8,02	14,98
30	10,47	19,53
86	30,00	56,00

Receita Total (R\$ Milhões)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[230 e acima)	2,09	1,12
[100 - 230)	2,79	1,50
[40 - 100)	1,14	0,61
[0 - 40)	1,91	1,02
Soma dos Desvios	12,18	

Medida Qui Quadrado
12,18

C de Pearson
0,352

Significância (%)
0,6791

Significância 2 (%)
0,6791

Município	Pontuação TFE	Posto	Despesa Total (R\$)	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	10.770.146.069,31	1	0
Niterói	49	2	894.217.786,43	3	1
Macaé	48	3,5	1.055.171.636,45	2	2,25
Petrópolis	48	3,5	448.938.883,75	7	12,25
Angra dos Reis	46	5	497.051.456,76	6	1
Resende	38	6	193.828.113,97	12	36
Volta Redonda	31	8,5	582.812.800,00	4	20,25
São João de Meriti	31	8,5	157.598.735,80	13	20,25
Paraty	31	8,5	118.611.488,70	16	56,25
Porto Real	31	8,5	90.185.915,08	20	132,25
Itaboraí	30	12	242.253.334,63	9	9
Paty do Alferes	30	12	37.789.574,64	24	144
Macuco	30	12	20.600.315,24	30	324
Pinheiral	29	14	35.172.379,73	26	144
Cantagalo	26	15	47.905.581,49	22	49
Nova Friburgo	22	16,5	222.241.812,89	10	42,25
Maricá	22	16,5	124.458.499,00	14	6,25
Rio das Ostras	17	18,5	388.852.299,40	8	110,25
Cordeiro	17	18,5	30.421.014,30	28	90,25
São Gonçalo	16	20,5	530.028.794,00	5	240,25
Paracambi	16	20,5	71.662.954,22	21	0,25
Sapucaia	13	22	37.060.763,51	25	9
Santa Maria Madalena	12	23	29.115.937,65	29	36
Armação dos Búzios	11	24	116.309.634,50	17	49
Saquarema	10	25	97.699.928,34	18	49
Mesquita	7	26	124.423.867,26	15	121
Teresópolis	6	27,5	220.415.568,77	11	272,25
Rio Claro	6	27,5	41.437.548,48	23	20,25
Barra do Piraí	4	29,5	93.650.027,36	19	110,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	29,5	31.936.668,02	27	6,25

Fonte: Finbra 2009

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	2114
Soma x 6	12684
Denominador	26970
Resultado	0,470
Rho de Spearman	0,530

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	3,3046
Significância (%)	0,2610

Município	Pontuação TFE	Despesa Total (R\$)
Duque de Caxias	0	1.192.535.420,87
Nova Iguaçu	0	754.564.698,51
Cabo Frio	0	371.058.206,39
Belford Roxo	0	316.158.142,19
Barra Mansa	0	298.175.106,53
Itaguaí	0	261.194.239,50
Magé	0	251.362.229,23
Quissamã	0	174.542.621,80
Itaperuna	0	156.762.133,00
Mangaratiba	0	140.006.828,08
Nilópolis	0	138.260.723,61
Casimiro de Abreu	0	122.717.543,32
Piraí	0	106.428.313,77
Cachoeiras de Macacu	0	104.949.138,17
Três Rios	0	94.183.675,45
São Pedro da Aldeia	0	91.751.634,92
Valência	0	89.031.898,70
Seropédica	0	88.093.694,61
Rio Bonito	0	86.119.987,00
Guapimirim	0	82.370.040,92
Japeri	0	80.388.904,93
Queimados	0	78.553.359,62
São Francisco de Itabapoana	0	66.563.292,34
Silva Jardim	0	62.987.174,00
Vassouras	0	57.091.949,18
Santo Antônio de Pádua	0	56.318.340,94
Itatiaia	0	54.812.318,98
Bom Jesus do Itabapoana	0	45.625.205,17
São Fidélis	0	45.384.752,57
Miracema	0	42.454.638,39
Miguel Pereira	0	40.901.194,10
Tanguá	0	39.625.834,65
Iguaba Grande	0	39.443.260,79
Carmo	0	35.795.718,85
Conceição de Macabu	0	34.417.732,84
Itaocara	0	33.740.132,77
Porciúncula	0	33.504.853,20
Natividade	0	31.735.564,71
Mendes	0	30.970.256,97
Rio das Flores	0	29.804.287,12
Cambuci	0	27.972.292,26
Italva	0	27.934.053,30
Sumidouro	0	27.705.183,15
Duas Barras	0	27.490.075,98
Quatis	0	26.850.904,38
Aperibe	0	26.534.163,50
Bom Jardim	0	26.340.863,27
Engenheiro Paulo de Frontin	0	26.262.241,21
Cardoso Moreira	0	25.759.046,31
Areal	0	25.160.177,40
São Sebastião do Alto	0	23.246.713,72
Varre-Sai	0	21.163.328,70
São José de Ubá	0	20.151.242,79
Lage do Muriaé	0	18.992.031,44
Comendador Levy Gasparian	0	18.362.671,28
Trajano de Moraes	0	16.193.227,41
Araruama	15	-
Campos dos Goytacazes	5	-
Arraial do Cabo	0	-
Carapebus	0	-
Paraíba do Sul	0	-
São João da Barra	0	-

Fonte: Finbra 2009

Despesa Total (R\$ Milhões)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[230 e acima)	9	7
[100 - 230)	8	7
[40 - 100)	6	17
[0 - 40)	7	25
Total	30	56

Total	Esperados	
	Sim	Não
16	5,58	10,42
15	5,23	9,77
23	8,02	14,98
32	11,16	20,84
86	30,00	56,00

Despesa Total (R\$ Milhões)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[230 e acima)	2,09	1,12
[100 - 230)	1,46	0,78
[40 - 100)	0,51	0,27
[0 - 40)	1,55	0,83
Soma dos Desvios	8,63	

Medida Qui Quadrado
8,63

C de Pearson
0,302

Significância (%)
3,4622

Município	Pontuação TFE	Posto	Ativo Real (R\$)	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	34.905.814.087,41	1	0
Niterói	49	2	1.196.991.896,18	2	0
Petrópolis	48	3,5	944.821.195,61	3	0,25
Macaé	48	3,5	696.186.063,87	7	12,25
Angra dos Reis	46	5	839.125.137,18	4	1
Resende	38	6	186.880.149,65	13	49
Volta Redonda	31	8,5	758.507.800,00	6	6,25
São João de Meriti	31	8,5	527.500.459,65	9	0,25
Paraty	31	8,5	136.411.568,08	17	72,25
Porto Real	31	8,5	52.614.610,29	24	240,25
Itaboraí	30	12	251.344.035,56	11	1
Paty do Alferes	30	12	58.846.433,04	23	121
Macuco	30	12	13.920.281,68	29	289
Pinheiral	29	14	22.310.221,07	27	169
Cantagalo	26	15	138.909.238,77	16	1
Nova Friburgo	22	16,5	314.410.386,11	10	42,25
Maricá	22	16,5	225.143.022,00	12	20,25
Rio das Ostras	17	18,5	584.090.677,98	8	110,25
Cordeiro	17	18,5	70.605.715,93	22	12,25
São Gonçalo	16	20,5	824.894.426,95	5	240,25
Paracambi	16	20,5	34.122.977,04	25	20,25
Sapucaia	13	22	19.617.128,93	28	36
Santa Maria Madalena	12	23	13.371.580,73	30	49
Armação dos Búzios	11	24	110.302.107,22	20	16
Saquarema	10	25	152.564.872,89	15	100
Mesquita	7	26	123.929.330,87	18	64
Teresópolis	6	27,5	162.925.874,10	14	182,25
Rio Claro	6	27,5	122.280.356,58	19	72,25
Barra do Piraí	4	29,5	98.524.666,07	21	72,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	29,5	23.666.039,10	26	12,25

Fonte: Finbra 2009

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	2012
Soma x 6	12072
Denominador	26970
Resultado	0,448
Rho de Spearman	0,552

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	3,5065
Significância (%)	0,1550

Município	Pontuação TFE	Ativo Real (R\$)
Nova Iguaçu	0	1.146.853.596,70
Duque de Caxias	0	934.908.072,78
Cabo Frio	0	431.955.484,80
Belford Roxo	0	409.627.985,01
Barra Mansa	0	286.200.855,38
Mangaratiba	0	222.143.136,82
Itaguaí	0	209.864.365,26
Magé	0	209.756.192,14
Nilópolis	0	163.050.261,76
Piraí	0	150.364.737,59
Queimados	0	146.967.503,45
Casimiro de Abreu	0	129.082.221,45
Quissamã	0	115.242.922,16
Vassouras	0	111.707.747,98
Japeri	0	104.426.942,39
Itaperuna	0	98.621.644,00
Rio Bonito	0	94.059.801,85
São Fidélis	0	90.908.978,29
Três Rios	0	80.569.908,36
Santo Antônio de Pádua	0	77.038.553,07
Cachoeiras de Macacu	0	75.608.265,02
Silva Jardim	0	72.500.186,00
São Francisco de Itabapoana	0	69.957.366,94
Guapimirim	0	69.146.259,26
Seropédica	0	68.051.221,70
São Pedro da Aldeia	0	65.924.329,13
Iguaba Grande	0	64.059.182,06
Itatiaia	0	63.981.768,27
Bom Jardim	0	61.094.894,32
Areal	0	46.447.248,38
Valência	0	46.011.926,12
Rio das Flores	0	40.927.119,97
Miguel Pereira	0	38.704.771,71
Conceição de Macabu	0	36.118.794,01
Sumidouro	0	35.803.062,99
Natividade	0	35.650.664,53
Itaocara	0	31.775.034,39
Italva	0	27.862.178,58
Cambuci	0	24.658.256,24
Tanguá	0	24.570.271,45
Carmo	0	23.974.982,07
Aperibe	0	22.360.810,56
Duas Barras	0	22.322.744,64
Mendes	0	21.488.998,91
Varre-Sai	0	20.925.710,37
Porciúncula	0	20.171.407,86
Lage do Muriaé	0	18.439.093,02
São Sebastião do Alto	0	17.979.773,47
São José de Ubá	0	16.707.691,33
Quatis	0	16.291.733,90
Engenheiro Paulo de Frontin	0	16.103.387,18
Bom Jesus do Itabapoana	0	15.832.644,47
Miracema	0	15.575.331,39
Trajano de Moraes	0	10.595.573,68
Comendador Levy Gasparian	0	8.846.708,32
Cardoso Moreira	0	2.780.640,60
Araruama	15	-
Arraial do Cabo	0	-
Campos dos Goytacazes	5	-
Carapebus	0	-
Paraíba do Sul	0	-
São João da Barra	0	-

Fonte: Finbra 2009

Ativo Real (R\$ Milhões)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[230 e acima)	11	5
[100 - 230)	9	10
[30 - 100)	5	22
[0 - 30)	5	19
Total	30	56

Total	Esperados	
	Sim	Não
16	5,58	10,42
19	6,63	12,37
27	9,42	17,58
24	8,37	15,63
86	30,00	56,00

Ativo Real (R\$ Milhões)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[230 e acima)	5,26	2,82
[100 - 230)	0,85	0,45
[30 - 100)	2,07	1,11
[0 - 30)	1,36	0,73
Soma dos Desvios	14,65	

Medida Qui Quadrado
14,65

C de Pearson
0,382

Significância (%)
0,2140

Significância 2 (%)
0,2140

Município	Pontuação TFE	Posto	Passivo Real (R\$)	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	10.221.432.890,21	1	0
Niterói	49	2	1.869.941.227,33	2	0
Petrópolis	48	3,5	1.125.669.892,71	3	0,25
Macaé	48	3,5	203.693.583,90	11	56,25
Angra dos Reis	46	5	235.915.898,39	8	9
Resende	38	6	222.726.341,81	9	9
Volta Redonda	31	8,5	497.152.200,00	5	12,25
São João de Meriti	31	8,5	102.943.722,46	13	20,25
Paraty	31	8,5	33.642.138,21	19	110,25
Porto Real	31	8,5	13.914.556,59	24	240,25
Itaboraí	30	12	77.086.343,97	17	25
Macuco	30	12	6.028.820,05	28	256
Paty do Alferes	30	12	2.495.289,88	30	324
Pinheiral	29	14	11.582.527,36	26	144
Cantagalo	26	15	138.909.238,77	12	9
Maricá	22	16,5	336.411.748,00	7	90,25
Nova Friburgo	22	16,5	83.942.007,11	15	2,25
Rio das Ostras	17	18,5	389.201.083,47	6	156,25
Cordeiro	17	18,5	4.160.743,17	29	110,25
São Gonçalo	16	20,5	77.611.697,67	16	20,25
Paracambi	16	20,5	18.037.788,96	22	2,25
Sapucaia	13	22	7.013.244,93	27	25
Santa Maria Madalena	12	23	14.555.292,30	23	0
Armação dos Búzios	11	24	33.055.413,03	20	16
Saquarema	10	25	206.087.218,04	10	225
Mesquita	7	26	43.731.171,22	18	64
Teresópolis	6	27,5	505.741.005,65	4	552,25
Rio Claro	6	27,5	29.684.681,02	21	42,25
Barra do Piraí	4	29,5	96.127.318,23	14	240,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	29,5	12.563.670,37	25	20,25

Fonte: Finbra 2009

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	2782
Soma x 6	16692
Denominador	26970
Resultado	0,619
Rho de Spearman	0,381

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,1811
Significância (%)	3,7731

Município	Pontuação TFE	Passivo Real (R\$)
Nova Iguaçu	0	859.050.625,02
Belford Roxo	0	622.844.180,23
Barra Mansa	0	584.368.363,97
Cabo Frio	0	339.994.979,57
Duque de Caxias	0	198.575.619,06
Rio Bonito	0	187.349.351,90
Vassouras	0	111.707.747,98
Seropédica	0	99.643.417,08
Piraí	0	96.087.343,31
Magé	0	93.567.090,94
São Fidélis	0	90.908.978,29
Bom Jardim	0	61.094.894,32
Sumidouro	0	56.288.200,08
Itaguaí	0	48.847.825,51
Areal	0	46.447.248,38
São Pedro da Aldeia	0	45.676.271,34
Valência	0	42.980.659,59
Italva	0	37.851.687,56
Conceição de Macabu	0	37.541.181,03
Três Rios	0	34.148.188,75
Nilópolis	0	28.186.193,03
Itaocara	0	27.695.277,01
Cambuci	0	27.476.603,79
Natividade	0	26.008.309,35
Varre-Sai	0	21.791.421,81
Iguaba Grande	0	19.817.181,93
Japerí	0	19.518.965,79
Guapimirim	0	19.454.091,47
Aperibe	0	18.980.660,15
Itaperuna	0	17.944.431,00
Silva Jardim	0	17.630.835,00
São Sebastião do Alto	0	16.843.857,24
Santo Antônio de Pádua	0	16.631.686,30
Mangaratiba	0	14.395.680,51
Casimiro de Abreu	0	14.277.708,58
Bom Jesus do Itabapoana	0	13.935.421,91
Duas Barras	0	12.510.728,76
Quissamã	0	12.313.083,16
Rio das Flores	0	11.983.083,89
Miracema	0	11.246.596,72
São Francisco de Itabapoana	0	10.936.794,66
Itatiaia	0	10.642.770,59
Trajano de Moraes	0	10.595.573,68
Carmo	0	10.480.556,91
Quatis	0	7.032.769,57
Queimados	0	6.731.889,07
Tanguá	0	6.728.446,93
Miguel Pereira	0	6.483.069,02
Lage do Muriaé	0	6.191.896,25
São José de Ubá	0	4.916.956,28
Porciúncula	0	4.545.426,40
Mendes	0	3.868.894,27
Cardoso Moreira	0	2.780.640,60
Comendador Levy Gasparian	0	2.261.971,37
Engenheiro Paulo de Frontin	0	820.753,85
Cachoeiras de Macacu	0	-150.166.907,02
Araruama	15	-
Arraial do Cabo	0	-
Campos dos Goytacazes	5	-
Carapebus	0	-
Paraíba do Sul	0	-
São João da Barra	0	-

Fonte: Finbra 2009

Passivo Real (R\$ Milhões)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[190 e acima)	11	5
[40 - 190)	7	12
[12.5 - 40)	7	20
[0 - 12.5)	5	19
Total	30	56

Total	Esperados	
	Sim	Não
16	5,58	10,42
19	6,63	12,37
27	9,42	17,58
24	8,37	15,63
86	30,00	56,00

Passivo Real (R\$ Milhões)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[190 e acima)	5,26	2,82
[40 - 190)	0,02	0,01
[12.5 - 40)	0,62	0,33
[0 - 12.5)	1,36	0,73
Soma dos Desvios	11,15	

Medida Qui Quadrado
11,15

C de Pearson
0,339

Significância (%)
1,0940

Significância 2 (%)
1,0940

Município	Pontuação TFE	Posto	Receita Corrente Líquida (R\$)	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	10.603.038.590,89	1	0
Niterói	49	2	911.337.665,22	4	4
Macaé	48	3,5	1.196.557.891,70	3	0,25
Petrópolis	48	3,5	499.573.760,02	8	20,25
Angra dos Reis	46	5	537.811.420,50	6	1
Resende	38	6	210.053.894,09	14	64
Volta Redonda	31	8,5	543.174.739,58	5	12,25
São João de Meriti	31	8,5	266.846.005,54	10	2,25
Paraty	31	8,5	106.500.761,24	18	90,25
Porto Real	31	8,5	90.934.470,68	22	182,25
Itaboraí	30	12	210.512.841,68	13	1
Paty do Alferes	30	12	45.148.230,23	25	169
Macuco	30	12	22.602.832,97	32	400
Pinheiral	29	14	36.942.777,16	27	169
Cantagalo	26	15	46.070.068,80	24	81
Nova Friburgo	22	16,5	214.096.934,76	12	20,25
Maricá	22	16,5	117.023.263,58	16	0,25
Rio das Ostras	17	18,5	529.749.820,45	7	132,25
Cordeiro	17	18,5	31.764.205,17	30	132,25
São Gonçalo	16	20,5	477.321.337,86	9	132,25
Paracambi	16	20,5	74.280.818,54	23	6,25
Araruama	15	22	104.598.208,88	19	9
Sapucaia	13	23	35.622.859,88	29	36
Santa Maria Madalena	12	24	30.681.915,77	31	49
Armação dos Búzios	11	25	139.380.971,79	15	100
Saquarema	10	26	98.022.179,96	20	36
Mesquita	7	27	111.623.876,38	17	100
Teresópolis	6	28,5	216.310.289,40	11	306,25
Rio Claro	6	28,5	39.672.859,27	26	6,25
Campos dos Goytacazes	5	30	1.294.288.943,96	2	784
Barra do Pirai	4	31,5	95.694.923,18	21	110,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	31,5	35.810.686,84	28	12,25

Fonte: FINBRA 2008

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	3169
Soma x 6	19014
Denominador	32736
Resultado	0,581
Rho de Spearman	0,419

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,5288
Significância (%)	1,6940

Município	Pontuação TFE	Posto	Receita Corrente Líquida (R\$)	Posto
Duque de Caxias	0	-	1.347.006.156,51	-
Nova Iguaçu	0	-	616.434.053,99	-
Cabo Frio	0	-	473.108.530,18	-
Belford Roxo	0	-	321.793.837,72	-
Barra Mansa	0	-	249.183.944,78	-
Itaguaí	0	-	247.546.886,82	-
Quissamã	0	-	242.662.302,10	-
Magé	0	-	235.245.735,13	-
São João da Barra	0	-	210.348.627,90	-
Mangaratiba	0	-	166.534.953,23	-
Casimiro de Abreu	0	-	160.960.561,89	-
Itaperuna	0	-	151.117.988,00	-
Nilópolis	0	-	127.658.394,38	-
São Pedro da Aldeia	0	-	104.496.849,62	-
Piraí	0	-	103.114.236,26	-
Queimados	0	-	102.958.511,71	-
Cachoeiras de Macacu	0	-	102.726.829,24	-
Três Rios	0	-	90.485.881,82	-
Japeri	0	-	89.453.964,23	-
Guapimirim	0	-	88.060.187,29	-
Seropédica	0	-	87.092.855,37	-
Rio Bonito	0	-	85.997.395,58	-
Valência	0	-	75.334.378,88	-
Carapebus	0	-	69.430.786,90	-
Silva Jardim	0	-	66.058.331,56	-
São Francisco de Itabapoana	0	-	65.089.530,40	-
Vassouras	0	-	63.268.957,98	-
Itatiaia	0	-	61.086.954,83	-
Santo Antônio de Pádua	0	-	56.388.505,04	-
Arraial do Cabo	0	-	55.048.687,79	-
Paraíba do Sul	0	-	54.159.300,59	-
São Fidélis	0	-	51.472.889,22	-
Tanguá	0	-	48.722.664,05	-
Bom Jesus do Itabapoana	0	-	47.718.410,95	-
Miguel Pereira	0	-	46.539.492,55	-
Miracema	0	-	42.628.199,82	-
Iguaba Grande	0	-	41.225.423,42	-
Bom Jardim	0	-	40.345.176,91	-
Itaocara	0	-	38.878.571,38	-
Carmo	0	-	37.970.100,06	-
Conceição de Macabu	0	-	37.176.188,74	-
Sumidouro	0	-	32.858.272,40	-
Mendes	0	-	32.175.774,14	-
Natividade	0	-	32.117.240,54	-
Porciúncula	0	-	30.521.088,12	-
Cardoso Moreira	0	-	29.923.531,81	-
Engenheiro Paulo de Frontin	0	-	29.314.132,77	-
Italva	0	-	28.891.820,21	-
Cambuci	0	-	28.186.934,24	-
Duas Barras	0	-	28.098.807,50	-
Areal	0	-	26.574.219,29	-
Quatis	0	-	25.402.564,62	-
São Sebastião do Alto	0	-	24.720.607,10	-
Trajano de Moraes	0	-	24.417.461,96	-
Rio das Flores	0	-	24.164.759,78	-
Varre-Sai	0	-	22.448.489,60	-
Comendador Levy Gasparian	0	-	21.926.784,19	-
Lage do Muriaé	0	-	20.987.891,05	-
São José de Ubá	0	-	20.782.268,22	-
Aperibe	0	-	20.464.516,77	-

Fonte: FINBRA 2008

RCL (R\$ Milhões)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[230 e acima]	10	8
[100 - 230)	9	9
[40 - 100)	6	21
[0 - 40)	7	22
Total	32	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
18	6,26	11,74
18	6,26	11,74
27	9,39	17,61
29	10,09	18,91
92	32,00	60,00

RCL (R\$ Milhões)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[230 e acima]	2,23	1,19
[100 - 230)	1,20	0,64
[40 - 100)	1,22	0,65
[0 - 40)	0,94	0,50
Soma dos Desvios	8,59	

Medida Qui Quadrado
8,59

C de Pearson
0,301

Significância (%)
3,5302

Significância 2 (%)
3,5302

Município	Pontuação TFE	Posto	PIB	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	154.777.301,00	1	0
Niterói	49	2	9.232.172,00	3	1
Macaé	48	3,5	8.003.372,00	5	2,25
Petrópolis	48	3,5	5.432.594,00	8	20,25
Angra dos Reis	46	5	5.112.023,00	9	16
Resende	38	6	4.502.969,00	10	16
Volta Redonda	31	8,5	7.763.567,00	6	6,25
São João de Meriti	31	8,5	3.474.893,00	11	6,25
Porto Real	31	8,5	3.232.359,00	12	12,25
Paraty	31	8,5	447.789,00	22	182,25
Itaboraí	30	12	1.702.231,00	15	9
Paty do Alferes	30	12	214.293,00	26	196
Macuco	30	12	64.198,00	32	400
Pinheiral	29	14	162.343,00	29	225
Cantagalo	26	15	392.281,00	23	64
Nova Friburgo	22	16,5	2.266.242,00	13	12,25
Maricá	22	16,5	947.018,00	20	12,25
Rio das Ostras	17	18,5	6.271.895,00	7	132,25
Cordeiro	17	18,5	174.973,00	27	72,25
São Gonçalo	16	20,5	8.184.678,00	4	272,25
Paracambi	16	20,5	344.958,00	24	12,25
Araruama	15	22	985.832,00	19	9
Sapucaia	13	23	250.384,00	25	4
Santa Maria Madalena	12	24	91.770,00	31	49
Armação dos Búzios	11	25	1.471.344,00	16	81
Saquarema	10	26	724.588,00	21	25
Mesquita	7	27	1.314.583,00	17	100
Teresópolis	6	28,5	2.084.263,00	14	210,25
Rio Claro	6	28,5	142.440,00	30	2,25
Campos dos Goytacazes	5	30	29.125.709,00	2	784
Barra do Pirai	4	31,5	1.061.885,00	18	182,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	31,5	162.580,00	28	12,25

Fonte: CEPERJ 2008

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	3129
Soma x 6	18774
Denominador	32736
Resultado	0,573
Rho de Spearman	0,427

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,5827
Significância (%)	1,4924

Município	Pontuação TFE	PIB (R\$ Mil)
Duque de Caxias	0	32.266.476,00
Nova Iguaçu	0	8.359.928,00
Cabo Frio	0	6.579.881,00
Belford Roxo	0	3.539.442,00
Quissamã	0	3.435.197,00
Itaguaí	0	2.966.911,00
São João da Barra	0	2.686.844,00
Barra Mansa	0	2.462.828,00
Magé	0	1.675.618,00
Casimiro de Abreu	0	1.435.588,00
Nilópolis	0	1.347.246,00
Três Rios	0	1.145.398,00
Itaperuna	0	1.105.702,00
Queimados	0	1.017.279,00
Cachoeiras de Macacu	0	779.078,00
Rio Bonito	0	726.978,00
Piraí	0	680.302,00
São Pedro da Aldeia	0	667.164,00
Valência	0	637.694,00
Seropédica	0	566.385,00
Japeri	0	509.010,00
Itatiaia	0	488.191,00
Mangaratiba	0	453.431,00
Carapebus	0	445.281,00
Paraíba do Sul	0	422.670,00
Santo Antônio de Pádua	0	417.950,00
Guapimirim	0	380.661,00
São Fidélis	0	368.414,00
São Francisco de Itabapoana	0	343.749,00
Bom Jesus do Itabapoana	0	341.502,00
Arraial do Cabo	0	328.840,00
Vassouras	0	320.449,00
Bom Jardim	0	271.925,00
Miguel Pereira	0	253.534,00
Itaocara	0	246.643,00
Rio das Flores	0	216.163,00
Miracema	0	208.613,00
Tanguá	0	202.580,00
Carmo	0	192.394,00
Sumidouro	0	186.999,00
Iguaba Grande	0	178.111,00
Porciúncula	0	165.847,00
Areal	0	160.881,00
Silva Jardim	0	160.314,00
Conceição de Macabu	0	145.076,00
Mendes	0	144.723,00
Comendador Levy Gasparian	0	142.872,00
Natividade	0	136.997,00
Cambuci	0	127.093,00
Cardoso Moreira	0	125.390,00
Duas Barras	0	120.546,00
Engenheiro Paulo de Frontin	0	114.673,00
Italva	0	114.386,00
Quatis	0	111.851,00
Varre-Sai	0	82.564,00
São Sebastião do Alto	0	75.890,00
Trajano de Moraes	0	74.922,00
Aperibe	0	70.937,00
São José de Ubá	0	64.968,00
Lage do Muriaé	0	63.564,00

Fonte: CEPERJ 2008

PIB (R\$ Milhões)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[3.000 e acima)	12	5
[1.000 - 3.000)	6	9
[250 - 1.000)	7	20
[0 - 250)	7	26
Total	32	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
17	5,91	11,09
15	5,22	9,78
27	9,39	17,61
33	11,48	21,52
92	32,00	60,00

PIB (R\$ Milhões)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[3.000 e acima)	6,27	3,34
[1.000 - 3.000)	0,12	0,06
[250 - 1.000)	0,61	0,32
[0 - 250)	1,75	0,93
Soma dos Desvios	13,40	

Medida Qui Quadrado
13,40

C de Pearson
0,367

Significância (%)
0,3846

Significância 2 (%)
0,3846

Município	Pontuação TFE	Posto	IDH-M	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	0,8420	2	1
Niterói	49	2	0,8860	1	1
Petrópolis	48	3,5	0,8040	6	6,25
Macaé	48	3,5	0,7900	9	30,25
Angra dos Reis	46	5	0,7720	19	196
Resende	38	6	0,8090	5	1
Volta Redonda	31	8,5	0,8150	3	30,25
Paraty	31	8,5	0,7770	16	56,25
São João de Meriti	31	8,5	0,7740	18	90,25
Porto Real	31	8,5	0,7430	25	272,25
Macuco	30	12	0,7690	21	81
Itaboraí	30	12	0,7370	27	225
Paty do Alferes	30	12	0,7180	31	361
Pinheiral	29	14	0,7960	7	49
Cantagalo	26	15	0,7790	15	0
Nova Friburgo	22	16,5	0,8100	4	156,25
Maricá	22	16,5	0,7860	12	20,25
Cordeiro	17	18,5	0,7890	11	56,25
Rio das Ostras	17	18,5	0,7750	17	2,25
São Gonçalo	16	20,5	0,7820	13	56,25
Paracambi	16	20,5	0,7710	20	0,25
Araruama	15	22	0,7560	23	1
Sapucaia	13	23	0,7420	26	9
Santa Maria Madalena	12	24	0,7340	29	25
Armação dos Búzios	11	25	0,7910	8	289
Saquarema	10	26	0,7620	22	16
Teresópolis	6	27,5	0,7900	10	306,25
Rio Claro	6	27,5	0,7370	28	0,25
Campos dos Goytacazes	5	29	0,7520	24	25
Barra do Pirai	4	30,5	0,7810	14	272,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	30,5	0,7200	30	0,25

Fonte: PNUD 2000

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	2636
Soma x 6	15816
Denominador	29760
Resultado	0,531
Rho de Spearman	0,469

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,8561
Significância (%)	0,7848

Município	Pontuação TFE	IDM-M
Barra Mansa	0	0,8060
Itatiaia	0	0,8000
Iguaba Grande	0	0,7960
Cabo Frio	0	0,7920
Quatis	0	0,7910
Arraial do Cabo	0	0,7900
Mangaratiba	0	0,7900
Nilópolis	0	0,7880
Itaperuna	0	0,7870
Três Rios	0	0,7820
Casimiro de Abreu	0	0,7810
Vassouras	0	0,7810
São Pedro da Aldeia	0	0,7800
Miguel Pereira	0	0,7770
Piraí	0	0,7760
Valência	0	0,7760
Mendes	0	0,7750
Rio Bonito	0	0,7720
Itaocara	0	0,7710
Paraíba do Sul	0	0,7710
Itaguaí	0	0,7680
Areal	0	0,7650
Carmo	0	0,7630
Nova Iguaçu	0	0,7620
Seropédica	0	0,7590
Aperibe	0	0,7560
Santo Antônio de Pádua	0	0,7540
Comendador Levy Gasparian	0	0,7530
Duque de Caxias	0	0,7530
Engenheiro Paulo de Frontin	0	0,7530
Cachoeiras de Macacu	0	0,7520
Bom Jesus do Itabapoana	0	0,7460
Magé	0	0,7460
Belford Roxo	0	0,7420
São Fidélis	0	0,7410
Carapebus	0	0,7400
Guapimirim	0	0,7390
Rio das Flores	0	0,7390
Conceição de Macabu	0	0,7380
Natividade	0	0,7360
Bom Jardim	0	0,7330
Cambuci	0	0,7330
Miracema	0	0,7330
Queimados	0	0,7320
Quissamã	0	0,7320
Silva Jardim	0	0,7310
Porciúncula	0	0,7300
Italva	0	0,7240
Japeri	0	0,7240
São João da Barra	0	0,7230
São Sebastião do Alto	0	0,7230
Trajano de Moraes	0	0,7230
Tanguá	0	0,7220
São José de Ubá	0	0,7180
Duas Barras	0	0,7120
Sumidouro	0	0,7120
Lage do Muriaé	0	0,7100
Cardoso Moreira	0	0,7060
São Francisco de Itabapoana	0	0,6880
Varre-Sai	0	0,6790
Mesquita	7	-

Fonte: PNUD 2000

População	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[0,7900 e acima)	10	7
[0,7700 - 0,7900)	10	13
[0,7400 - 0,7700)	6	16
[0,7100 - 0,7400)	5	24
Total	31	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
17	5,79	11,21
23	7,84	15,16
22	7,49	14,51
29	9,88	19,12
91	31,00	60,00

População	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[0,7900 e acima)	3,06	1,58
[0,7700 - 0,7900)	0,60	0,31
[0,7400 - 0,7700)	0,30	0,15
[0,7100 - 0,7400)	2,41	1,25
Soma dos Desvios	9,65	

Medida Qui Quadrado
9,65

C de Pearson
0,318

Significância (%)
2,1758

Significância 2 (%)
2,1758

Município	Pontuação TFE	Posto	IFDM	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	0,8295	5	16
Niterói	49	2	0,8454	3	1
Macaé	48	3,5	0,9038	1	6,25
Petrópolis	48	3,5	0,7886	9	30,25
Angra dos Reis	46	5	0,7979	8	9
Resende	38	6	0,8208	6	0
Porto Real	31	8,5	0,8575	2	42,25
Volta Redonda	31	8,5	0,8400	4	20,25
São João de Meriti	31	8,5	0,6858	20	132,25
Paraty	31	8,5	0,6366	29	420,25
Itaboraí	30	12	0,7102	17	25
Macuco	30	12	0,6389	28	256
Paty do Alferes	30	12	0,6350	30	324
Pinheiral	29	14	0,6518	27	169
Cantagalo	26	15	0,7453	12	9
Nova Friburgo	22	16,5	0,7613	11	30,25
Maricá	22	16,5	0,6927	19	6,25
Rio das Ostras	17	18,5	0,8056	7	132,25
Cordeiro	17	18,5	0,6686	24	30,25
São Gonçalo	16	20,5	0,7434	13	56,25
Paracambi	16	20,5	0,6127	32	132,25
Araruama	15	22	0,6835	21	1
Sapucaia	13	23	0,6129	31	64
Santa Maria Madalena	12	24	0,6768	23	1
Armação dos Búzios	11	25	0,7094	18	49
Saquarema	10	26	0,7303	14	144
Mesquita	7	27	0,6539	26	1
Teresópolis	6	28,5	0,7654	10	342,25
Rio Claro	6	28,5	0,6774	22	42,25
Campos dos Goytacazes	5	30	0,7255	15	225
Barra do Piraí	4	31,5	0,7151	16	240,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	31,5	0,6541	25	42,25

Fonte: FIRJAN 2007

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	3000
Soma x 6	18000
Denominador	32736
Resultado	0,550
Rho de Spearman	0,450

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,7611
Significância (%)	0,9733

Município	Pontuação TFE	IFDM
Pirai	0	0,8330
Itaguaí	0	0,8167
Rio Bonito	0	0,7828
Duque de Caxias	0	0,7562
Barra Mansa	0	0,7458
Itaperuna	0	0,7375
Mangaratiba	0	0,7359
Italva	0	0,7276
Cabo Frio	0	0,7199
Nova Iguaçu	0	0,7181
Itatiaia	0	0,7181
Casimiro de Abreu	0	0,7153
São Pedro da Aldeia	0	0,7136
Carapebus	0	0,7127
São João da Barra	0	0,7119
Porciúncula	0	0,7060
Vassouras	0	0,7059
Quissamã	0	0,7040
Bom Jardim	0	0,7037
Bom Jesus do Itabapoana	0	0,6995
Rio das Flores	0	0,6915
Itaocara	0	0,6884
Comendador Levy Gasparian	0	0,6879
Sumidouro	0	0,6850
Areal	0	0,6831
Miracema	0	0,6804
Aperibe	0	0,6787
Engenheiro Paulo de Frontin	0	0,6779
Santo Antônio de Pádua	0	0,6772
Nilópolis	0	0,6770
Varre-Sai	0	0,6768
Seropédica	0	0,6764
Miguel Pereira	0	0,6759
Duas Barras	0	0,6738
Iguaba Grande	0	0,6735
Natividade	0	0,6693
São Fidélis	0	0,6679
Cambuci	0	0,6665
Três Rios	0	0,6639
São Francisco de Itabapoana	0	0,6638
Valência	0	0,6628
Paraíba do Sul	0	0,6535
Lage do Muriaé	0	0,6519
Carmo	0	0,6514
Cardoso Moreira	0	0,6510
São José de Ubá	0	0,6506
Magé	0	0,6458
Quatis	0	0,6449
Conceição de Macabu	0	0,6406
Mendes	0	0,6348
Cachoeiras de Macacu	0	0,6272
São Sebastião do Alto	0	0,6247
Tanguá	0	0,6226
Arraial do Cabo	0	0,6178
Trajano de Moraes	0	0,6072
Belford Roxo	0	0,6067
Queimados	0	0,5958
Silva Jardim	0	0,5835
Guapimirim	0	0,5689
Japeri	0	0,5399

Fonte: FIRJAN 2007

População	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[0,7400 e acima)	13	5
[0,7000 - 0,7400)	5	14
[0,6700 - 0,7000)	5	16
[0,5300 - 0,6700)	9	25
Total	32	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
18	6,26	11,74
19	6,61	12,39
21	7,30	13,70
34	11,83	22,17
92	32,00	60,00

População	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[0,7400 e acima)	7,25	3,87
[0,7000 - 0,7400)	0,39	0,21
[0,6700 - 0,7000)	0,73	0,39
[0,5300 - 0,6700)	0,68	0,36
Soma dos Desvios	13,87	

Medida Qui Quadrado
13,87

C de Pearson
0,373

Significância (%)
0,3083

Significância 2 (%)
0,3083

Município	Pontuação TFE	Posto	População	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	6.323.037	1	0
Niterói	49	2	487.327	3	1
Petrópolis	48	3,5	296.044	6	6,25
Macaé	48	3,5	206.748	9	30,25
Angra dos Reis	46	5	169.270	11	36
Resende	38	6	119.801	15	81
São João de Meriti	31	8,5	459.356	5	12,25
Volta Redonda	31	8,5	257.996	7	2,25
Paraty	31	8,5	37.575	21	156,25
Porto Real	31	8,5	16.574	30	462,25
Itaboraí	30	12	218.090	8	16
Paty do Alferes	30	12	26.381	23	121
Macuco	30	12	5.269	32	400
Pinheiral	29	14	22.724	24	100
Cantagalo	26	15	19.826	27	144
Nova Friburgo	22	16,5	182.016	10	42,25
Maricá	22	16,5	127.519	14	6,25
Rio das Ostras	17	18,5	105.757	17	2,25
Cordeiro	17	18,5	20.403	25	42,25
São Gonçalo	16	20,5	999.901	2	342,25
Paracambi	16	20,5	47.074	20	0,25
Araruama	15	22	112.028	16	36
Sapucaia	13	23	17.504	28	25
Santa Maria Madalena	12	24	10.321	31	49
Armação dos Búzios	11	25	27.538	22	9
Saquarema	10	26	74.221	19	49
Mesquita	7	27	168.403	12	225
Teresópolis	6	28,5	163.805	13	240,25
Rio Claro	6	28,5	17.401	29	0,25
Campos dos Goytacazes	5	30	463.545	4	676
Barra do Pirai	4	31,5	94.855	18	182,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	31,5	20.252	26	30,25

Fonte: IBGE CENSO 2010

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	3526
Soma x 6	21156
Denominador	32736
Resultado	0,646
Rho de Spearman	0,354

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,0714
Significância (%)	4,7013

Município	Pontuação TFE	População
Duque de Caxias	0	855.046
Nova Iguaçu	0	795.212
Belford Roxo	0	469.261
Magé	0	228.150
Cabo Frio	0	186.222
Barra Mansa	0	177.861
Nilópolis	0	157.483
Queimados	0	137.938
Itaguaí	0	109.163
Itaperuna	0	95.876
Japeri	0	95.391
São Pedro da Aldeia	0	88.013
Seropédica	0	78.183
Três Rios	0	77.503
Valência	0	71.894
Rio Bonito	0	55.586
Cachoeiras de Macacu	0	54.370
Guapimirim	0	51.487
São Francisco de Itabapoana	0	41.357
Paraíba do Sul	0	41.088
Santo Antônio de Pádua	0	40.569
São Fidélis	0	37.553
Mangaratiba	0	36.311
Bom Jesus do Itabapoana	0	35.384
Casimiro de Abreu	0	35.373
Vassouras	0	34.439
São João da Barra	0	32.767
Tanguá	0	30.731
Itatiaia	0	28.852
Arraial do Cabo	0	27.770
Miracema	0	26.829
Piraí	0	26.309
Bom Jardim	0	25.398
Miguel Pereira	0	24.647
Itaocara	0	22.902
Iguaba Grande	0	22.858
Silva Jardim	0	21.360
Conceição de Macabu	0	21.200
Quissamã	0	20.244
Mendes	0	17.940
Porciúncula	0	17.771
Carmo	0	17.439
Natividade	0	15.077
Sumidouro	0	14.920
Cambuci	0	14.829
Italva	0	14.027
Carapebus	0	13.348
Engenheiro Paulo de Frontin	0	13.239
Quatis	0	12.831
Cardoso Moreira	0	12.540
Areal	0	11.421
Duas Barras	0	10.933
Trajano de Moraes	0	10.281
Aperibe	0	10.215
Varre-Sai	0	9.503
São Sebastião do Alto	0	8.906
Rio das Flores	0	8.545
Comendador Levy Gasparian	0	8.183
Lage do Muriaé	0	7.491
São José de Ubá	0	7.003

Fonte: IBGE CENSO 2010

População (Mil)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[150 e acima)	13	7
[50 - 150)	6	11
[20 - 50)	7	21
[0 - 20)	6	21
Total	32	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
20	6,96	13,04
17	5,91	11,09
28	9,74	18,26
27	9,39	17,61
92	32,00	60,00

População (Mil)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[150 e acima)	5,25	2,80
[50 - 150)	0,00	0,00
[20 - 50)	0,77	0,41
[0 - 20)	1,22	0,65
Soma dos Desvios	11,11	

Medida Qui Quadrado
11,11

C de Pearson
0,338

Significância (%)
1,1138

Significância 2 (%)
1,1138

Município	Pontuação TFE	Posto	População urbana alfabetizada (>=10 anos de idade)	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	4.766.636	1	0
Niterói	49	2	384.149	3	1
Petrópolis	48	3,5	214.102	6	6,25
Macaé	48	3,5	95.990	10	42,25
Angra dos Reis	46	5	84.708	12	49
Resende	38	6	74.749	13	49
São João de Meriti	31	8,5	347.048	4	20,25
Volta Redonda	31	8,5	193.799	7	2,25
Paraty	31	8,5	10.344	25	272,25
Porto Real	31	8,5	8.236	28	380,25
Itaboraí	30	12	129.231	8	16
Paty do Alferes	30	12	12.125	23	121
Macuco	30	12	3.067	31	361
Pinheiral	29	14	13.683	20	36
Cantagalo	26	15	10.454	24	81
Nova Friburgo	22	16,5	121.475	9	56,25
Maricá	22	16,5	48.525	16	0,25
Rio das Ostras	17	18,5	25.637	19	0,25
Cordeiro	17	18,5	13.674	21	6,25
São Gonçalo	16	20,5	703.218	2	342,25
Paracambi	16	20,5	27.965	18	6,25
Araruama	15	22	55.435	15	49
Sapucaia	13	23	9.108	26	9
Santa Maria Madalena	12	24	4.168	30	36
Armação dos Búzios	11	25	13.604	22	9
Saquarema	10	26	36.606	17	81
Teresópolis	6	27,5	87.813	11	272,25
Rio Claro	6	27,5	8.481	27	0,25
Campos dos Goytacazes	5	29	275.383	5	576
Barra do Piraí	4	30,5	66.760	14	272,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	30,5	6.618	29	2,25

Fonte: IBGE CENSO 2000

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	3156
Soma x 6	18936
Denominador	29760
Resultado	0,636
Rho de Spearman	0,364

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,1026
Significância (%)	4,4293

Município	Pontuação TFE	População urbana alfabetizada (>=10 anos de idade)
Nova Iguaçu	0	691.896
Duque de Caxias	0	574.050
Belford Roxo	0	319.607
Magé	0	141.251
Barra Mansa	0	129.639
Nilópolis	0	124.258
Queimados	0	88.148
Cabo Frio	0	79.366
Itaperuna	0	58.723
Itaguaí	0	57.648
Japeri	0	57.516
Três Rios	0	52.190
Valência	0	44.534
São Pedro da Aldeia	0	38.885
Seropédica	0	38.218
Cachoeiras de Macacu	0	30.072
Rio Bonito	0	25.116
Paraíba do Sul	0	25.043
Santo Antônio de Pádua	0	22.190
Bom Jesus do Itabapoana	0	20.591
São Francisco de Itabapoana	0	19.923
Guapimirim	0	18.744
Arraial do Cabo	0	18.350
Miracema	0	17.541
Tanguá	0	15.931
Miguel Pereira	0	15.711
Vassouras	0	15.468
Mangaratiba	0	15.287
São João da Barra	0	14.581
Casimiro de Abreu	0	13.656
Piraí	0	13.648
Mendes	0	13.473
São Fidélis	0	12.798
Itaocara	0	12.246
Conceição de Macabu	0	12.042
Iguaba Grande	0	11.389
Silva Jardim	0	9.700
Itatiaia	0	8.998
Bom Jardim	0	8.804
Natividade	0	8.767
Porciúncula	0	8.681
Carmo	0	8.215
Cambuci	0	7.320
Quatis	0	7.187
Engenheiro Paulo de Frontin	0	6.980
Areal	0	6.730
Italva	0	6.709
Cardoso Moreira	0	5.808
Quissamã	0	5.624
Comendador Levy Gasparian	0	5.557
Aperibe	0	5.222
Carapebus	0	5.070
Duas Barras	0	4.368
Rio das Flores	0	3.961
Lage do Muriaé	0	3.940
Varre-Sai	0	2.956
Trajanos de Moraes	0	2.866
São Sebastião do Alto	0	2.815
Sumidouro	0	1.807
São José de Ubá	0	1.679
Mesquita	7	-

Fonte: IBGE CENSO 2000

População urbana alfabetizada (>=10 anos de idade)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[100.000 e acima)	9	6
[20.000 - 100.000)	10	14
[10.000 - 20.000)	6	16
[0 - 10.000)	6	24
Total	31	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
15	5,11	9,89
24	8,18	15,82
22	7,49	14,51
30	10,22	19,78
91	31,00	60,00

População urbana alfabetizada (>=10 anos de idade)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[100.000 e acima)	2,96	1,53
[20.000 - 100.000)	0,41	0,21
[10.000 - 20.000)	0,30	0,15
[0 - 10.000)	1,74	0,90
Soma dos Desvios	8,20	

Medida Qui Quadrado
8,20

C de Pearson
0,295

Significância (%)
4,1988

Município	Pontuação TFE	Posto	Taxa	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	0,9578	2	1
Niterói	49	2	0,9658	1	1
Petrópolis	48	3,5	0,9439	6	6,25
Macaé	48	3,5	0,9350	10	42,25
Angra dos Reis	46	5	0,9211	15	100
Resende	38	6	0,9426	7	1
Volta Redonda	31	8,5	0,9533	3	30,25
São João de Meriti	31	8,5	0,9454	4	20,25
Paraty	31	8,5	0,9125	20	132,25
Porto Real	31	8,5	0,9055	23	210,25
Macuco	30	12	0,9291	13	1
Itaboraí	30	12	0,9022	26	196
Paty do Alferes	30	12	0,8900	29	289
Pinheiral	29	14	0,9350	11	9
Cantagalo	26	15	0,9130	19	16
Nova Friburgo	22	16,5	0,9419	8	72,25
Maricá	22	16,5	0,9203	16	0,25
Cordeiro	17	18,5	0,9262	14	20,25
Rio das Ostras	17	18,5	0,9095	21	6,25
São Gonçalo	16	20,5	0,9452	5	240,25
Paracambi	16	20,5	0,9064	22	2,25
Araruama	15	22	0,9022	25	9
Sapucaia	13	23	0,8888	30	49
Santa Maria Madalena	12	24	0,8960	27	9
Armação dos Búzios	11	25	0,9315	12	169
Saquarema	10	26	0,8935	28	4
Teresópolis	6	27,5	0,9200	17	110,25
Rio Claro	6	27,5	0,8875	31	12,25
Campos dos Goytacazes	5	29	0,9197	18	121
Barra do Pirai	4	30,5	0,9407	9	462,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	30,5	0,9046	24	42,25

Fonte: IBGE CENSO 2000

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	2385
Soma x 6	14310
Denominador	29760
Resultado	0,481
Rho de Spearman	0,519

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	3,2711
Significância (%)	0,2766

Município	Pontuação TFE	Posto	Taxa	Posto
Nilópolis	0	-	0,9636	-
Barra Mansa	0	-	0,9433	-
Itatiaia	0	-	0,9397	-
Mangaratiba	0	-	0,9353	-
Miguel Pereira	0	-	0,9351	-
Arraial do Cabo	0	-	0,9335	-
Três Rios	0	-	0,9326	-
Nova Iguaçu	0	-	0,9316	-
Engenheiro Paulo de Frontin	0	-	0,9303	-
Mendes	0	-	0,9301	-
Valência	0	-	0,9297	-
Vassouras	0	-	0,9293	-
Cabo Frio	0	-	0,9289	-
Duque de Caxias	0	-	0,9249	-
Belford Roxo	0	-	0,9241	-
São Pedro da Aldeia	0	-	0,9238	-
Bom Jardim	0	-	0,9232	-
Rio Bonito	0	-	0,9228	-
Areal	0	-	0,9228	-
Quatis	0	-	0,9220	-
Iguaba Grande	0	-	0,9177	-
Itaguaí	0	-	0,9175	-
Paraíba do Sul	0	-	0,9174	-
Comendador Levy Gasparian	0	-	0,9171	-
Sumidouro	0	-	0,9168	-
Piraí	0	-	0,9156	-
Seropédica	0	-	0,9154	-
Queimados	0	-	0,9122	-
Trajano de Moraes	0	-	0,9116	-
Magé	0	-	0,9111	-
Guapimirim	0	-	0,9099	-
São Sebastião do Alto	0	-	0,9057	-
Casimiro de Abreu	0	-	0,9034	-
Itaperuna	0	-	0,9027	-
Itaocara	0	-	0,8998	-
Rio das Flores	0	-	0,8996	-
São João da Barra	0	-	0,8984	-
Quissamã	0	-	0,8983	-
Conceição de Macabu	0	-	0,8979	-
Carapebus	0	-	0,8973	-
Bom Jesus do Itabapoana	0	-	0,8962	-
Santo Antônio de Pádua	0	-	0,8961	-
Aperibe	0	-	0,8943	-
Cachoeiras de Macacu	0	-	0,8916	-
São Francisco de Itabapoana	0	-	0,8915	-
Natividade	0	-	0,8903	-
Miracema	0	-	0,8873	-
Carmo	0	-	0,8859	-
Italva	0	-	0,8851	-
Japeri	0	-	0,8847	-
Tanguá	0	-	0,8784	-
Porciúncula	0	-	0,8751	-
Duas Barras	0	-	0,8748	-
São José de Ubá	0	-	0,8722	-
Cambuci	0	-	0,8656	-
Varre-Sai	0	-	0,8646	-
Silva Jardim	0	-	0,8602	-
Lage do Muriaé	0	-	0,8537	-
Cardoso Moreira	0	-	0,8506	-
São Fidélis	0	-	0,8282	-
Mesquita	7	-	-	-

Fonte: IBGE CENSO 2000

Taxa	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[0,9300 e acima)	12	10
[0,9200 - 0,9300)	5	10
[0,9000 - 0,9200)	9	14
[0 - 0,9000)	5	26
Total	31	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
22	7,49	14,51
15	5,11	9,89
23	7,84	15,16
31	10,56	20,44
91	31,00	60,00

Taxa	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[0,9300 e acima)	2,71	1,40
[0,9200 - 0,9300)	0,00	0,00
[0,9000 - 0,9200)	0,17	0,09
[0 - 0,9000)	2,93	1,51
Soma dos Desvios	8,81	

Medida Qui Quadrado
8,81

C de Pearson
0,305

Significância (%)
3,1859

Significância 2 (%)
3,1859

Município	Pontuação TFE	Posto	População (≥ 10 anos de idade) (≥ 11 anos de Instrução)	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	1.807.725	1	0
Niterói	49	2	188.220	2	0
Petrópolis	48	3,5	52.957	7	12,25
Macaé	48	3,5	25.405	9	30,25
Angra dos Reis	46	5	16.220	13	64
Resende	38	6	20.535	11	25
São João de Meriti	31	8,5	69.013	5	12,25
Volta Redonda	31	8,5	54.247	6	6,25
Paraty	31	8,5	4.023	20	132,25
Porto Real	31	8,5	1.009	30	462,25
Itaboraí	30	12	18.261	12	0
Paty do Alferes	30	12	2.192	26	196
Macuco	30	12	877	31	361
Pinheiral	29	14	2.870	23	81
Cantagalo	26	15	3.138	22	49
Nova Friburgo	22	16,5	30.490	8	72,25
Maricá	22	16,5	15.004	15	2,25
Rio das Ostras	17	18,5	5.614	19	0,25
Cordeiro	17	18,5	3.451	21	6,25
São Gonçalo	16	20,5	173.962	3	306,25
Paracambi	16	20,5	5.888	18	6,25
Araruama	15	22	10.663	16	36
Sapucaia	13	23	2.202	25	4
Santa Maria Madalena	12	24	1.174	29	25
Armação dos Búzios	11	25	2.628	24	1
Saquarema	10	26	7.342	17	81
Teresópolis	6	27,5	22.164	10	306,25
Rio Claro	6	27,5	1.647	27	0,25
Campos dos Goytacazes	5	29	70.437	4	625
Barra do Piraí	4	30,5	15.679	14	272,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	30,5	1.566	28	6,25

Fonte: IBGE CENSO 2000

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	3182
Soma x 6	19092
Denominador	29760
Resultado	0,642
Rho de Spearman	0,358

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,0678
Significância (%)	4,7680

Município	Pontuação TFE	População (>= 10 anos de idade) (>= 11 anos de Instrução)
Nova Iguaçu	0	142.548
Duque de Caxias	0	107.075
Belford Roxo	0	45.922
Nilópolis	0	35.043
Barra Mansa	0	27.032
Magé	0	24.688
Cabo Frio	0	19.212
Itaperuna	0	14.446
Queimados	0	13.210
Três Rios	0	11.958
Valência	0	11.562
Itaguaí	0	11.367
São Pedro da Aldeia	0	8.708
Seropédica	0	7.998
Rio Bonito	0	6.849
Japeri	0	6.337
Bom Jesus do Itabapoana	0	6.081
Paraíba do Sul	0	6.024
Cachoeiras de Macacu	0	5.767
Santo Antônio de Pádua	0	5.553
São Francisco de Itabapoana	0	5.267
Miracema	0	5.239
Mangaratiba	0	4.616
Miguel Pereira	0	4.615
Vassouras	0	4.602
Guapimirim	0	4.138
Itatiaia	0	4.041
Arraial do Cabo	0	3.928
Itaocara	0	3.818
Casimiro de Abreu	0	3.374
Mendes	0	3.234
Piraí	0	3.138
Conceição de Macabu	0	2.874
Iguaba Grande	0	2.788
São João da Barra	0	2.745
Bom Jardim	0	2.512
São Fidélis	0	2.441
Natividade	0	2.383
Carmo	0	2.336
Cambuci	0	2.199
Tanguá	0	2.164
Engenheiro Paulo de Frontin	0	1.782
Porciúncula	0	1.767
Silva Jardim	0	1.689
Italva	0	1.529
Quatis	0	1.493
Areal	0	1.398
Quissamã	0	1.306
Aperibe	0	1.221
Rio das Flores	0	1.084
São Sebastião do Alto	0	1.017
Trajano de Moraes	0	985
Sumidouro	0	976
Cardoso Moreira	0	943
Lage do Muriaé	0	943
Duas Barras	0	931
Carapebus	0	918
Comendador Levy Gasparian	0	852
Varre-Sai	0	684
São José de Ubá	0	567
Mesquita	7	-

Fonte: IBGE CENSO 2000

População (>= 10 anos de idade) (>= 11 anos de Instrução)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[20.000 e acima)	11	6
[5.000 - 20.000)	8	16
[2.000 - 4.000)	7	19
[0 - 2.000)	5	19
Total	31	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
17	5,79	11,21
24	8,18	15,82
26	8,86	17,14
24	8,18	15,82
91	31,00	60,00

População (>= 10 anos de idade) (>= 11 anos de Instrução)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[20.000 e acima)	4,68	2,42
[5.000 - 20.000)	0,00	0,00
[2.000 - 4.000)	0,39	0,20
[0 - 2.000)	1,23	0,64
Soma dos Desvios	9,57	

Medida Qui Quadrado
9,57

C de Pearson
0,316

Significância (%)
2,2569

Significância 2 (%)
2,2569

Município	Pontuação TFE	Posto	Taxa	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	0,3632	2	1
Niterói	49	2	0,4732	1	1
Macaé	48	3,5	0,2353	6	6,25
Petrópolis	48	3,5	0,2212	9	30,25
Angra dos Reis	46	5	0,1695	23	324
Resende	38	6	0,2387	4	4
Volta Redonda	31	8,5	0,2668	3	30,25
São João de Meriti	31	8,5	0,1880	17	72,25
Paraty	31	8,5	0,1718	22	182,25
Porto Real	31	8,5	0,1044	30	462,25
Macuco	30	12	0,2150	10	4
Itaboraí	30	12	0,1205	28	256
Paty do Alferes	30	12	0,1092	29	289
Pinheiral	29	14	0,1785	19	25
Cantagalo	26	15	0,1919	15	0
Maricá	22	16,5	0,2356	5	132,25
Nova Friburgo	22	16,5	0,2082	13	12,25
Cordeiro	17	18,5	0,2237	8	110,25
Rio das Ostras	17	18,5	0,1895	16	6,25
São Gonçalo	16	20,5	0,2338	7	182,25
Paracambi	16	20,5	0,1742	20	0,25
Araruama	15	22	0,1582	24	4
Sapucaia	13	23	0,1549	25	4
Santa Maria Madalena	12	24	0,1355	26	4
Armação dos Búzios	11	25	0,1799	18	49
Saquarema	10	26	0,1722	21	25
Teresópolis	6	27,5	0,1952	14	182,25
Rio Claro	6	27,5	0,1253	27	0,25
Campos dos Goytacazes	5	29	0,2108	12	289
Barra do Pirai	4	30,5	0,2122	11	380,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	30,5	0,1016	31	0,25

Fonte: IBGE CENSO 2000

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	3069
Soma x 6	18414
Denominador	29760
Resultado	0,619
Rho de Spearman	0,381

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,2208
Significância (%)	3,4332

Município	Pontuação TFE	Taxa
Nilópolis	0	0,2718
Miracema	0	0,2360
Miguel Pereira	0	0,2325
Mangaratiba	0	0,2268
Iguaba Grande	0	0,2247
Mendes	0	0,2212
Bom Jesus do Itabapoana	0	0,2169
Valência	0	0,2098
Itatiaia	0	0,2015
Três Rios	0	0,2006
Arraial do Cabo	0	0,1998
Itaperuna	0	0,1985
Paraíba do Sul	0	0,1941
Itaocara	0	0,1941
Nova Iguaçu	0	0,1919
Barra Mansa	0	0,1905
Cabo Frio	0	0,1893
Conceição de Macabu	0	0,1889
Natividade	0	0,1885
Casimiro de Abreu	0	0,1856
Carmo	0	0,1832
Aperibe	0	0,1791
Vassouras	0	0,1784
Cambuci	0	0,1768
Rio das Flores	0	0,1748
Engenheiro Paulo de Frontin	0	0,1737
Areal	0	0,1736
Itaguaí	0	0,1726
Pirai	0	0,1723
São Pedro da Aldeia	0	0,1721
Duque de Caxias	0	0,1719
Santo Antônio de Pádua	0	0,1717
São Francisco de Itabapoana	0	0,1702
Quatis	0	0,1698
Rio Bonito	0	0,1664
Seropédica	0	0,1528
Magé	0	0,1502
Cachoeiras de Macacu	0	0,1456
São Sebastião do Alto	0	0,1453
Lage do Muriaé	0	0,1447
Italva	0	0,1413
Queimados	0	0,1367
Guapimirim	0	0,1366
Bom Jardim	0	0,1341
Porciúncula	0	0,1335
Belford Roxo	0	0,1328
Comendador Levy Gasparian	0	0,1300
Carapebus	0	0,1290
São João da Barra	0	0,1203
Quissamã	0	0,1183
Trajano de Moraes	0	0,1151
Duas Barras	0	0,1103
Varre-Sai	0	0,1070
São José de Ubá	0	0,1056
Tanguá	0	0,1026
Silva Jardim	0	0,1008
Japeri	0	0,0975
Cardoso Moreira	0	0,0892
Sumidouro	0	0,0841
São Fidélis	0	0,0732
Mesquita	7	-

Fonte: IBGE CENSO 2000

Taxa	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[0,2100 e acima)	12	7
[0,1800 - 0,2100)	5	14
[0,1400 - 0,1800)	8	20
[0 - 0,1400)	6	19
Total	31	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
19	6,47	12,53
19	6,47	12,53
28	9,54	18,46
25	8,52	16,48
91	31,00	60,00

Taxa	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[0,2100 e acima)	4,72	2,44
[0,1800 - 0,2100)	0,34	0,17
[0,1400 - 0,1800)	0,25	0,13
[0 - 0,1400)	0,74	0,38
Soma dos Desvios	9,17	

Medida Qui Quadrado
9,17

C de Pearson
0,310

Significância (%)
2,7096

Significância 2 (%)
2,7096

Município	Pontuação TFE	Posto	População (>= 10 anos de idade) (>= 10 salários de renda)	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	548.833	1	0
Niterói	49	2	65.999	2	0
Petrópolis	48	3,5	14.339	4	0,25
Macaé	48	3,5	7.026	8	20,25
Angra dos Reis	46	5	3.566	12	49
Resende	38	6	5.217	11	25
Volta Redonda	31	8,5	10.245	6	6,25
São João de Meriti	31	8,5	7.663	7	2,25
Paraty	31	8,5	1.259	18	90,25
Porto Real	31	8,5	168	30	462,25
Itaboraí	30	12	2.702	14	4
Paty do Alferes	30	12	447	25	169
Macuco	30	12	108	31	361
Pinheiral	29	14	478	23	81
Cantagalo	26	15	538	22	49
Nova Friburgo	22	16,5	6.723	9	56,25
Maricá	22	16,5	3.121	13	12,25
Rio das Ostras	17	18,5	1.248	19	0,25
Cordeiro	17	18,5	451	24	30,25
São Gonçalo	16	20,5	21.897	3	306,25
Paracambi	16	20,5	840	20	0,25
Araruama	15	22	2.276	16	36
Sapucaia	13	23	405	26	9
Santa Maria Madalena	12	24	179	29	25
Armação dos Búzios	11	25	786	21	16
Saquarema	10	26	1.552	17	81
Teresópolis	6	27,5	6.233	10	306,25
Rio Claro	6	27,5	260	28	0,25
Campos dos Goytacazes	5	29	10.576	5	576
Barra do Piraí	4	30,5	2.303	15	240,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	30,5	290	27	12,25

Fonte: IBGE CENSO 2000

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	3027
Soma x 6	18162
Denominador	29760
Resultado	0,610
Rho de Spearman	0,390

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,2789
Significância (%)	3,0220

Município	Pontuação TFE	População (>= 10 anos de idade) (>= 10 salários de renda)
Nova Iguaçu	0	18.624
Duque de Caxias	0	12.452
Barra Mansa	0	4.839
Cabo Frio	0	4.798
Nilópolis	0	4.756
Belford Roxo	0	3.977
Magé	0	3.208
Itaperuna	0	2.312
Itaguaí	0	1.771
Valência	0	1.771
São Pedro da Aldeia	0	1.767
Três Rios	0	1.684
Seropédica	0	1.373
Rio Bonito	0	1.357
Queimados	0	1.261
Miguel Pereira	0	1.203
Mangaratiba	0	948
Paraíba do Sul	0	939
Vassouras	0	915
Cachoeiras de Macacu	0	909
Itatiaia	0	880
Santo Antônio de Pádua	0	829
Arraial do Cabo	0	764
Piraí	0	743
Guapimirim	0	735
Bom Jesus do Itabapoana	0	731
Iguaba Grande	0	706
Japeri	0	671
São Francisco de Itabapoana	0	670
Miracema	0	637
Mendes	0	615
Bom Jardim	0	594
Itaocara	0	580
Casimiro de Abreu	0	577
São Fidélis	0	415
Natividade	0	351
Silva Jardim	0	343
Carmo	0	324
Conceição de Macabu	0	313
Sumidouro	0	303
Tanguá	0	301
Engenheiro Paulo de Frontin	0	284
Quatis	0	257
São João da Barra	0	243
Areal	0	233
Italva	0	231
Porciúncula	0	227
Cambuci	0	212
Quissamã	0	180
Aperibe	0	176
Duas Barras	0	167
Cardoso Moreira	0	156
Trajano de Moraes	0	137
Rio das Flores	0	123
Carapebus	0	114
Varre-Sai	0	101
São José de Ubá	0	81
Comendador Levy Gasparian	0	80
São Sebastião do Alto	0	75
Lage do Muriaé	0	65
Mesquita	7	-

Fonte: IBGE CENSO 2000

População (>= 10 anos de idade) (>= 10 salários de renda)	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[4.000 e acima)	11	5
[1.000 - 4.000)	8	11
[400 - 1.000)	7	19
[0 - 400)	5	25
Total	31	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
16	5,45	10,55
19	6,47	12,53
26	8,86	17,14
30	10,22	19,78
91	31,00	60,00

População (>= 10 anos de idade) (>= 10 salários de renda)	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[4.000 e acima)	5,65	2,92
[1.000 - 4.000)	0,36	0,19
[400 - 1.000)	0,39	0,20
[0 - 400)	2,67	1,38
Soma dos Desvios	13,75	

Medida Qui Quadrado
13,75

C de Pearson
0,371

Significância (%)
0,3266

Significância 2 (%)
0,3266

Município	Pontuação TFE	Posto	Taxa	Posto	Desvios Quadráticos
Rio de Janeiro	80	1	0,1103	2	1
Niterói	49	2	0,1659	1	1
Macaé	48	3,5	0,0651	3	0,25
Petrópolis	48	3,5	0,0599	5	2,25
Angra dos Reis	46	5	0,0373	13	64
Resende	38	6	0,0606	4	4
Paraty	31	8,5	0,0538	8	0,25
Volta Redonda	31	8,5	0,0504	9	0,25
São João de Meriti	31	8,5	0,0209	26	306,25
Porto Real	31	8,5	0,0174	31	506,25
Macuco	30	12	0,0265	23	121
Paty do Alferes	30	12	0,0223	25	169
Itaboraí	30	12	0,0178	30	324
Pinheiral	29	14	0,0297	19	25
Cantagalo	26	15	0,0329	16	1
Maricá	22	16,5	0,0490	10	42,25
Nova Friburgo	22	16,5	0,0459	11	30,25
Rio das Ostras	17	18,5	0,0421	12	42,25
Cordeiro	17	18,5	0,0292	21	6,25
São Gonçalo	16	20,5	0,0294	20	0,25
Paracambi	16	20,5	0,0249	24	12,25
Araruama	15	22	0,0338	15	49
Sapucaia	13	23	0,0285	22	1
Santa Maria Madalena	12	24	0,0207	27	9
Armação dos Búzios	11	25	0,0538	7	324
Saquarema	10	26	0,0364	14	144
Teresópolis	6	27,5	0,0549	6	462,25
Rio Claro	6	27,5	0,0198	28	0,25
Campos dos Goytacazes	5	29	0,0316	17	144
Barra do Pirai	4	30,5	0,0312	18	156,25
São Jose do Vale do Rio Preto	4	30,5	0,0188	29	2,25

Fonte: IBGE CENSO 2000

Medida de Associação	
Soma dos Desvios	2951
Soma x 6	17706
Denominador	29760
Resultado	0,595
Rho de Spearman	0,405

Probabilidade de Falsa Rejeição	
T Student	2,3857
Significância (%)	2,3799

Município	Pontuação TFE	Posto	Taxa	Posto
Miguel Pereira	0	-	0,0606	-
Iguaba Grande	0	-	0,0569	-
Cabo Frio	0	-	0,0473	-
Mangaratiba	0	-	0,0466	-
Itatiaia	0	-	0,0439	-
Mendes	0	-	0,0421	-
Piraí	0	-	0,0408	-
Arraial do Cabo	0	-	0,0389	-
Nilópolis	0	-	0,0369	-
Vassouras	0	-	0,0355	-
São Pedro da Aldeia	0	-	0,0349	-
Barra Mansa	0	-	0,0341	-
Rio Bonito	0	-	0,0330	-
Valência	0	-	0,0321	-
Itaperuna	0	-	0,0318	-
Casimiro de Abreu	0	-	0,0317	-
Bom Jardim	0	-	0,0317	-
Paraíba do Sul	0	-	0,0303	-
Itaocara	0	-	0,0295	-
Quatis	0	-	0,0292	-
Areal	0	-	0,0289	-
Miracema	0	-	0,0287	-
Três Rios	0	-	0,0283	-
Natividade	0	-	0,0278	-
Engenheiro Paulo de Frontin	0	-	0,0277	-
Itaguaí	0	-	0,0269	-
Seropédica	0	-	0,0262	-
Sumidouro	0	-	0,0261	-
Bom Jesus do Itabapoana	0	-	0,0261	-
Aperibe	0	-	0,0258	-
Santo Antônio de Pádua	0	-	0,0256	-
Carmo	0	-	0,0254	-
Nova Iguaçu	0	-	0,0251	-
Guapimirim	0	-	0,0243	-
Cachoeiras de Macacu	0	-	0,0229	-
São Francisco de Itabapoana	0	-	0,0216	-
Italva	0	-	0,0213	-
Conceição de Macabu	0	-	0,0206	-
Silva Jardim	0	-	0,0205	-
Duque de Caxias	0	-	0,0200	-
Rio das Flores	0	-	0,0198	-
Duas Barras	0	-	0,0198	-
Magé	0	-	0,0195	-
Porciúncula	0	-	0,0172	-
Cambuci	0	-	0,0170	-
Quissamã	0	-	0,0163	-
Carapebus	0	-	0,0160	-
Trajano de Moraes	0	-	0,0160	-
Varre-Sai	0	-	0,0158	-
São José de Ubá	0	-	0,0151	-
Cardoso Moreira	0	-	0,0148	-
Tanguá	0	-	0,0143	-
Queimados	0	-	0,0130	-
São Fidélis	0	-	0,0124	-
Comendador Levy Gasparian	0	-	0,0122	-
Belford Roxo	0	-	0,0115	-
São Sebastião do Alto	0	-	0,0107	-
São João da Barra	0	-	0,0107	-
Japeri	0	-	0,0103	-
Lage do Muriaé	0	-	0,0100	-
Mesquita	7	-	-	-

Fonte: IBGE CENSO 2000

Taxa	Divulga os Instrumentos?	
	Sim	Não
[0,0400 e acima)	12	7
[0,0300 - 0,0400)	6	11
[0,0250 - 0,0300)	5	15
[0 - 0,0250)	8	27
Total	31	60

Total	Esperados	
	Sim	Não
19	6,47	12,53
17	5,79	11,21
20	6,81	13,19
35	11,92	23,08
91	31,00	60,00

Taxa	Desvios Quadráticos	
	Sim	Não
[0,0400 e acima)	4,72	2,44
[0,0300 - 0,0400)	0,01	0,00
[0,0250 - 0,0300)	0,48	0,25
[0 - 0,0250)	1,29	0,67
Soma dos Desvios	9,86	

Medida Qui Quadrado
9,86

C de Pearson
0,321

Significância (%)
1,9792

Significância 2 (%)
1,9792